



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Gustavo Villarim de Farias Leite

**Expansão do Ensino Superior como estratégia de desenvolvimento local: um olhar
sobre os efeitos socioeconômicos da instalação do Centro de Desenvolvimento
Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande na cidade
de Sumé-PB**

João Pessoa

2018

Gustavo Villarim de Farias Leite

Expansão do Ensino Superior como estratégia de desenvolvimento local: um olhar sobre os efeitos socioeconômicos da instalação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande na cidade de Sumé-PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MPPGAV, Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Linha de Pesquisa Avaliação e Financiamento da Educação Superior, como requisito para aquisição de título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho

João Pessoa

2018

L533e Leite, Gustavo Villarim de Farias.
Expansão do ensino superior como estratégia de desenvolvimento local: um olhar sobre os efeitos socioeconômicos da instalação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande na cidade de Sumé-PB / Gustavo Villarim de Farias Leite.- João Pessoa, 2018.
153f. : il.

Orientador: Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/ CE

1. Universidade pública. 2. Interiorização da educação superior. 3. Desenvolvimento econômico. I. Título.

UFPB/ BC

CDU: 35:338.1(043)

Gustavo Villarim de Farias Leite

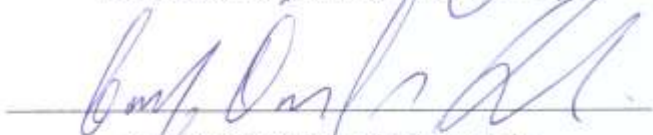
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MPPGAV, Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Linha de Pesquisa Avaliação e Financiamento da Educação Superior, como requisito para aquisição de título de Mestre.


Aprovada em 28/02/2019

BANCA EXAMINADORA


Dr.^a Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho
Orientador (MPPGAV/CCSA/UFPB)


Dr. Luiz de Sousa Junior
Titular interno (MPPGAV/CE/UFPB)


Dr. Danilo Raimundo de Arruda
Titular externo (CCHSA/UFPB)


Dr. Damião de Lima
Suplente (MPPGAV/CE/UFPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, causa primária de todas as coisas, que através de ações visíveis e invisíveis, permitiram e facilitaram essa caminhada;

Aos professores do MPPGAV, cujos ensinamentos e debates marcaram minha formação, pela missão abraçada com êxito em formar com qualidade o corpo técnico-administrativo em educação superior;

Ao meu orientador Prof. Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho, que com seu norte, provocações, elucidações e desprendimento tanto contribuíram para a conclusão desse trabalho;

A Unidade Acadêmica de Engenharia de Alimentos da UFCG, nas pessoas dos professores Dr^a Maria Elita Martins Duarte e Dr. Mario Eduardo Rangel Moreira Cavalcante Mata, que cientes da importância da formação do quadro funcional, incentivaram-me e oportunizaram-me essa experiência acadêmica;

A Rosilene Mariano, colega servidora no MPPGAV, que sempre exerceu suas funções muito além do simples regimental, esforçando-se e desdobrando-se muitas vezes, para que nossa vivência no programa pudesse ser a mais proveitosa possível;

Ao CDSA, nos colegas TAES Maria Juliana de Oliveira Alves, João Severo Filho e Dorval Rodrigues, pela disponibilidade de auxiliar sempre e pela empolgação por fazê-lo;

Aos que fazem o CEDESP, na pessoa de “Nice” Vital, que com tanta alegria nos recepcionava diariamente para assistir aula, e que com sua maneira tão peculiar anunciava o momento do cafezinho;

A todos que colaboraram respondendo aos questionários, nas pessoas dos moradores de Sumé, que me receberam com entusiasmo, entenderam a importância da pesquisa, e prontamente se dispuseram a participar com suas “falas” e “visões” dos fatos;

Aos amigos da Turma 02, que seguirão comigo no coração e em outros momentos incríveis durante a caminhada da vida.

Muito obrigado!

A

*Meu pai Virgolino (que está no céu),
minha mãe Alba,
tia Salete,
irmãos, sobrinhos
e cunhada,
dedico.*

Resumo

As Instituições de Ensino Superior brasileiras sempre estiveram concentradas em capitais dos estados e em grandes centros urbanos, regiões industrializadas e desenvolvidas socialmente e economicamente. O REUNI possibilitou a municípios de regiões remotas do país receberem esses equipamentos públicos de ensino, que traziam em seu bojo novas perspectivas de educação, cultura e desenvolvimento. Assim sendo, essa dissertação buscou analisar os caminhos percorridos pela Universidade Federal de Campina Grande, quando da implantação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido no município de Sumé/PB, e de que maneira eles afetaram e afetam até os dias atuais as eventuais oportunidades, expectativas, percepções e perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para a região. Para proceder à pesquisa, foram confrontados dados educacionais, sociais, econômicos e financeiros do município de Sumé, no período anterior e posterior à implantação do campus, com outros dados advindos de questionários que foram aplicados a atores que vivenciaram o planejamento do CDSA/UFCG, servidores atuais da Instituição e munícipes detentores de poder de decisão no cenário atual. Os dados revelaram que houve uma melhora dos índices analisados após a instalação do campus no município, em especial nas variáveis relacionadas com a oscilação do PIB municipal, criação de postos de trabalho, movimentações financeiras locais e o aumento das matrículas nos ensino médio e superior, sinalizando que a instituição vem contribuindo positivamente ao desenvolvimento da região. No entanto, o maior destaque não está nos indicadores, mas nas percepções da comunidade, acadêmica e local, sobre os efeitos positivos do CDSA. Medidas sugeridas vão na direção de que o CDSA elabore um Plano de Desenvolvimento Institucional, estreite parcerias com os demais atores locais a fim de perceber melhor suas demandas e sugestões, e desenvolva mais pesquisas e projetos para otimizar seus efeitos de atuação regional.

Palavras-Chave: Universidade Pública, Interiorização da Educação Superior, Desenvolvimento Econômico.

Abstract

The Brazilian Higher Education Institutions have always been concentrated in state capitals and in large urban centers, industrialized and socially and economically developed regions. The REUNI enabled municipalities in remote areas of the country to receive these public teaching equipment, which brought new perspectives on education, culture and development. Thus, this dissertation sought to analyze the paths taken by the Federal University of Campina Grande, when the Center for Sustainable Development of the Semi-Arid in the city of Sumé/PB was implemented and how they affected and affect to date the possible opportunities, expectations, perceptions and perspectives of socioeconomic development for the region. In order to carry out the research, educational, social, economic and financial data were collected from the municipality of Sumé, in the period before and after the campus implementation, with other data coming from questionnaires that were applied to actors who experienced the CDSA/UFCG planning, current employees of the Institution and municipalities that have decision-making power in the current scenario. The data showed that there was an improvement in the indices analyzed after the installation of the campus in the municipality, especially in the variables related to the oscillation of municipal GDP, job creation, local financial movements and the increase of enrollments in secondary and higher education, signaling that the institution has contributed positively to the development of the region. However, the greatest prominence is not in the indicators, but in the perceptions of the academic and local community about the positive effects of CDSA. Suggested measures go in the direction of CDSA to develop an Institutional Development Plan, to close partnerships with other local actors in order to better understand their demands and suggestions, and to develop more research and projects to optimize their effects of regional performance.

Keywords: Public University, Interiorization of Higher Education, Economic Development.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas

APL – Arranjo Produtivo Local

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CCTA – Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CDSA – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

CES – Centro de Educação e Saúde

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSA – Instituto Nacional do Semiárido

IPC-A – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

LAB. – Laboratório

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MEC – Ministério da Educação

NEXT – Núcleo de Extensão

NUPAGRO – Núcleo de Pesquisas Agropecuárias

ONG – Organização Não Governamental

PASCAR – Programa de Ações Sustentáveis para o Cariri

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PLANEXP – Plano de Expansão Institucional

PNE – Plano Nacional de Educação

PRE – Pró-reitoria de Ensino

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAB – Sociedade de Amigos do Bairro

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SPE – Secretaria de Projetos Estratégicos da UFCG

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UATA – Unidade Acadêmica de Tecnologia Agroalimentar

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UNICAMPO – Universidade Camponesa

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
Capítulo 1 – Metodologia.....	22
1.1 Caracterização da Pesquisa.....	22
1.1.1 Quanto aos Métodos de Abordagem	22
1.1.2 Quanto aos Métodos de Procedimento	23
1.1.3 Quanto à Natureza	24
1.1.4 Quanto aos Procedimentos Técnicos.....	25
1.1.5 Quanto à Abordagem.....	27
1.2 Instrumentos de Coleta de Dados	28
1.3 Análise dos Dados	31
Capítulo 2 – Desenvolvimento Econômico.....	33
2.1 Concepções Históricas de Crescimento e Desenvolvimento.....	33
2.2 Desenvolvimento Econômico e Inovação	37
2.3 Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais.....	41
2.3.1 Desenvolvimento Regional e Educação	43
Capítulo 3 – Sumé	47
3.1 Dimensão Cultural.....	47

3.1.1 Território.....	47
3.1.2 População	53
3.1.3 História	58
3.2 Dimensão Política.....	60
3.2.1 Propriedade dos Ativos Estratégicos	60
3.2.2 Relações de Poder Entre Grupos da População no Território	62
3.3 Dimensão Econômica.....	64
3.3.1 Atividades Econômicas Desenvolvidas.....	64
3.3.2 Movimentações Financeiras Desencadeadas pelo CDSA/UFCG	72
Capítulo 4 – Resultados/Discussão	78
4.1 A Implantação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido.....	78
4.2 Perspectivas Sobre a Relação do CDSA e Sumé/PB.....	82
4.3 Sumé Após a Instalação do Campus da UFCG	92
Capítulo 5 – Considerações Finais	103
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE A - Evolução do Rebanho do Município de Sumé entre os Anos 2004-2015	125
APÊNDICE B - Evolução de Produtos Derivados da Pecuária no Município de Sumé entre os Anos 2004-2015.....	126

APÊNDICE C - Evolução da Produção Agrícola Permanente do Município de Sumé entre os Anos de 2004-2015	127
APÊNDICE D - Evolução da Produção Agrícola Temporária do Município de Sumé entre os Anos de 2004-2015	129
APÊNDICE E – Questionário aplicado ao Grupo 01: Composto por indivíduos que participaram da implantação do Campus, durante as fases de elaboração do Projeto, sua análise e execução	131
APÊNDICE F – Questionário aplicado ao Grupo 02: Composto por indivíduos integrantes do corpo de servidores do CDSA/UFCG.....	135
APÊNDICE G – Questionário aplicado ao Grupo 03: Composto por agentes públicos locais, diretores de associações de empresários e trabalhadores locais, e fornecedores do campus.....	140
APÊNDICE H – Evolução dos índices populacionais do município de Sumé e dos demais do Cariri que não lhe fazem fronteira entre os anos de 2010 e 2016, segundo o IBGE.....	146
APÊNDICE I – Evolução do PIB do município de Sumé e dos demais do Cariri que não lhe fazem fronteira nos períodos 2002/2008 e 2008/2014, segundo o IBGE.....	147
APÊNDICE J – Evolução do mercado de trabalho do município de Sumé e dos demais do Cariri que não lhe fazem fronteira nos períodos 2002/2008 e 2008/2014, segundo o IBGE.....	148
APÊNDICE K – Evolução do mercado de trabalho do município de Sumé e dos demais do Cariri que lhe fazem fronteira nos períodos 2002/2008 e 2008/2014, segundo o IBGE.....	150
APÊNDICE L – Execução orçamentária do CDSA entre os anos 2010-2016, por tipo de despesa, em reais (valores sem atualização monetária).....	151

APÊNDICE M – Valores contratados e empenhados pelo CDSA com empresas de Sumé entre os anos 2009-2016 em reais (valores sem atualização monetária).....152

APÊNDICE N - Valores empenhados pelo CDSA para empresas de Sumé, entre os anos 2009-2016, por natureza da despesa em reais (valores sem atualização monetária).....153

APÊNDICE O – Comparativo entre os empenhos feitos para empresas diversas e empresas de Sumé em reais (valores sem atualização monetária).....154

INTRODUÇÃO

A trajetória da educação superior no Brasil é recente, estruturada para o atendimento das necessidades da elite, e tardiamente foi introduzida no país, apenas quando da vinda da família imperial portuguesa no início do séc. XIX. Configurada de maneira semelhante ao que se tem hoje, pode-se dizer, de acordo com Souza (1996), que a primeira Universidade brasileira foi a Universidade de Manaus, criada já no século XX, no ano de 1909. Sequencialmente, vieram as Universidades de São Paulo (1911), do Paraná (1911), do Rio de Janeiro (1920) e de Minas Gerais (1927).

Nesse mesmo período, no início do séc. XX, após a Constituição da República, algumas instituições particulares foram criadas, cujas principais estavam sob a égide das igrejas católica e presbiteriana, no Sudeste. Assim, até o fim da década de 1920, o número de instituições atingia a marca de 133, marcadamente instaladas nos grandes centros urbanos.

Na década de 1960, a população do Brasil chegava a 70 milhões de habitantes, e as matrículas no ensino superior seguiam crescendo.

Em 1960, existiam 226.218 universitários (dos quais 93.202 eram do setor privado) e 28.728 excedentes (aprovados no vestibular para universidades públicas, mas não admitidos por falta de vagas). Já no ano 1969 os excedentes somavam 161.527. A pressão de demanda levou a uma expansão extraordinária no ensino superior no período 1960-1980, com o número de matrículas saltando de aproximadamente 200.000 para 1,4 milhão, $\frac{3}{4}$ partes do acréscimo atendidas pela iniciativa privada. (MARTINS, 2002)

A partir da década de 1980, com o fortalecimento do neoliberalismo, e com os questionamentos sobre o tamanho do Estado e o alcance de sua atuação, a Universidade, que ainda era privilégio de poucos, percebe-se na berlinda (BRITO e CUNHA, 2009). Assim, a educação superior brasileira não passou incólume diante destes novos paradigmas e perspectivas, onde questões relacionadas à Educação enquanto direito social eram confrontadas com as exigências do mercado, limites do Estado, financiamentos, regulação e necessidades de expansão.

Dessa forma, em meados da década de 1990, “embalado no discurso ideológico de que o modelo único de universidade fracassou por seu alto custo, sua baixa eficiência, sua “natural” distância do mercado” (MANCEBO, 2015) e impulsionado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, deu-se início um grande processo de

expansão da educação superior no Brasil. Tinha como principais objetivos a abertura do mercado nacional aos grandes grupos educacionais privados, e a tentativa de massificação desse grau de ensino a jovens entre 18-24 anos vindos do ensino médio.

Essa expansão, que se iniciou na década de 1990, se deu em duas frentes distintas. Através do que Carvalho (2013) chama de mercantilização, com

a transformação da educação em mercadoria, cujo preço é determinado pelo mercado com o intuito central de obter lucro em benefício de seus proprietários e acionistas, a despeito das limitações definidas pelo governo federal no que concerne aos reajustes das mensalidades e às sanções aos estudantes inadimplentes;

e através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, já no segundo Governo Lula, a que Mancebo (2015) atribui o título de “maior projeto público de expansão da educação superior, [...] sendo o responsável pelo aumento de aproximadamente 70% das matrículas presenciais na rede federal, entre 2007 (ano da criação do Programa) e 2013”.

Tradicionalmente sediadas em capitais e grandes centros urbanos, várias instituições de ensino superior passaram a ser instaladas no interior. As privadas, objetivando suprir a demanda reprimida da região, e favorecidas pelas facilidades das novas regulamentações do setor; e as públicas, por ações do governo federal, particularmente de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir do ano 2003.

A interiorização das IFES deu-se em atendimento às metas traçadas pelo Plano Nacional da Educação – PNE, instituído pela Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que expunha o importante papel do Ensino Superior para a formação de uma nação independente, competitiva e soberana no mundo moderno. Tratava da importância das Instituições públicas nesse contexto, a necessidade da expansão para atender a demanda crescente (sobretudo os carentes) por vagas e definia que seria uma meta “[...] assegurar, portanto, que o setor público neste processo, tenha uma expansão de vagas tal que, no mínimo, mantenha uma proporção nunca inferior a 40% do total[...].” das vagas gerais disponíveis no país. Para isso deveria haver uma expansão das IES públicas, para que houvesse atendimento à primeira meta traçada em seus objetivos, qual seja, “prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos”.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI foi um Programa lançado através do Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, e se propunha a oferecer condições para que as Universidades Federais promovessem expansão física, curricular e pedagógica. Seu intuito foi criar condições para aumentar o número de acessos de estudantes ao ensino de graduação, sua permanência durante o curso (diminuição da evasão), ocupação e diminuição das vagas ociosas e otimização dos recursos físicos e humanos disponíveis nas Instituições.

Com isso, surgiram 18 novas universidades federais e 173 novos campi, que possibilitaram a interiorização da educação superior, e a criação de novas vagas de graduação e de pós-graduação. Segundo dados do Censo da Educação Superior do INEP (2015), em 2015 eram 63 Universidades federais, sendo 31 sediadas em capitais e 32 no interior, e o número de municípios com campus universitário federal saltou de 114 para 272, com um crescimento de 138%, de acordo com o mesmo Órgão.

Um desses campi foi criado pela UFCG no município de Sumé/PB, onde se instalou o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, gestado para que através de suas ações, viesse a contribuir para o aumento nos índices de acesso à educação superior no estado, e com o desenvolvimento regional.

Problematização:

O interior brasileiro, notadamente o nordestino, em regiões distantes do litoral ou de grandes urbes, salvo pontuais exceções, apresenta, historicamente, baixos índices de desenvolvimento social e econômico, devido a questões climáticas e de descontinuidade de ações do poder público no enfrentamento pela busca de soluções que possibilitem uma guinada nessa trajetória. Assim, a política de interiorização das IFES iniciado em 2005/2006 serviu como condutor de novas perspectivas a essas regiões, afinal, a criação de um equipamento público da envergadura de um campus universitário em regiões distantes de grandes centros urbanos, muitas vezes em pequenas cidades, tem o poder de desencadear muitas transformações de cunho econômico, social, político e cultural.

Um primeiro possível efeito está relacionado à própria razão de ser da instituição, a transmissão de conhecimentos. A formação de cidadãos com educação superior, em nível de graduação e pós-graduação, em áreas relacionadas a

potencialidades econômicas, vocacionais e/ou carentes da localidade, possibilitando meios de crescimento sustentável, e desenvolvimento regional. Outra influência que pode estar relacionada ao evento, é a diversificação social e cultural desencadeada com a chegada de estudantes e profissionais das IFES, e das ações geradas pela instituição na região.

Mais um aspecto ligado à interiorização, está conectado às movimentações econômico-financeiras geradas por dois eixos: um novo mercado consumidor, constituído por estudantes e servidores da instituição, que passa a demandar por produtos e serviços, acarretando o surgimento de novas atividades econômicas (formais e informais), ou o aumento das existentes, em diversas áreas, como comércio, serviço, imobiliário e cultural; e por novos consumidores locais, que passaram a ter renda ou a viram aumentar, em virtude da implantação do campus. Essas movimentações desencadeiam o efeito multiplicador, em que o aumento dos investimentos leva ao aumento da renda da população, em consequências cíclicas.

A implantação de um campus universitário em uma localidade interiorana, leva consigo a demanda por uma rede de infraestrutura para seu funcionamento. Já a partir da construção dos edifícios, empregados locais são contratados. Em sequência surgem necessidades energéticas, por serviços de internet, telefonia e lógica, postos de alimentação, abastecimento e manutenção veicular, fornecimento de água e gás, e segurança patrimonial, aumento da rede de hospedagem e lazer. Tem-se, assim, o encadeamento produtivo, em que uma grande empresa, ou instituição, como é o caso, através de suas demandas, promove o surgimento de outras em cadeia e sequencialmente.

O concurso de todos esses efeitos pode possibilitar meios que conduzem ao desenvolvimento socioeconômico do município e região onde o campus está instalado. Como várias dessas localidades do interior possuem uma economia limitada, a recepção de um campus universitário, como demonstrado, significa a criação de novas e fundamentais perspectivas ao desenvolvimento de toda a região. Para esse mister, todos os fatores relacionados à instalação de um campus universitário em uma dessas localidades, desde sua concepção, até seu efetivo funcionamento, devem ser considerados e criteriosamente geridos.

Partindo-se da escolha do município que receberá o investimento, considera-se que o mesmo pertença a uma região sem cobertura por instituições de ensino superior, e que detenha índices relevantes de concluintes do ensino médio. Deve localizar-se estrategicamente, com razoáveis meios de acesso, e com infraestrutura adequada, para abrigar a nova comunidade acadêmica, ou que haja conscientização e comprometimento das classes política e empresarial para que, não o possuindo, possa ser viabilizada.

O projeto de interiorização gestado pela instituição deve contemplar as diversas nuances que o compõem. Alinhado ao local, já definido anteriormente, deve-se estabelecer a linha de atuação do campus, para que o ensino, a pesquisa e as atividades extensionistas estejam em sinergia com as demandas locais, e venham favorecer, como condutor os meios de desenvolvimento da região. Para isso, a instituição deve sempre operar em parceria com os entes públicos e privados locais, para que as metas sejam cumpridas.

No ano de 2007, a Universidade Federal de Campina Grande - UFCG após debater internamente a questão, assina a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Contava na ocasião com 04 campi, sendo a sede em Campina Grande, e os de Patos, Sousa, e Cajazeiras, todos no sertão do estado.

Em sua estrutura orgânica, já dispunha de um setor que objetivava o desenvolvimento de projetos para a composição do seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, denominada Secretaria de Projetos Estratégicos, que já possuía esboços de novos campi para eventual expansão.

Assim, após a assinatura com o Ministério da Educação, além de ações objetivando a requalificação do campus sede, a criação de novos cursos e o aumento de vagas em outros já existentes, deu andamento a quatro projetos que contemplavam a abertura de um campus no Curimataú, um no Vale do Piancó, de mais um campus no sertão, e outro na região do Cariri paraibano (Plano de Expansão Institucional da UFCG, 2005).

Em setembro de 2006, ainda instalado provisoriamente em uma Escola Técnica cedida pela Prefeitura, começava a funcionar o Centro de Educação e Saúde – CES, na

cidade de Cuité. Em Pombal, o Centro de Ciência e Tecnologia Agroalimentar – CCTA foi impulsionado através do Programa, mas já atuava embrionariamente desde 2006 com a Unidade Acadêmica de Agronomia e Tecnologia de Alimentos (UATA). Em 2009, é inaugurado o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA, na cidade de Sumé, dedicado através de sua linha pedagógica a buscar soluções sustentáveis ao desenvolvimento da região (SPE, 2008).

Especificamente, o CDSA surgiu quando ainda em 2003 teve início o planejamento para a implantação de um campus universitário no Cariri paraibano. Embrionariamente, os primeiros passos foram dados a partir da criação da Universidade Camponesa, por meio de um campus avançado, inserido na estrutura da Escola Agrotécnica de Sumé, uma parceria constituída pela UFCG, o Projeto Dom Helder Câmara e o Centre de Coopération Internationale em Recherche Agronomique pour le Développement, França (SPE, 2008).

As Instituições constituíram um Conselho Deliberativo, que juntamente com movimentos sociais e ONGs da região, trataram de elaborar o Projeto Político Pedagógico do Curso de Extensão em Desenvolvimento Local Sustentável, implementado entre os anos de 2003-2005 (SPE, 2008).

Dentre várias consequências do projeto, destacaram-se: o reconhecimento da UNICAMPO como elemento destacado no desenvolvimento sustentável do Cariri paraibano e do semiárido como um todo; o reconhecimento da importância da mobilização da sociedade civil unida em prol de um mesmo objetivo; e o amadurecimento da retomada dos planos de interiorização da educação superior, por parte da administração central da UFCG (SPE, 2008).

Em 2007 foi protocolado o Plano em Brasília, visando à implantação do campus do Cariri. Para operacionalizar sua implementação, foi determinado em uma plenária do Colegiado Territorial do Cariri (formado por membros da UFCG e representantes dos municípios do Cariri) que o novo Campus deveria centrar suas ações ao desenvolvimento sustentável do semiárido, incluindo suas potencialidades e vulnerabilidades. Após aprovado pelo MEC, a partir de 2008, ele começou a ser gestado em suas minúcias.

Originalmente foi realizado (e aprovado) o plano para a criação dos campi de Sumé, Itabaiana e Itaporanga, além do Colégio Agrícola de São João do Rio do Peixe, que funcionariam articulados para promover o desenvolvimento sustentável de várias regiões do estado. Por razões orçamentárias, apenas o campus de Sumé (a sede dessa teia) veio a se concretizar, e conta com 05 (cinco) Unidades Acadêmicas, que ofertam 07 cursos de graduação e 04 cursos de pós-graduação. (PORTAL DO CDSA/UFCG, 2017)

Sumé é uma típica cidade do Cariri. Surgiu a partir de povoamento por colonos e fazendeiros, oriundos de Pernambuco, pertencia ao município de São João do Cariri, e só em 1951 foi emancipada. De acordo com o IBGE (2017), possui uma população estimada em 16.872 habitantes, nas zonas rural e urbana. No ano de 2010, o mesmo Instituto atribuía ao município um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,627.

Em cidades de pequeno porte, a instalação de uma universidade pode influenciar grandemente a economia local. Não raras vezes, seus orçamentos são maiores do que os das cidades que passam a sediá-las. No caso do CDSA em Sumé, como se deu essa influência? Algumas questões, se respondidas, permitem uma melhor compreensão desta influência, entre as quais são listadas as que seguem:

a) Mesmo antes da efetivação, as movimentações político-sociais orquestradas como forma de viabilização da cidade ante suas competidoras à recepção do investimento, foram capazes de (re)qualificar e dinamizar sua infraestrutura urbana e de prestação de serviços? b) Houve um aumento significativo das movimentações financeiras desencadeadas no mercado local (imobiliário, lazer, saúde, comércio) pela comunidade acadêmica oriunda de outras regiões, que na cidade sede passaram a residir e demandar por produtos e serviços locais? c) As compras de mercadorias e contratações de serviços locais por parte da Instituição possibilitaram a constituição de novas empresas ou o crescimento das já existentes? d) A instituição comprometeu-se através de seu planejamento de expansão e deu prosseguimento, por meio da prestação de serviços, estabelecimento de convênios, parcerias, cursos, treinamentos e transferências de tecnologias realizadas à comunidade local, com o desenvolvimento da região? e) Os habitantes da região, de uma maneira geral, se sentem beneficiados com a

instalação desse novo equipamento educacional, cultural e científico na cidade, no que tange ao aporte de conhecimentos e técnicas para a promoção do desenvolvimento do comércio e do empreendedorismo na região; e f) como os cidadãos percebem a presença e as ações do CDSA no dia-a-dia do município?

Baseados nessas inquietações foram traçados os seguintes Objetivos Geral e Específicos, que nortearam a pesquisa:

Objetivos

Geral: avaliar os efeitos da instalação do campus da UFCG sobre a trajetória de desenvolvimento de Sumé/PB no período compreendido entre os anos de 2009-2015.

Específicos:

- Apurar de que maneira o campus foi gestado e de que forma se relaciona com o município e demais atores locais;
- Averiguar os impactos sobre os indicadores sociais de educação no município;
- Verificar os efeitos de crescimento da renda e da expansão da produção.

Relevância

Pessoal: Enquanto servidor integrei a equipe técnica do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA (*Campus* da UFCG em Sumé) entre os anos de 2009-10, e nesse último ano, morei na cidade. Passei a observar pequenas lojas sendo abertas, outras expandindo, linhas alternativas de transportes surgindo para conduzir os estudantes, pequenos comerciantes informais estabelecendo-se nas cercanias do *campus* e em outras partes da cidade, bem como o mercado imobiliário bastante aquecido. Assim, desde então, surgiu a curiosidade de saber se aquela movimentação econômica e social refletiria mais a frente em ganhos sustentáveis ao desenvolvimento da região.

Econômica: O estudo pode orientar o setor privado em suas decisões de investimento articulado a ações públicas deste nível.

Social: Enxerga-se que esse trabalho trará subsídios conceituais aos cidadãos de Sumé, para que caso não hajam feito, busquem meios de utilizarem a seu favor as eventuais novas possibilidades culturais, sociais e econômicas ocasionadas com a referida implantação do campus no município. Será útil também aos governantes locais, quando subsidiá-los de dados, para que venham a criar e direcionar políticas públicas adequadas ao desenvolvimento da região, utilizando-se de todo potencial latente e desencadeado por ações do CDSA no município.

Institucional: De igual modo, constituir-se-á em um instrumento de avaliação aos dirigentes que conduzem o processo de expansão e interiorização do ensino superior, e particularmente da UFCG, para que conheçam o real impacto socioeconômico da implantação do campus na cidade de Sumé/PB; e (re)avaliem atos de gestão de forma a otimizar recursos e resultados no decorrer desse processo e em vindouros.

Profissional: A pesquisa trará, por fim, uma realização profissional, pois o projeto de expansão institucional afeta direta ou indiretamente a todos os servidores, sendo importante entendê-lo em todas as suas nuances.

Estrutura

A dissertação organiza-se em cinco capítulos, além da parte introdutória. O primeiro capítulo trará descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa. No segundo capítulo serão revistas as teorias que tratam de desenvolvimento econômico, entendendo-o como fenômeno histórico, as relações entre Estado e mercado, seus fatores constitutivos e implicações para a sociedade, e sua vinculação à introdução de novos paradigmas, tecnologias e acontecimentos ao fluxo circular regular de uma economia local; será composto, ainda, um estado da arte enquadrando a instituição “universidade” como catalisadora desse desenvolvimento nas regiões em que são instaladas. No terceiro capítulo será realizada uma análise do município de Sumé e da região em que se encontra, focando-se nas dimensões culturais, política e econômica. Na seqüência serão apresentados os resultados encontrados e discussões pertinentes. No quinto capítulo, as considerações finais e perspectivas para futuras pesquisas.

CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados os métodos e procedimentos adotados que, inspirados pelos objetivos determinados, conduziram o desenvolvimento desta pesquisa.

1.1 Caracterização da Pesquisa

1.1.1 Quanto aos Métodos de Abordagem:

Ao se estudar um fenômeno como o da influência socioeconômica que a implantação de um campus universitário acarreta em uma pequena cidade do interior, e se a mesma se desdobrou em caminhos para o surgimento de novas perspectivas de desenvolvimento para a região, foram analisados e estudados diversos componentes que concorrente, ou isoladamente, conduziram ao evento esperado. A partir de dados levantados em situações particulares, foram inferidas conclusões que revelaram e dimensionaram seus efeitos.

De acordo com Marconi (2003), “indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”. Estuda-se, portanto, o caso particular, para se concluir o geral.

Ainda segundo Marconi (2003), o método indutivo caracteriza-se por três fases distintas: a Observação, a Descoberta e a Generalização. Gil (2008) também faz a mesma distinção de etapas, e acrescenta que

nesse método, parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer. A seguir, procura-se compara-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, procede-se à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos.

No caso em estudo, durante a primeira fase foram investigados os eventos, fatos e atores (Sumé e suas perspectivas econômicas e de desenvolvimento; a UFCG e o planejamento para a implantação do campus; as ações dos entes públicos e privados na persecução do desenvolvimento da cidade; influência das novas movimentações financeiras na cidade; motivações e percepções dos empresários locais) isoladamente, onde foram extraídos dados que subsidiaram inferências e conclusões; posteriormente, em um segundo momento, esses fatos/fenômenos foram relacionados, e verificou-se

como um sofre influência das ações e efeitos do outro; finalmente, a terceira etapa, caracterizada pelas conclusões oriundas das generalizações observadas na etapa anterior.

De acordo com a forma de indução, ela se apresenta como imperfeita ou científica, pois

permite induzir, de alguns casos adequadamente observados (sob circunstâncias diferentes, sob vários pontos etc.), e às vezes de uma só observação, aquilo que se pode dizer (afirmar ou negar) dos restantes da mesma categoria. (MARCONI, 2003)

O que mais importa ao método indutivo é a qualidade ou representatividade da amostra, para que a força indutiva do argumento seja crível. Então, buscaram-se as informações mais significativas e do maior número de fontes qualificadas possível (gestores da UFCG, lideranças empresariais locais, etc.), para que se pudesse afirmar, legitimamente, as conclusões alcançadas.

Dessa forma, considera-se que o referido método atendeu com mais exatidão ao que foi proposto a ser estudado.

1.1.2 Quanto aos Métodos de Procedimento:

Para que se pudesse mensurar a evolução das movimentações econômico-financeiras do município de Sumé/PB, e a posterior avaliação se as mesmas poderiam ser traduzidas em meios de desenvolvimento para a região, foram utilizados dois recortes temporais subsequentes: o primeiro, referente aos anos de funcionamento do campus universitário, compreendido entre 2009-2015 (sete anos); e o imediatamente anterior, 2002-2008 (sete anos), que antecedeu a instalação do campus. Esses períodos nortearam toda a pesquisa, para que através da comparação de dados colhidos em campo, possibilitassem inferências e conclusões cabíveis.

Gil (2008) afirma que “o método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles [...]”, além de “[...] possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo.” Assim, enxerga-se que quanto aos métodos de procedimento, a pesquisa caracterizou-se como comparativa.

Como foi estudado o caso da instalação do campus universitário da UFCG na cidade de Sumé/PB, e inferido se sua influência socioeconômica foi capaz de se traduzir em meios de desenvolvimento para a região, considera-se que possa servir como parâmetro para outros objetos similares. Amparando-se em Gil (2008), quando afirma que ao partir “do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes”, verifica-se que a pesquisa também se caracterizou como monográfica.

Também se enquadrou quanto aos métodos de procedimento como histórica, pois enxerga-se que o atual estágio de desenvolvimento apresentado pela cidade de Sumé/PB, é fruto, dentro do contexto do objeto de estudo desta pesquisa, de ações praticadas e decisões tomadas, pelos diversos atores (UFCG, produtores e instituições locais, comunidade acadêmica) durante o período histórico analisado. Marconi (2003) defende que “o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.” Verifica-se, assim, que a pesquisa também pode ser considerada histórica, de acordo com os métodos de procedimento.

1.1.3 Quanto à Natureza:

Um dos intuitos de uma pesquisa desenvolvida em um programa de mestrado profissional é buscar soluções práticas para questões do dia-a-dia do ambiente organizacional, das instituições. Outrossim, no caso em estudo, analisou-se à luz do desenvolvimento econômico, como se deu a implantação do campus da UFCG na cidade de Sumé/PB, e como o município e sua população assimilaram as novas possibilidades oriundas do evento para criar, fortalecer ou prospectar negócios geradores de renda e desenvolvimento para a região.

Conforme afirma Matias-Pereira (2016), “na pesquisa aplicada, os conhecimentos adquiridos são utilizados para aplicação prática e voltados para a solução de problemas concretos da vida moderna”, ou seja, não se realiza um estudo apenas por interesses particulares, ou para tão-somente visando a aquisição de conhecimentos, mas para a equalização de questões práticas do cotidiano.

Assim, considera-se, que quanto à natureza, a pesquisa pode ser considerada como aplicada.

1.1.4 Quanto aos Procedimentos Técnicos:

A fim de suportar todo o desenvolvimento da pesquisa, nos aspectos relacionados aos métodos de abordagem, e de procedimento, bem como quanto à sua natureza exploratória e aplicada, foram realizadas consultas em material publicado de leitura corrente e de referência. De acordo com Gil (2004), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Esse tipo de pesquisa favorece, segundo o autor, o acesso a um grande número de informações, que seria dificultado se fosse realizado diretamente, por questões logísticas, financeiras e temporais.

Os conceitos de desenvolvimento econômico (tratados no Capítulo 02) foram revistos a partir de um levantamento histórico de autores clássicos, e focados sob a ótica defendida por teóricos como Joseph Alois Schumpeter, que distinguem “desenvolvimento” de “crescimento” econômico, e relacionam àquele, questões mais estruturais e globais, em detrimento a uma análise mais pontual focada apenas no crescimento.

No Capítulo 03 foi traçado um perfil social, econômico e político do município de Sumé, bem como dos atores identificados e envolvidos com o objeto em estudo. Para isso, o mesmo foi baseado nos trabalhos de Cavalcanti Filho (2011), Sampaio (2011), e outros.

Concomitantemente à pesquisa bibliográfica, foram consultadas outras fontes impressas, oriundas de Órgãos Públicos, tais como IBGE (relatórios e anuários estatísticos), UFCG (planos de expansão) e de outros, como mapas e fotos. “A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2004), mas assemelha-se à bibliográfica.

Dessa forma, enxerga-se que a pesquisa caracterizou-se como bibliográfica e documental, de acordo com os procedimentos técnicos.

Considera-se que a implantação do campus universitário da UFCG na cidade de Sumé/PB configurou-se em um episódio destacado na recente história do município, devido a suas contribuições educacionais, sociais e econômicas lastreadas a toda região. Tanto é assim, que para que se pudessem ser inferidas as dimensões dessa influência, no seu aspecto econômico, para o desenvolvimento da região, foi considerado o período de sete anos que antecedeu a inauguração, e comparado com os anos posteriores de funcionamento do campus. Gil (2004) afirma que em uma pesquisa do tipo *ex-postfacto*, que significa "a partir do fato passado", o estudo é "realizado após a ocorrência de variações na variável dependente no curso natural dos acontecimentos". A implantação do CDSA/UFCG é considerada a variação na variável (desenvolvimento socioeconômico de Sumé/PB), para efeitos da pesquisa. Então, a mesma também foi classificada como *ex-postfacto*.

Como o objeto de pesquisa possui complexidades, no que tange às especificidades dos diversos atores envolvidos e as formas como se relacionam, uma investigação que possibilite

explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; preservar o caráter unitário do objeto estudado; descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; formular hipóteses ou desenvolver teorias; e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos, (GIL, 2004)

é não só cabível, como necessária. O Estudo de Caso oportuniza ao investigador as circunstâncias para imergir com mais intensidade no objeto estudado, para que os dados possam ser colhidos com uma maior riqueza de detalhes, mais robustos e mais nítidos.

Considerável parte da pesquisa foi realizada em Sumé/PB, em contato direto com os atores envolvidos. Além da coleta de dados propriamente dita, a iniciativa oportunizou a observação, para que pudessem ser apreendidas pelo investigador, todas as nuances e sutilezas que enriqueceram, corroboraram e esclareceram os questionários e suas análises posteriores. Gil (2004) afirma que

tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar

suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias.

Assim sendo, conclui-se que a Pesquisa de Campo e o Estudo de Caso, aliados às outras características de operacionalização conceitual e operacional da pesquisa, compuseram caminhos adequados para que se trilhasse com mais eficiência as vias da investigação. Portanto, também foram considerados quanto à classificação técnica da pesquisa.

1.1.5 Quanto à Abordagem:

Quanto à abordagem, a pesquisa classifica-se como qualitativa. Para entrever se a implantação do campus da UFCG na cidade de Sumé/PB possibilitou, através das movimentações econômico-financeiras desencadeadas pelo evento, a criação de estratégias para o desenvolvimento do município, buscou-se conduzir uma investigação em que foi priorizado um conhecimento mais profundo do objeto, de suas partes e das formas pelas quais elas se relacionam.

Amparados em Richardson (2012), considera-se que não aprioristicamente, mas aspectos sociais, culturais, e históricos foram refletidos nos dados coletados durante as fases concernentes. E para que se entendesse todo contexto envolvido, para avaliação de causas e conseqüências, eles foram percebidos e considerados. A pesquisa qualitativa dispõe de meios para que essas mensagens ocultas e subliminares, de caráter subjetivo, possam ser captadas e valorizadas para a construção e interpretação dos resultados.

A pesquisa qualitativa posiciona o pesquisador no mundo, afirma Flick (2009), tornando-o visível. “Essas práticas transformam o mundo, fazendo dele uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais [...] possibilitando uma postura naturalística diante do mundo.” (FLICK, 2009) Por essa razão, o objeto é investigado em seu contexto, e as interpretações dos fatos são feitas a partir da perspectiva que as fontes lhe atribuem.

Outra característica da abordagem qualitativa é a possibilidade do emprego de métodos múltiplos para a coleta de dados. Para o estudo do objeto em pauta, foram utilizados questionários (detalhados no item 1.2), bem como pesquisa documental.

1.2 Instrumentos de Coleta de Dados

Para que os dados pudessem ser coletados, foram utilizados dois instrumentos distintos, que se complementaram quanto aos resultados de suas aplicações: pesquisa documental e questionários.

Com o intuito coletar dados secundários, caracterizar Sumé/PB, no que concerne aos aspectos relacionados ao Território, População, Política e Economia, visando distinguir arranjos produtivos locais, e identificar os agentes naturais e potenciais de desenvolvimento do município, focando no período compreendido entre os anos 2004 e 2015, foi realizada pesquisa documental de dados estatísticos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e utilizados dados oficiais disponibilizados em arquivos particulares das instituições públicas federais: Instituto Nacional do Semiárido - INSA, e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; de instituição pública estadual: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER; e demais Órgãos que vêm pesquisando sobre o assunto.

Concomitantemente, dando prosseguimento à pesquisa de campo, optou-se pela utilização de questionário para a coleta de dados primários. Gil (1996) afirma que

pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. Os questionários, na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes. Costumam, nesse caso, ser designados como questionários auto aplicados.

Segundo Alvarenga (2012), questionário “é uma modalidade de pesquisa, na qual o pesquisado preenche um formulário impresso [...] com perguntas padronizadas e ordenadas [...] sem a necessidade da presença do investigador”. Afirma, ainda, que “[...] facilita a obtenção, quantificação, tabulação, e análise dos dados” (ALVARENGA, 2012). Marconi (2010) identifica que da utilização do questionário derivam vantagens como a capacidade de obtenção de um grande número de dados, mais precisos, em um menor espaço de tempo, em uma área geográfica abrangente, e que possibilitam uniformidade da avaliação, devido à impessoalidade do instrumento.

Os dados secundários passaram a ser levantados a partir da elaboração do projeto, e se intensificaram entre os meses de agosto e setembro de 2017. Os

questionários foram aplicados pessoalmente, quando em visitas ao município de Sumé, e em alguns casos, enviado e recebido através de e-mail. Em ambos os casos, todo procedimento metodológico era explicado, e enfatizadas as condições de publicação dos resultados e garantia de anonimato dos participantes.

Para fins desta pesquisa, verificou-se que havia entre o corpus de informantes distinguidos para a aplicação dos questionários, três perfis distintos, cujos interesses e participações relacionados à implantação do CDSA/UFCG em Sumé e suas derivações à localidade, os identificavam e caracterizavam. Esses perfis, doravante denominados por Grupo 1, Grupo 2 e Grupo 3, foram compostos da seguinte forma:

Grupo 1

Características: composto por indivíduos que participaram da implantação do campus, durante as fases de elaboração do projeto, sua análise e execução.

Roteiro do questionário: Rever o processo de instalação do campus da UFCG em Sumé/PB, desde sua concepção, atendo-se aos fatos e demandas que o originaram, bem como as políticas que o nortearam, até sua execução, relacionando o resultado ao que foi concebido.

Composição: 05 indivíduos

Grupo 2

Características: composto por indivíduos integrantes do corpo de servidores do CDSA/UFCG: gestores, coordenadores de área e de projetos.

Roteiro do questionário: Identificar quais são os esforços dispendidos pelo CDSA/UFCG, que objetivam fomentar o empreendedorismo e qualificar os cidadãos e o município, com vistas ao atendimento das exigências de um novo ciclo de desenvolvimento, outrora proposto no projeto de implantação do Centro.

Composição: 07 indivíduos

Grupo 3

Características: composto por diretores de associações de empresários e trabalhadores locais, e fornecedores do campus.

Roteiro do questionário: Identificar e avaliar as ações desenvolvidas pelo CDSA/UFCG com vistas ao desenvolvimento local; analisar o comportamento da economia local, traçando um paralelo entre o antes e o depois da instalação do campus; ajuizar a relação existente entre o CDSA/UFCG, e os entes públicos e privados locais, com relação à conjugação de objetivos e forças, com vistas à promoção do desenvolvimento da região.

Composição: 09 indivíduos

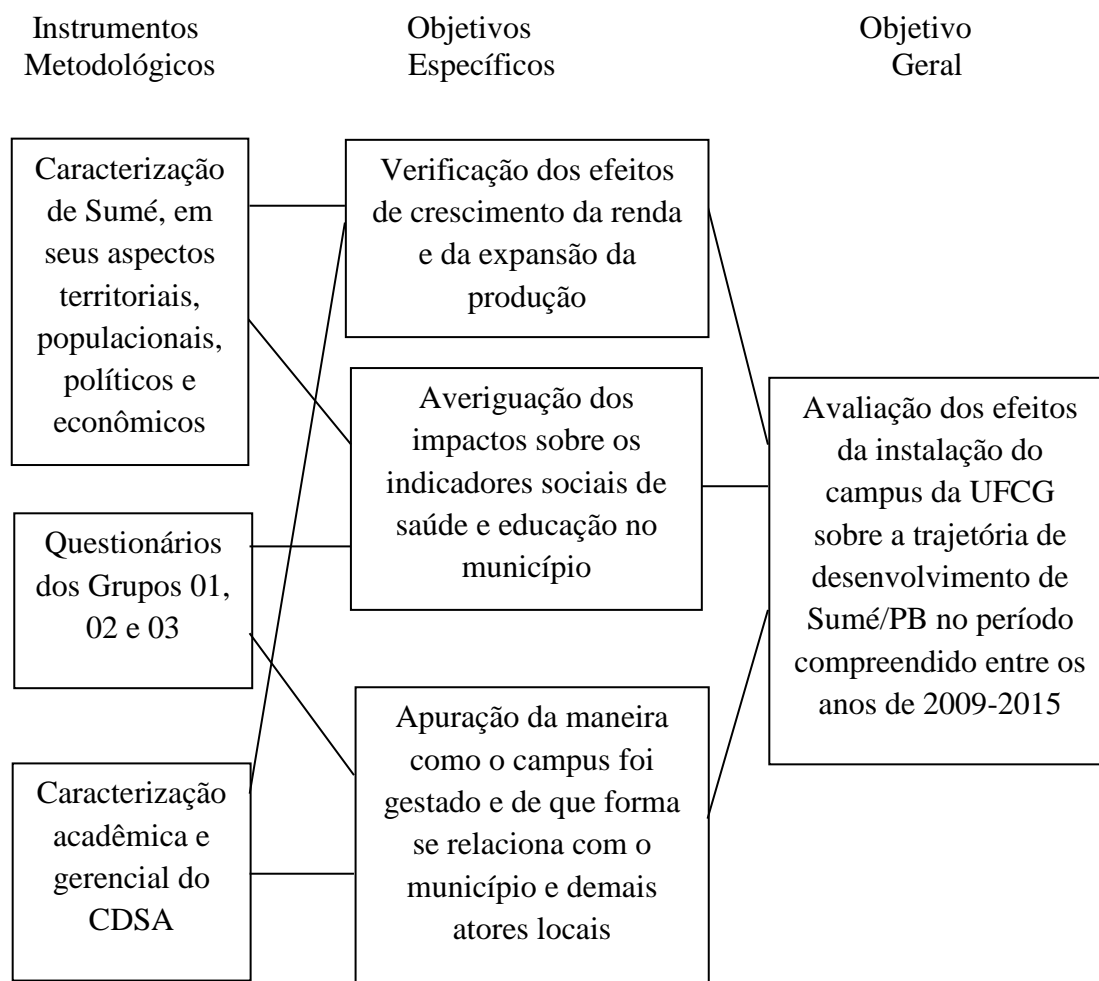
Amparados em Gil (1996), o questionário teve perguntas abertas e fechadas, onde o respondente ofereceu suas próprias respostas e considerações livremente, e escolheu uma alternativa dentre as previamente dispostas numa lista pelo pesquisador, respectivamente. A opção foi considerada acertada, por que possibilitou ao respondente um maior aprofundamento em questões relacionadas a algum tema de interesse.

Os questionários aplicados aos três grupos tiveram duas partes distintas. Uma primeira, onde foram abordados temas e questões identificados ao que se pretende investigar através do Grupo, particularmente; e outra com questões comuns aos três.

A fim de descobrir se a movimentação de recursos financeiros provenientes do pagamento dos salários de servidores, das aquisições de produtos e serviços por parte da Instituição nos mercados locais, e dos gastos da comunidade acadêmica oriunda de outras localidades, constitui-se relevante às atividades econômicas da cidade, foi realizado:

- Um levantamento da lista de servidores do CDSA, de suas origens natais e residências, e de suas remunerações atribuídas no Portal da Transparência;
- Uma relação dos estudantes ingressantes matriculados no período 2009-2015, nos cursos de graduação do CDSA/UFCG, para averiguar suas origens natais, e se o campus do interior atende ao povo da região.
- Identificado, a partir das análises dos processos de contratação de serviços e aquisição de produtos pelo CDSA, se empresas do município tornaram-se fornecedoras do Centro.

Figura 01- Fluxograma de ações ao desenvolvimento da pesquisa



Fonte: Dados oriundos dos questionários

1.3 Análise dos dados

As respostas obtidas através das perguntas abertas do questionário constituíram um corpus para que a análise tivesse andamento. Esses dados obtidos foram analisados indutivamente, já que se concluiu o geral a partir de conhecimentos apurados no particular, segundo GIL (1996).

Foi utilizada a técnica de análise de discurso, pois não se pretendeu dissociar o conteúdo propriamente dito, do contexto em que o sujeito o expressou. Além de buscar o significado dos discursos, se procurou analisar seu sentido. A análise de discurso “apresenta-se como um entrecruzamento de diversos campos disciplinares, com destaque para a linguística, o materialismo histórico (por situar a linguagem na história) e a psicanálise (que introduz a noção de sujeito discursivo)” (FERNANDES, 2008).

Imagina-se, que utilizando essa técnica, se conseguiu enriquecer e dar profundidade à pesquisa, bem como dar mais fidedignidade aos resultados.

CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Este capítulo versa sobre o referencial teórico que subsidiou o desenvolvimento deste estudo, desde a aplicação da metodologia, até as considerações finais. O mesmo encontra-se dividido em quatro seções distintas. A primeira trata-se de um levantamento histórico das principais definições de Desenvolvimento defendidas por teóricos e estudiosos das ciências econômicas no mundo. A segunda seção aborda a teoria do fluxo circular de Joseph Schumpeter e a associa à introdução de equipamentos educacionais públicos no decorrer da interiorização das IFES. Busca demonstrar também a importância das ações estatais como corresponsáveis pelas ações que visam ao desenvolvimento. A terceira seção estabelece a destacada importância que os Arranjos Produtivos da região têm na persecução do desenvolvimento local. A quarta e última relaciona o papel da Educação formal para a busca de estratégias de desenvolvimento regional. Para isso, são retomadas discussões de Joseph Schumpeter.

2.1 Concepções históricas de Crescimento e Desenvolvimento

[...]na análise do desenvolvimento, cabe distinguir [...] o impulso inicial - que pode ser [um] fenômeno exógeno ao sistema econômico - e os mecanismos de propagação desse impulso, cujo estudo requer a dinamização dos modelos, mediante a introdução de relações entre variáveis que se referem a distintos períodos de tempo (FURTADO, 1974)

Primeiramente, é importante começar a destacar a distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico, vulgarmente confundidos. De forma geral, o crescimento econômico relaciona-se ao aumento do PIB (Produto Interno Bruto), ou da produção de determinada região estudada. Já o desenvolvimento, um conceito mais complexo, é mensurado a partir de indicadores de saneamento, educação, renda, entre outros, oferecendo um retrato mais fiel dos padrões econômicos e sociais de determinada região. Siedenberg (2006) afirma que o crescimento é um processo de mudanças com contornos quantitativos, enquanto o desenvolvimento carrega em seu bojo nuances mais qualitativas. Assim, um país com elevados níveis de crescimento econômico pode apresentar baixos índices de desenvolvimento.

No entanto, as concepções e noções dos termos “crescimento” e “desenvolvimento” foram sendo empregados de maneiras distintas, embora sempre relacionados, nas diversas fases estudadas pelos principais teóricos das Ciências Econômicas.

O filósofo pré-clássico escocês David Hume (1711-1776), se opunha em suas obras ao protecionismo e às intervenções estatais. Kuntz (2011) expõe que para Hume

a divisão do trabalho tende a ocorrer também entre as nações e o comércio exterior, quando se desenvolve sem as distorções provocadas pela interferência governamental, promove a prosperidade de todos os participantes e o fortalecimento dos Estados envolvidos. Mas o poder do Estado, neste caso, será usado mais proveitosamente para a interação econômica com os parceiros do que para a guerra e a conquista. Políticas orientadas pelo temor da competição e da importação dos produtos estrangeiros são para Hume um erro grave e prejudicial à sociedade e ao poder soberano. Quando se consideram as vantagens da diversificação de atividades e da expansão das trocas, a condição dos Estados, argumenta Hume, é semelhante à das pessoas: "Um indivíduo dificilmente será industrioso se os seus vizinhos são ociosos. As riquezas de muitos membros da comunidade contribuem para aumentar as minhas, qualquer que seja minha profissão, pois consomem o produto de minha indústria e fornecem-me o produto da sua em retorno"

Hume defendia que o desenvolvimento econômico estava relacionado à segurança proporcionada pelo Estado, às liberdades políticas e sociais, e ao desenvolvimento das habilidades humanas. Distinguia, também, as atribuições próprias de países ricos e pobres. Aqueles, detentores da produção e da tecnologia. Estes, fornecedores de mão-de-obra barata.

Adam Smith (1723-1790), enxerga que o crescimento econômico deve seguir uma ordem natural nas relações humanas e do mercado, sem a intervenção de forças estatais, que serviriam apenas para garantir as liberdades individuais. Para o teórico, os fatos sociais e econômicos (cultivo de lavouras, criação de cidades, desenvolvimento de manufaturas e comércio) devem desencadear-se ordinariamente, longe das ações do Estado.

Smith alega que os indivíduos buscariam continuamente a aplicação mais vantajosa de seu capital (ou de seu trabalho), e teriam melhores condições do que estadistas ou legisladores de julgar por si mesmos qual o tipo de atividade nacional desenvolver. Outorgar o monopólio do mercado interno em qualquer ofício equivaleria a orientar pessoas particulares sobre como empregar seus capitais. (MOREIRA, 2012)

O desenvolvimento, portanto, seria consequência do crescimento, que ao desencadear o aumento da produtividade, do livre comércio e da liberdade para as unidades produtoras, criaria condições (mais uma vez “naturais”) ao desenvolvimento social, a partir da satisfação das vontades individuais.

John Stuart Mill (1806-1873), economista britânico, foi o primeiro a defender a igualdade de gêneros na sociedade, a regulação das horas trabalhadas nas indústrias, a valorização da democracia em contraponto à tirania e as pesquisas realizadas nas universidades, como alguns pressupostos ao desenvolvimento. Para ele, as variáveis não econômicas ligadas à produção, poderiam influenciar as taxas de desenvolvimento. (MATTOS 2, 2008) Segundo Mattos (2008),

Mill considerava a educação, o combate à pobreza e o controle demográfico elementos interligados que precisariam ser abordados em conjunto. A educação e o combate direto à pobreza teriam impactos importantes sobre o controle populacional, e na ausência de controle populacional e educação qualquer tentativa de melhorar as condições da humanidade (combater pobreza) fracassaria.

Era outro defensor do esclarecimento da população para o controle da natalidade, pois considerava a importância de se conseguir um aumento do PIB per capita para se conseguir melhores taxas de desenvolvimento.

Alfred Marshall (1842-1924), economista inglês, destacava que aspectos não econômicos, como a solidificação das instituições e suas leis, influenciavam questões relacionadas ao crescimento e desenvolvimento das nações. Dentre eles, entevia que a educação seria um elemento fundamental a esse incremento. “Não há extravagância mais prejudicial para o crescimento da riqueza de uma nação do que desperdiçar gênios, que nascem em famílias menos abonadas, em trabalhos não condizentes com sua genialidade”, defendia o teórico, referindo-se que não só os mais ricos tivessem acesso à educação, mas também as classes trabalhadoras, pois só assim, a eficiência no trabalho poderia ser aumentada, desencadeando um aumento da poupança, em consequência, dos investimentos e da riqueza. Se esta crescesse acima das taxas de crescimento da população, haveria um aumento da qualidade de vida. (FRANÇA, 2012)

Para o filósofo alemão Karl Marx (1818-1883), criador socialismo científico, o desenvolvimento econômico se dá por fases, que culminam com o surgimento do socialismo, sucedendo o capitalismo. Para o teórico, o sistema capitalista de A. Smith é explorador da mão-de-obra, e insaciável em acumular riquezas. Para manobrar as massas, cria sistemas opressores e manipuladores: as instituições. Os salários são fixados como fruto das barganhas entre as classes burguesas e a do proletariado. Assim, o desenvolvimento surgiria como sucedâneo das lutas de classes, e do aniquilamento

dos valores capitalistas, com os proletários como donos dos meios de produção, com o que ele denomina de “Ditadura do Proletariado”. (FURTADO, 2000; FRANÇA, 2012; COSTA, 2006)

O russo Evsey D. Domar (1914-1997), afirma em suas teorias, que para que haja um crescimento contínuo, são necessários investimentos constantes, por períodos subsequentes, que aumentam a capacidade produtiva e geram renda. Bresser-Pereira (1975) coloca que, segundo o teórico, “para um desenvolvimento em condições de equilíbrio, a taxa de crescimento da renda deverá ser igual à taxa de crescimento dos investimentos, e ambas deveriam ser iguais ao produto da relação produto-capital pela propensão marginal a poupar.” O desenvolvimento, para Domar, está relacionado com a capacidade de investir, e a produtividade desse investimento. Roy F. Harrod (1900-1978), co-criador, com Domar, do modelo de crescimento citado, buscou estudar o nível adequado de investimento para assegurar o crescimento a pleno emprego. Para isso, considerava vitais as ações estatais em setores específicos ou planejamento indicativo. (BRESSER-PEREIRA, 1975; BRESSER-PEREIRA, 2008)

Ragnar Nurkse (1907-1959) defendia que “...o pequeno tamanho do mercado é devido ao baixo nível de produtividade; o baixo nível de produtividade é devido à pequena quantidade de capital usado na produção, a qual, por sua vez, é devida ao pequeno tamanho do mercado” (FURTADO, 1951), ou “um país é pobre porque é pobre”, e o crescimento de um país é limitado ao seu mercado interno. Segundo o economista, o crescimento apoiado no consumo de poucos privilegiados não se sustentaria a longo prazo, já que os investimentos necessários à produção, bem como sua diversificação, não seriam pagos pelo lucro obtido em um mercado limitado. Furtado (1951), aludindo à necessidade de ações do Estado como condutoras de crescimento econômico, defendidas por Nurkse, afirma que

nas condições atuais da economia mundial, os países subdesenvolvidos não poderão espontaneamente alcançar um grau de crescimento compatível com suas potencialidades e com o grau de avanço da técnica que está a sua disposição. Uma ação coordenadora se faz imprescindível e isso reconhece implicitamente o Prof. NURKSE quando põe em primeiro plano o papel da política fiscal no desenvolvimento econômico atual.

Com o paradoxo “necessidade de investimento dos empresários”, versus “baixo poder aquisitivo do mercado”, só restaria como sanativo, segundo o teórico, as intervenções estatais, aproximando-o da corrente keynesiana.

Arthur Lewis (1915-1991) não distinguia crescimento, desenvolvimento e progresso, por considerar que estavam profundamente relacionados. Em seus estudos, identificou e teorizou que o crescimento econômico teria a capacidade de modificar profundamente as sociedades, porém ele se daria primordialmente com a concentração de renda em camadas produtivas, para que se desse o aumento da poupança (OLIVEIRA, 2016). No longo prazo, este processo iria diminuindo o fosso social que separaria nações desenvolvidas de subdesenvolvidas. Com estes lucros maiores, os investimentos poderiam também crescer e, assim, a parte moderna da economia iria se expandindo, enquanto a agricultura de subsistência e atrasada perderiam relevância. Apenas quando se esgotasse o excesso de mão de obra no campo, os salários urbanos começariam a crescer e a pobreza e desigualdade de renda diminuiriam.

Mas esse crescimento seria influenciado pelo comportamento social, como capacidade de trabalho, opção por número de filhos, e inventividade da população.

Amartya Sen, economista e filósofo indiano, enxerga que a sociedade moderna desfruta de uma abundância de recursos, oportunidades, democracia, expectativa de vida, nunca antes observados na história. Porém, persistência da pobreza, violações de liberdades individuais, e ameaças ao meio ambiente, se não enfrentadas e corrigidas, dificultam o desenvolvimento. A proteção à liberdade, em suas manifestações individuais e coletivas, é o pressuposto e a salvaguarda do desenvolvimento. (SILVA, 2010)

Liberdade essa, de certa forma também defendida por Stiglitz (Joseph), Nobel de economia em 2001. O mesmo acredita que os caminhos para o desenvolvimento de uma nação devem ser identificados por elas próprias, em respeito às suas histórias e culturas. Não existe uma receita pronta para todas, e as ações (imposições) do FMI e do Banco Mundial, dois dos três agentes da Globalização, não servem ordinariamente, tornando-a inócua a todos os países. (STIGLITZ, 2017)

2.2 Desenvolvimento Econômico e Inovação

Joseph Alois Schumpeter, economista austríaco, não atribuía o desenvolvimento econômico apenas “ao crescimento da população, ao aumento da produção e ao acúmulo de recursos” (COSTA, 2006). Como um grande defensor da importância que deveria ser dada às questões tecnológicas atreladas à produção, atribuía ao progresso técnico uma responsabilidade angular para se atingir o desenvolvimento econômico de um país.

Em sua obra Teoria do Desenvolvimento Econômico, Schumpeter apresenta a Teoria do Fluxo Circular. Segundo ele, “na economia do fluxo circular, a vida econômica transcorre monotonamente, em que cada bem produzido encontra o seu mercado, período após período” (COSTA, 2006), em um ambiente previsível, controlado, com poucos sobressaltos, e sem incorrer em contundente crescimento.

Assim, nesse cenário, “de acordo com Schumpeter, mudanças econômicas substanciais não podem ter origem no fluxo circular” (Op. Cit); antes, a partir de inovações, que são introduzidas ao mesmo, impacta-o e o conduz, a partir de descontinuidades e rupturas com a situação que se apresenta, a uma evolução econômica.

As mudanças, ou inovações econômicas, que devem partir exteriormente ao fluxo circular, caracterizam-se pelos contornos qualitativos que vêm empregar ao movimento. Inspirado em Stolper (1991), Costa (2006) afirma que elas (as inovações) “alteram a partir de dentro os parâmetros do sistema o qual, sendo evolucionário, não conhece o equilíbrio. E por ser evolucionário, ele transcorre no tempo e, por isso, sua natureza é histórica”.

Outra nuance caracteriza essas inovações. Elas não surgem a partir da demanda dos consumidores. Embora Schumpeter reconheça o destacado papel desempenhado por estes para desencadeá-la, afirma que isso se dá de maneira distinta aos envolvidos diretamente com os meios de produção.

[A]s inovações no sistema econômico não aparecem, via de regra, de tal maneira que primeiramente as novas necessidades surgem espontaneamente nos consumidores e então o aparato produtivo se modifica sob sua pressão. Não negamos a presença desse nexos. Entretanto, é o produtor que, igualmente, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito

de usar. Portanto, apesar de ser permissível, e até mesmo necessário, considerar as necessidades dos consumidores como uma força independente e, de fato, fundamental na teoria do fluxo circular, devemos tomar uma atitude diferente quando analisamos a mudança (SCHUMPETER apud COSTA, 2006).

As atitudes dos consumidores são, dessa maneira, defendidas como passivas em relação à inovação.

Quando Schumpeter fala em inovação, não se refere simplesmente a rearranjos ou aperfeiçoamentos no fluxo, mas de dar usos completamente inéditos a materiais e forças disponíveis. Essas novas combinações elencadas pelo teórico, citadas por Costa (2006), podem ser “[...] a introdução de um novo bem; a introdução de um novo método de produção; a abertura de um novo mercado; a conquista de uma nova fonte de matérias-primas; ou o estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria”. Dessa forma, os recursos já estão disponíveis e/ou empregados ordinariamente no fluxo circular. Cabe ao promotor (Schumpeter define como empresário, enquanto introdutor de uma inovação) do desenvolvimento econômico, atribuir-lhes novos usos, combiná-los e realocá-los para que se tornem agentes da transformação almejada.

Refletindo a teoria de Schumpeter, que destaca o importante papel das inovações tecnológicas e das ações inovadoras, como disparos para a aceleração da economia e consequente desenvolvimento econômico (um posicionamento extremamente liberal), poder-se-ia perscrutar que o Estado pode vir a contribuir através de ações normativas e de direcionamento de políticas públicas à persecução desse objetivo. É o que defendem outras correntes teóricas e autores que reconhecem e teorizaram o papel destacado Estatal na busca pelo desenvolvimento.

Assim, as ações inovadoras podem ter seus resultados dificultados se não estiverem alinhadas a ações governamentais, pois “o fator principal a determinar a maior ou menor aceleração do desenvolvimento capitalista é a existência ou não de uma estratégia nacional de desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2006). Essa parceria é histórica. Sempre coube ao Estado dar condições, a partir de sua própria constituição/organização, oferta de segurança jurídica e organização de mercados nacionais consumidores, para que o sistema capitalista se estabelecesse e prosperasse. Pois

quando uma economia está em pleno processo de crescimento é sinal de que existe uma estratégia nacional de desenvolvimento, que seu governo, seus empresários, técnicos e trabalhadores estão trabalhando de forma consertada na competição econômica com as demais nações. Quando uma economia começa a crescer muito lentamente, senão a estagnar, é sinal de que sua solidariedade interna está em crise e que perdeu a ideia de nação, e, portanto, que já não conta com dois elementos necessários para que se mantenha competitiva e dotada de uma estratégia nacional de desenvolvimento digna desse nome (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Bresser-Pereira (2006) trata o desenvolvimento econômico como um fenômeno histórico e automático (autossustentado) característico de países capitalistas, na medida em que estes verificam um “aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico”, e no longo prazo, dificilmente regride.

O desenvolvimento econômico, porém, não é totalmente autônomo, no sentido de total independência às taxas de crescimento econômico do país. Assim, já que “a sorte econômica dos estados-nação está longe de estar assegurada, e que a decadência relativa, como aquela que ocorreu em todo o século vinte na Argentina, ou que vem acontecendo no Brasil desde 1980, é sempre uma possibilidade” (BRESSER-PEREIRA, 2006), é mister a centralização de esforços para a manutenção da economia dinâmica e competitiva, para a sobrevivência das empresas e de um mercado pujante. Então, segundo o autor (op. cit), a taxa de acumulação de capital relacionada ao produto nacional, bem como “a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção” são condições indispensáveis ao desenvolvimento econômico de um país, pensamento similar ao defendido por Schumpeter.

Em que pese haja tantas disparidades no sistema capitalista, entende-se que não se pode descuidar do apoio ao setor produtivo, em todas as instâncias, pois é ele a base, a alavanca do desenvolvimento em uma nação. “São os empresários que, ao nível de cada empresa, irão fazer a diferença através da atividade inovadora visando obter vantagens monopolísticas principalmente pela incorporação sistemática de progresso técnico à produção” (BRESSER-PEREIRA, 2006), corroborando Schumpeter quando afirma sobre a necessidade de rupturas no sistema e inserção de novas tecnologias e formas de fazer, como condição essencial ao desenvolvimento. Assim, para que sejam criadas tais condições, a formação de mão-de-obra qualificada, e as pesquisas científicas desenvolvidas pelas IFES (mesmo respeitando sua autonomia) são fundamentais para

alimentar o sistema econômico-produtivo nacional. Dessa forma enxerga-se a importância do Estado como viabilizador dessa “alavanca” acionada pelos empresários.

2.3 Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais

Em contraponto ao processo de globalização econômica vivenciado pelo mundo nas últimas décadas, que conduziu as relações entre países e regiões, e determinou modificações angulares aos setores produtivos nacionais e regionais, geograficamente e estruturalmente vêm ganhando espaço, ações e discussões quanto à valorização de reorganizações e reengenharias que conduzam a um sistema de produção local, e mais vocacionado às demandas e potencialidades de mercado regionais. O entendimento tira o foco de estruturas e empresas que agem no mercado individualmente, para buscar a criação e desenvolvimento de agentes produtivos que se relacionem entre si, com as instituições e agentes públicos, bem como voltados às características ambientais onde se inserem. (CASSIOLATO, 2003)

Schumpeter, que em suas teorias valoriza a inserção de novas tecnologias e sistemas de inovação (na acepção atual deste conceito), objetivando a criação de novos ambientes que favoreçam o crescimento econômico, vem influenciando a criação desses novos conceitos de readaptação dos sistemas produtivos, frente ao mundo globalizado. Esse novo modelo envolve produtores, fornecedores e usuários, quais sejam empresas e/ou instituições de ensino e pesquisa, na busca de novas formas de produzir e gerar riquezas, sempre antenados ao espaço e potencialidades onde se inserem. (CASSIOLATO, 2003)

Diferentemente do que vem sendo posto pelo modelo globalista, onde se coloca que tão somente basta à manutenção do status econômico e social, a aquisição de mercadorias, não raras vezes importadas, há o entendimento de que se torna necessária a criação, a promoção e o fomento de tecnologias, formas de fazer e produtos, dentro da perspectiva local. (CASSIOLATO, 2003)

A ideia de Arranjos Produtivos Locais (APL's) não é nova. Mais recente, é o interesse estatal para a constituição de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, utilizando-se de seus conceitos e teorias que a envolvem. Erber (2008)

destaca, referenciando-se em Marshall, que já havia a ideia de conglomeração de atividades produtivas, onde

"a concentração de muitos pequenos negócios de um caráter semelhante em localidades particulares" gerava "importantes economias externas" e produzia uma eficiência de natureza coletiva. Marshall denominou essas concentrações de "distritos industriais" ou "indústrias localizadas", conceitos que são os avoengos dos modernos APLs."

Segundo Cassiolato (2003), "arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes." Esses agentes podem ser empresas, associações de produtores, fornecedores de insumos e equipamentos, clientes, universidades, e empresas de pesquisa, que conjuntamente associam-se, focados no incremento e desenvolvimento do setor produtivo local.

O APL não se constitui uma pessoa jurídica, tampouco é regido por um contrato, como alguns empreendimentos coletivos. Ele é, segundo Cardoso (2014),

uma aglomeração de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

A constituição de um APL é vantajosa para os produtores que atuam no mesmo segmento, por estarem próximos geograficamente dos agentes (matéria-prima, mão-de-obra, equipamentos). Além disso, a questão relacionada à territorialidade possibilita a identificação coletiva de sinais políticos, sociais, econômicos e históricos, bem como no arfam de manter os atores despertos para a questão da possibilidade de desenvolvimento local. Destaca-se também como um aspecto proficiente dos APL's, a possibilidade do intercâmbio de informações produtivas, interação entre os diversos atores integrantes do sistema, e a "troca de experiências, formando uma rede de aprendizagem e de difusão de inovações". (CARDOSO, 2014)

De acordo com Santos e Guarnieri (2000), o fomento e desenvolvimento dos APL's é um importante mecanismo de geração de pólos de crescimento e descentralização dos parques industriais. Destacam, ainda, as dessemelhanças

identificadas entre eles, pois “os arranjos produtivos variam de tamanho, amplitude e estágio de desenvolvimento. O seu fortalecimento pode estar ligado a uma política governamental, federal ou estadual, objetivando o desenvolvimento regional e gerando emprego e renda.” (SANTOS E GUARNIERI, 2000) Assim, na maioria dos casos, eles devem, para aperfeiçoar a produção, os processos, gestão de mão-de-obra, manejo das potencialidades locais, incorporação de novas tecnologias, e todos os aspectos relacionados aos empreendimentos, receber acompanhamento e assessoria de entidades de suporte técnico, como empresas de pesquisa e universidades. Erber (2008) pronunciando-se a respeito, afirma que

as características territoriais e setoriais dos APLs, o peso que neles têm as PMEs e a inexistência ou a precariedade de mecanismos de mercado que levem ao seu desenvolvimento, fornecem bons motivos para a intervenção do Estado para fomentar os APLs, seja por motivos de eficiência econômica (aumento de investimentos, criação de empregos, geração de divisas), seja por razões de equidade social, territorial e entre empresas.

Observa-se, no entanto, que todas as inserções de atores externos, que objetivem à prestação de coadjuvação a esses Arranjos, devem demandar estudos aprofundados quanto à sua constituição e estrutura, pois

as políticas descontextualizadas impostas de cima para baixo, que não levam em conta as condições locais, as necessidades e os interesses dos agentes, tendem a fracassar. Além disto, como apontado por Lastres e Cassiolato (2005), a responsabilidade pelo limitado êxito de tais políticas é muitas vezes atribuída à inadequação (sic) dos atores dos arranjos, das condições e requerimentos apresentados pelos mesmos. (CASSIOLATO et AL,2008)

A falta de comunicação horizontal e vertical, entre os agentes envolvidos ao desenvolvimento desse mister, pode provocar fortes comprometimentos nas ações e resultados esperados dos APL's. Essa ideia baseia-se na própria natureza sistêmica dos APL's, que vai muito além da simples aglomeração de atores, mas que estes devem estar articulados, estrutural e logicamente, desempenhando seus papéis necessários e naturais visando o desenvolvimento regional. (CAVALCANTI FILHO, 2009)

2.3.1 Desenvolvimento Regional e Educação

Um aspecto relacionado à persecução do desenvolvimento econômico está ligado à educação da população. Essa questão se encontra como condição básica nas teorias econômicas clássicas (mesmo enxergando que àquela época a ideia estava relacionada muito mais à qualificação da mão-de-obra), e é inseparável dos conceitos de

criação e inserção de novas tecnologias com o propósito de rompimento de ciclos econômicos, defendido por Schumpeter em seus estudos. No Brasil, o Estado é responsável por esse paradigma. Indiretamente, enquanto fiscalizador e regulador das ações promovidas pelo setor educacional privado; e diretamente, ofertando, ensino público, gratuito e de qualidade.

Os benefícios da educação ao desenvolvimento econômico também perpassam pelo surgimento de noções de coletividade (confiança mútua, cooperação, alinhamento de interesses, visão comum de futuro), além da busca individual por melhorias da qualidade de vida. Lübeck et al (2012) diz que

a ampliação do acesso à informação e ao conhecimento, com estudos continuados, possibilitou maiores ganhos, provocando mudanças de comportamento e transformando as pessoas em agentes produtivos e sociais.

Essa competência, conquistada aos poucos, possibilita às pessoas construir seu próprio futuro e “enfrentarem novos desafios para ampliarem suas capacidades de mobilização, buscando desenvolver atitudes e adquirirem conhecimentos que permitam a busca pelo desenvolvimento da comunidade, a exemplo de APLs” (LÜBECK / 2012)

Como, de acordo com o olhar schumpeteriano, a tecnologia é um dos maiores condutores ao desenvolvimento econômico, incidindo diretamente sobre o aumento da produtividade das empresas e o incremento da riqueza (Schumpeter, 1985; Nelson e Winter, 2005), e considerando que boa parte das pesquisas científicas concebidas no país estão concentradas nas Instituições Federais de Ensino Superior, denota-se sua importância angular como um dos partícipes da promoção do desenvolvimento nacional e regional.

Assim, as IFES que participaram do processo de interiorização da educação superior, instalando unidades e campi em pequenas cidades, tendem a atuar em dois eixos principais. Primeiro, desempenhando suas atividades inerentes e constitutivas, quais sejam: promovendo o ensino, desenvolvendo atividades extensionistas, e gerando novas tecnologias, através das pesquisas; depois, por meio das movimentações econômicas, culturais e sociais, advindas de sua própria instalação na região.

Depreende-se que dentro da perspectiva de que a interiorização da educação superior, enquanto política pública estratégica, carrega consigo, além da abertura de

novos horizontes de conhecimento e cultura para a população de pequenas cidades, novas possibilidades de desenvolvimento. Baumgartner (2015) afirma que as universidades fazem diferença onde se localizam, de forma que sua influência, dependendo do tamanho da cidade onde se instale, pode dominar completamente seu espaço urbano. Para que esses novos campi sejam exitosos diante dos objetivos expostos, sua atuação deve estar alinhada com as demandas locais, e fazer parte de um modelo de desenvolvimento territorialmente mais largo, articulado a um plano regional e nacional de desenvolvimento.

Antecedendo-se à implantação de um novo equipamento educacional, espera-se um extensivo planejamento, que envolva análises sociais, econômicas, políticas, geográficas e técnicas, que embasarão as fundamentações e tomadas de decisões norteadoras do campus, sob pena de que a nova universidade esteja na cidade, mas não seja dela (BAUMGARTNER, 2015), colocando-se desconectada da realidade do local em que foi instalada.

O Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, planejado para constituir-se em uma rede de ensino, pesquisa e extensão que englobaria, além do município de Sumé, outros campi em Itaporanga, Itabaiana e São João do Rio do Peixe, surgiu embrionariamente de uma experiência vivida pela instituição, quando da implantação de uma Universidade Camponesa,

destinada a congregar as mais diversas iniciativas de formação e capacitação dos atores sociais vinculados à agricultura familiar no Brasil, é preparar esses sujeitos para atuarem na definição e implementação de políticas públicas e ações não governamentais voltadas para o desenvolvimento local sustentável, especialmente aquelas dirigidas para o meio rural. (UNICAMPO, 2003)

Com atividades iniciadas em setembro de 2003, a UNICAMPO já defendia que a implantação de campi avançados das IFES no interior seria uma forma eficaz de levar o conhecimento para próximo da população e conseqüentemente, desenvolvimento para a região.

A idealização do campus da UFCG no Cariri parte dessa premissa já vivenciada no município de Sumé, qual seja a valorização e fixação do homem no campo, e “em médio prazo, contribuir para a construção de um novo paradigma científico-tecnológico para o desenvolvimento sustentável do semiárido, abrindo novas perspectivas

econômicas, produtivas e educacionais para o seu povo e para a população que habita o Bioma Caatinga como um todo” (Projeto CDSA, 2008).

CAPÍTULO 3 – SUMÉ

Este capítulo se propõe a apresentar o município de Sumé, caracterizando-o em seus aspectos populacionais, econômicos, educacionais, históricos, políticos e geográficos, para que o compreendendo, se possa verificar de que maneira as influências do CDSA/UFCG se deram e de que maneira podem “descortinar” novos meios de desenvolvimento para o município e região.

3.1 Dimensão Cultural

3.1.1 Território

O termo “território” possui diversos significados, dependendo do contexto em que é empregado, podendo assumir nuances sociais, geográficas, políticas ou econômicas, além do cruzamento desses fatores. Primeiramente, distinguir-se-á “espaço” de “território”.

O espaço existe antes do território, é o ambiente original. De acordo com Raffestin (2009), “o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível”. Assim, determinado ator ocupa o espaço, realiza trabalhos e modificações adequando-o às suas necessidades, submetendo-o, ou territorializando-o. O mesmo autor, citando as ponderações de Elisée Reclus em 1876 sobre o assunto, afirma que “como um rio que, para um povo ignorante da civilização, era uma barreira intransponível, transforma-se em estrada comercial para uma tribo mais civilizada e mais avançada será, talvez, alterado em um simples canal de irrigação, o qual o homem regulará o caminho a seu prazer” (RAFFESTIN, 2009)

Na mesma linha, Abrão (2010) compreende território como “produto da ação de apropriação e produção de um espaço, inserindo-se num campo de poder qualquer, de relações sociais. Onde o homem estiver, há relação, e assim poder, e, a partir da apropriação e produção do espaço, conseqüentemente, há território.” O território é, então, constantemente modificado pelas relações de poder e interesses dos atores que passam a habitar determinados espaços.

Le-Boulegart (2008) afirma que o território apresenta uma dimensão tangível e outra intangível, que interligadas, formam o todo. Aquela, identificada em mapas cartográficos e através da observação direta, uma interface mais objetiva do território, é “constituída por estruturas de edificação e de instrumentos de uso, de infraestrutura de comunicações e transporte, de produção, entre outros” (LE-BOULEGART, 2008). Enquanto o aspecto intangível, constituído pelo universo simbólico e subjetivo do território, caracteriza-se “por uma estrutura de regras, valores, crenças, representações, símbolos, memória histórica, linguagem, conhecimento, sentimentos” (Op Cit). A dimensão subjetiva do território, ainda segundo a autora, se manifesta como mundo existencial, e território concebido, com conotações de afetividade, pertencimento, e emoções sentidos pelas pessoas com relação ao que afirmam ser o “seu lugar”.

O estado da Paraíba, espacialmente, localiza-se na região semiárida do Brasil. De acordo com Cirilo (2008), o termo semiárido é usado para descrever as regiões em que ocorrem precipitações médias anuais entre 250 e 500 mm e cuja vegetação é composta prioritariamente por arbustos que perdem as folhas nos meses mais secos (daí o termo ‘Caatinga’, vegetação característica da região, significar ‘floresta branca’ em dialetos indígenas). Divide-se ainda em três regiões distintas: um trecho limítrofe mais próximo ao litoral, mais tropical e úmido; o planalto da Borborema, onde estão os Cariris, cujo clima é semiárido bastante acentuado; e a região do sertão, muito mais chuvosa do que o Cariri (NASCIMENTO, 2008).

O planalto da Borborema é formado por quatro pequenas regiões: Cariri ocidental, Cariri oriental, Seridó oriental e Seridó ocidental (MOREIRA, 1988). Esse Cariri paraibano é a região com menor densidade demográfica do estado (BARBOSA et al., 2007).

O Cariri paraibano é composto por 29 municípios, com características geográficas, climatológicas, sociais, econômicas e demográficas muito semelhantes. A região está inserida na macrorregião semiárida brasileira e ocupa boa parte do interior nordestino; caracterizada também, além da baixa precipitação pluviométrica, pelo solo cristalino e rochoso, vegetação de caatinga e fortes incidências solares.

Quadro 01 – Distribuição microrregional do Cariri paraibano

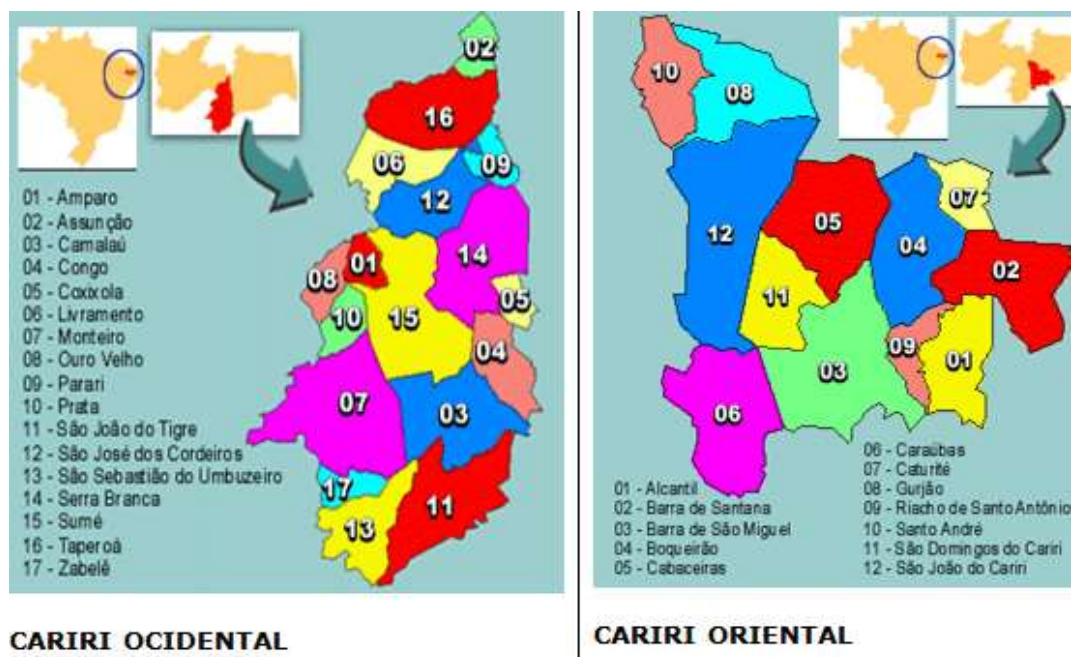
Mesorregião da Borborema	
Microrregião do Cariri Ocidental	Microrregião do Cariri Oriental
Amparo	Alcantil
Assunção	Barra de Santana
Camalaú	Barra de São Miguel
Congo	Boqueirão
Coxixola	Cabaceiras
Livramento	Caraúbas
Monteiro	Caturité
Ouro Velho	Gurjão
Parari	Riacho de Santo Antônio
Prata	Santo André
São João do Tigre	São Domingos do Cariri
São José dos Cordeiros	São João do Cariri
São Sebastião do Umbuzeiro	
Serra Branca	
Sumé	
Taperoá	
Zabelê	

Fonte: Projeto Acadêmico do CDSA (2005)

O Cariri ocupa uma área de 12.262,3 Km², representando 21,7% da área do Estado. A área média ocupada pelos municípios da região é de 395,5 Km², superior à área média para o Estado que é de 253,1 Km². Dentre os que compõem a região, Monteiro, com 986 Km², é o maior município, e Riacho de Santo Antônio ocupando uma área de 91,32 Km², é o menor deles (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2010).

O município de Sumé, localizado na microrregião do Cariri ocidental, possui uma área de 864 Km², o que representa 1,53% da área total do estado. Com uma altitude aproximada de 533m, acima do nível do mar, limita-se ao norte com os municípios de São José dos Cordeiros e Itapetim (PE); ao sul, com Camalaú e Monteiro; à oeste, com Monteiro, Prata e Ouro Velho; e à leste, com Serra Branca e Congo (Prefeitura Municipal de Sumé, 2017).

Figura 02- Divisão territorial do Cariri paraibano

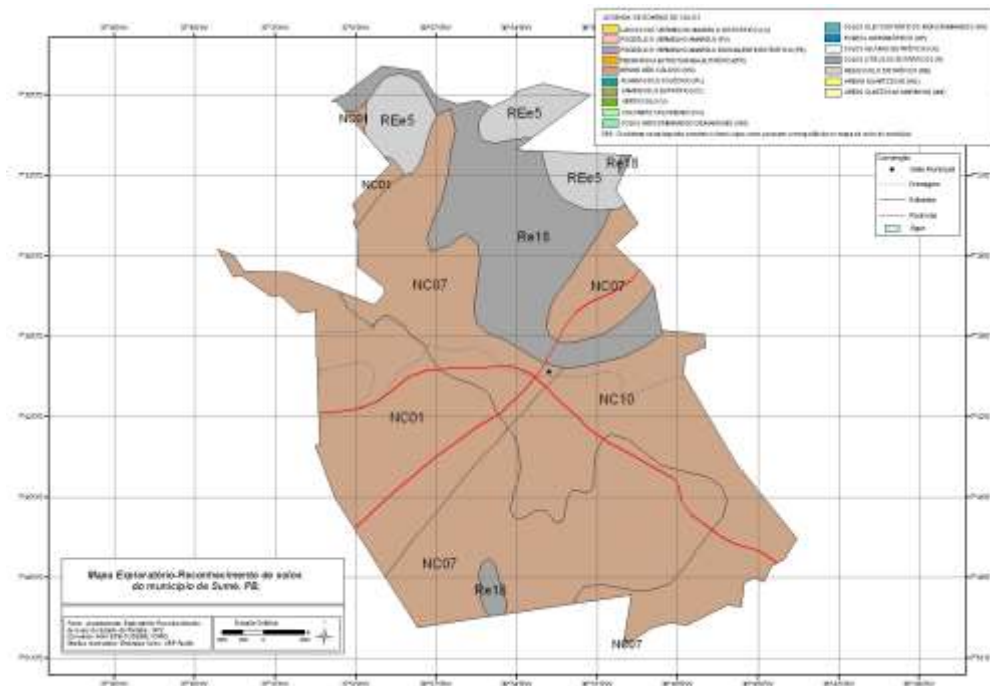


Fonte: SOUZA et al (2011)

Possui vegetação característica da região, dominada pela Caatinga xerofítica, comum do sertão nordestino, pois “as variações pluviométricas e a instabilidade climática acabam refletindo para a região as piores condições relativas às ações autorreguladoras e de autodefesa ambiental das comunidade-tipo da caatinga” (ALVES, 2009). Assim, poucas espécies são capazes de se adaptar a essas condições, o que torna a vegetação característica da região, pobre em variedades (IDEM). A maior parte da vegetação do município é constituída por bromeliáceas e cactáceas, como a macambira, marmeleiro, umburana, catingueiro, xique-xique, facheiro, e jurema. (Prefeitura Municipal de Sumé, 2016)

O solo da região em que se encontra o município vem apresentando sinais que indicam a desertificação. Segundo Souza (2008), “de forma geral, os solos encontrados nessa região são originários de rochas cristalinas, predominantemente rasos, argilosos, pouco lixiviados, com domínio de erosão em lençol e fertilidade variada...”. O solo e o subsolo são pouco permeáveis (Prefeitura Municipal de Sumé), ou seja, com baixas condições de penetração de água, desfavoráveis à agricultura.

Figura 03 – Mapa de tipos de solos do município de Sumé/PB



Fonte: EMBRAPA (1972)

De acordo com a EMBRAPA (1972) e Jacomine (2009), os tipos de solos verificados em Sumé são: Bruno não cálcico NC (Luvissoles, de acordo com o novo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos), Regossolo Distrófico RE (Neossolos, de acordo com o novo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos), e Solos Litólicos Eutróficos R (também Neossolos, de acordo com o novo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos).

Conforme Jarbas et al (2017), luvissoles

são solos rasos a pouco profundos, pouco espesso, maciço ou com estrutura fracamente desenvolvida. Apresentam frequentemente revestimento pedregoso na superfície (pavimento desértico) ou na massa do solo. São altamente susceptíveis aos processos erosivos [...] As áreas onde estes solos ocorrem são bastante deficientes em água, sendo este o principal fator limitante para o uso agrícola [...]

Os mesmos autores identificam os neossolos como

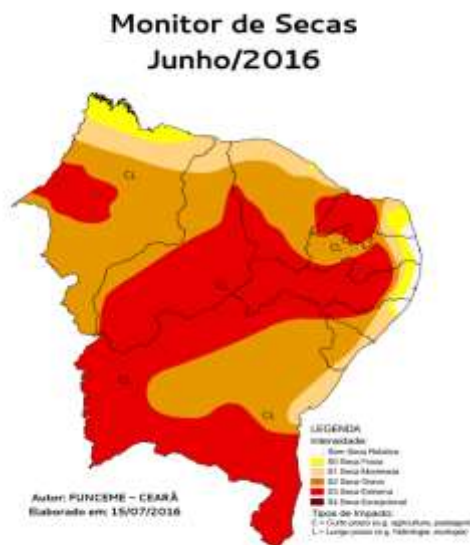
solos constituídos por material mineral ou orgânico pouco espesso com pequena expressão dos processos pedogenéticos (processos de formação do solo) em consequência da baixa intensidade de atuação dos mesmos, que não conduziram, ainda, as modificações expressivas do material originário, pela sua resistência ao intemperismo ou composição química, e do relevo, que podem impedir ou limitar a evolução desses solos.

Percebe-se, dessa forma, o quão difícil se tornam os empreendimentos e iniciativas, oriundas de agricultores locais para subsistirem (e persistirem) em condições naturais tão hostis.

O clima de Sumé possui características comuns aos outros municípios que integram a região, que se encontram “no fim do percurso dos fluxos úmidos que se direcionam para o semiárido nordestino e em situação de sotavento, fazendo parte da diagonal mais seca do Brasil, onde é comum, em determinado setores, o registro pluviométrico médio anual inferior a 300 mm” (ALVES, 2009). Assim, a incidência de chuva é muito baixa e instável, mesmo dentro do período chuvoso (fevereiro a maio).

Possui uma temperatura média anual de 26° C, com mínimas inferiores a 20° C, e umidade relativa do ar nunca ultrapassando 75%, segundo Nimer (1980). Devido à instabilidade pluviométrica e climática, a região é considerada um pólo xérico do nordeste brasileiro, ocasionando condições extremamente desfavoráveis para a implementação de “ações auto-reguladoras e de autodefesa ambiental das comunidade-tipo da caatinga” (ALVES, 2009).

Figura 04: Intensidade das secas na Região Nordeste



Fonte: Agência Nacional de Águas (2016)

Esse quadro interfere na questão do abastecimento hídrico do município. O açude de Sumé, manancial responsável pelo abastecimento do município, tem uma

capacidade de acumulação máxima de 44.864.100 m³ (BRASILEIRO, 2016). No entanto, vem sofrendo perdas sucessivas em seu acumulado, nos últimos 05 anos, até atingir o volume armazenado de 2.004.106 m³, que corresponde a 4,5% da capacidade (AESA, 2017).

Figura 05 – Evolução do volume de água armazenado no açude de Sumé nos últimos 10 anos



Fonte: AESA (2017)

3.1.2 População

O termo “população” possui, de acordo com a disciplina a que se refere, distintas acepções. Segundo Dallari (2002) e Figueiredo (2001), população é o conjunto de indivíduos, natos ou estrangeiros, que se encontra em determinado espaço físico, sem necessariamente haver qualquer vínculo jurídico com o Estado. Possui um sentido quantitativo e estatístico, e se distingue do conceito de “povo”, que se vincula juridicamente ao Estado, de maneira estável.

A cidade de Sumé, de acordo com estimativas do IBGE, atingiu 16.872 habitantes em 2016. No entanto, o último censo estatístico realizado pelo Instituto em 2010, oficializou 16.060 habitantes. Desses, 7.927 eram homens, sendo 2.075 na área rural, e 5.852, na área urbana; e 8.133 eram mulheres: 1.749 habitavam a área rural, e 6.384, a área urbana.

Quadro 02 – Dados demográficos do município de Sumé por área e gênero

Gênero	Área Rural	Área Rural %	Área Urbana	Área Urbana %	Total	Total %
Homem	2.075	26,18	5.852	73,82	7.927	49,36
Mulher	1.749	21,50	6.384	78,50	8.133	50,64
Total	3.824	23,81	12.236	76,19	16.060	100,00

Fonte: IBGE (2016)

Observa-se a concentração da população sumeense morando na sede do município, seguindo a tendência nacional.

Com relação à escolaridade dos habitantes do município, o IBGE disponibiliza dados referentes aos anos 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015, quanto às matrículas efetuadas nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio. Não há dados referentes às matrículas no ensino superior.

Quadro 03 – Evolução de matrículas efetuadas por nível de ensino no município de Sumé entre 2005 e 2015

Ano	Matrícula Ensino Pré-Escolar	Matrícula Ensino Fundamental	Matrícula Ensino Médio
2005	475	3.036	700
2007	432	2.649	458
2009	376	2.591	409
2012	388	2.509	437
2015	404	2.343	512

Fonte: IBGE (2016)

Houve um decréscimo bastante acentuado entre os anos de 2005 e 2007 em todos os níveis de ensino, atingindo 34,57% de queda de matrículas no ensino médio nesse período. Essa movimentação continuou até o próximo levantamento divulgado em 2009 pelo Instituto, e só mostrou sinais de recuperação a partir de 2012, mantendo o ritmo até 2015, mas ainda sem recuperar o status de 2005.

- Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

O Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA, inaugurado em 2009 na cidade de Sumé, dedicado através de sua linha pedagógica a buscar soluções sustentáveis ao desenvolvimento da região, teve 2.371 estudantes novatos matriculados em 07 cursos de graduação, no período de 2009-2016, com uma média anual de 296 matrículas (Gerência de Apoio Estudantil/CDSA/UFCG; PRE/UFCG).

Quadro 04 – Relação de Unidades Acadêmicas, Cursos de Graduação e respectivos objetivos do CDSA/UFCG

Unidade Acadêmica	Curso de Graduação	Objetivo
Ciências Sociais	Licenciatura em Ciências Sociais	Formar professores de Sociologia para a Educação Básica e Superior, bem como pesquisadores nesta área de conhecimento estratégica para o desenvolvimento sustentável.
	Tecnologia em Gestão Pública	Propiciar atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre gestão pública, proporcionando uma formação teórica e metodológica nas áreas que compõem este campo científico.
Tecnologia	Engenharia de Biosistemas	Voltado para o estudo de sistemas ambientais que favoreçam a produção sustentada de alimentos, fibras e energia, mediante o uso de tecnologias inovadoras
	Tecnologia em Agroecologia	Formar profissionais para planejar, analisar, executar e monitorar sistemas de produção agropecuária, considerando os aspectos de sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural de modo integrado.
Engenharia de Produção	Engenharia de Produção	Formar profissionais capazes de atuar diretamente na redução de custos e melhoria da qualidade dos produtos, e proporcionar condições para um desenvolvimento de forma sustentável para o Semiárido, tendo uma forte preocupação com os sistemas agroindustriais.
Engenharia de Biotecnologia	Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos	Formar profissionais capazes de reconhecer problemas ambientais e buscar soluções regionais sustentáveis e se necessário propor o desenvolvimento de novas metodologias de investigação ambiental.

Fonte: Portal do CDSA/UFCG (2016)

Todos os cursos possuem seus PPCs alinhados à busca de soluções às questões agroambientais e sociais características do semiárido. Além disso, de acordo com o Portal do Centro e dados fornecidos pelos questionários, várias ações acadêmicas, como Pesquisas Científicas, Palestras, Fóruns de Debates, Oficinas, Minicursos, Semanas Pedagógicas e Programas Especiais, como o PASCAR (Programa de Ações Sustentáveis para o Cariri), desenvolvem meios práticos, através de apresentações artísticas, rodas de conversas, visitas aos roçados, e recepção de alunos e agricultores nos espaços do campus, para proporcionar caminhos ao desenvolvimento da região.

Segundo dados fornecidos pelo Portal da PRE/UFCG, no período compreendido entre 2009-2016, o CDSA matriculou 2.371 alunos ingressantes, onde 1.211 eram originários de municípios do Cariri paraibano. Destes, 611 nativos de Sumé.

Quadro 05 – Relação de estudantes entrantes matriculados no CDSA/UFCG no período 2009-2016, oriundos do Cariri paraibano, por cidade de origem

Cidade de Origem	Total de estudantes novatos matriculados
Alcantil	01
Amparo	12
Assunção	-
Barra de Santana	-
Barra de São Miguel	-
Boqueirão	02
Cabaceiras	04
Camalaú	07
Caraúbas	04
Caturité	-
Congo	51
Coxixola	07
Gurjão	12
Livramento	37
Monteiro	155
Ouro Velho	03
Parari	03
Prata	34
Riacho de Santo Antônio	-
Santo André	-
São Domingos do Cariri	-
São João do Cariri	08
São João do Tigre	01
São José dos Cordeiros	06
São Sebastião do Umbuzeiro	01
Serra Branca	239
Sumé	611
Taperoá	12
Zabelê	01
Total Cariri	1.211

Fonte: PRE/UFCG (2017)

Com 51,07% de alunos ingressantes entre 2009-2016 oriundos do Cariri paraibano, e com 25,77% do total de matrículas realizadas por sumeenses, poder-se-ia inferir que o CDSA influenciou as melhoras dos índices de matrículas no ensino médio do município a partir de 2012, ao oferecer novas e mais acessíveis oportunidades de continuação de estudos aos jovens da região e particularmente do município.

Quadro 06 – Relação de graduados pelo CDSA/UFCEG no período 2009-2016

Período*	Total de Graduados
2012.2	21
2013.1	52
2013.2	47
2014.1	43
2014.2	51
2015.1	44
2015.2	87
2016.1	61
Total	406

Fonte: PRE/UFCEG (2017)

Nota: *No período 2012.2 foram graduados os primeiros alunos do Centro.

Os dados relativos aos alunos graduados revelam que 406 novos profissionais foram formados pelo centro. Abaixo dos 2.371 alunos ingressantes no mesmo período.

- Prefeitura Municipal de Sumé

O município de Sumé foi criado em 1951, através do desmembramento do vizinho Monteiro. Tem à frente do poder executivo, como prefeito eleito em 2016, o antigo vice-prefeito, do mesmo grupo político que está comandando o referido Poder desde 2008.

Atualmente, a Prefeitura conta com 08 Secretarias (Ação Social, Administração, Agropecuária, Cultura e Esporte, Educação, Obras, Orçamento e Finanças e Saúde)

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumé

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumé foi fundado em 24/01/1971, e o atual presidente está à frente da associação desde 2011. Antes ocupava a função de vice.

Segundo o mesmo, há muita oscilação no número de membros, mas a quantidade de sindicalizados (pagantes) gira em torno de 400 pessoas. Devido ao longo período de estiagem e colapso no sistema de abastecimento e irrigação, o que é cultivado nos dias de hoje é ínfimo, frente às potencialidades da região, e serve apenas para o consumo próprio das famílias, e pequenos comércios, segundo representante da Associação dos Agricultores do município, através dos questionários.

- Câmara de Dirigentes Lojistas CDL

Fundada em 1998, atualmente, a Câmara de Dirigentes Lojistas do município é presidida por uma nova diretoria desde 2014. A maior dificuldade enfrentada, desde a abertura, segundo o presidente, em entrevista ao pesquisador, relaciona-se à mobilização do empresariado local para organizar-se em associação. O número de associados permanece quase inalterado desde a fundação, variando em torno de 21 sócios (número atual).

- Agência Bancárias

O município conta com 02 agências bancárias:

- Banco do Nordeste do Brasil – BNB: há 34 anos em Sumé, cuja sede tem área de jurisdição em 19 municípios do Cariri paraibano. Segundo o Portal do Banco, “na área de jurisdição de Sumé, somente no primeiro semestre de 2016, foram aplicados R\$ 20 milhões no Crediamigo (programa de microcrédito urbano), e mais R\$ 13 milhões em operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Agroamigo (programa de microcrédito rural).” (PORTAL DO BNB, 2016)

- Banco do Brasil: No ano de 2016 a Agência local sofreu uma explosão, seguido de roubo, e encontra-se fechada, sem previsão de reabertura.

3.1.3 História

O Cariri é uma região com características bastante peculiares, tanto no que concerne às condições naturais, quanto à estrutura produtiva. Sua ocupação remonta à pré-história, aproximadamente 5.000 anos atrás, conforme comprovam diversos sítios arqueológicos com suas pinturas rupestres. (MARTIN, 1999)

Já no séc. XVI, com a chegada dos europeus ao Brasil, a região era ocupada pelos índios Cariris, que vieram dar nome à região. O status permaneceu inalterado, até que em 1665 uma sesmaria de 30 léguas de terra foi doada à família Oliveira Ledo, que passou a explorá-la economicamente através da pecuária. Esta mostrou-se mais eficiente aos exploradores, por não demandar tanta mão-de-obra quanto à lavoura, devido à grande quantidade de terras que os nativos poderiam emigrar (CDSA PROJETO ACADÊMICO), e pelo fato de que “os primeiros ocupadores do sertão não eram donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos.” (ABREU, 1988)

Muitos índios se incorporaram ao processo produtivo como trabalhadores, e unindo-se a quilombolas, aos posseiros e foreiros, vieram a formar os primeiros grupos de camponeses da região.

No séc. XVIII, com o início do ciclo algodoeiro, que requer grande número de trabalhadores em seu cultivo, os grupos locais que já lidavam com a pecuária, encontraram nessa nova cultura, plena compatibilidade com suas culturas de subsistência, pois os descartes da cultura algodoeira serviam de alimentação ao gado na época da seca. Assim, “a combinação gado-algodão-policultura, estabeleceu-se como o trinômio marco da organização do espaço agrário sertanejo paraibano até a segunda metade do século XX” (MOREIRA, 1997).

Com o declínio da cultura do “ouro branco”, ocorre o empobrecimento dos pequenos agricultores, em benefício dos médios e grandes latifúndios que permaneceram produtivos, incentivados por políticas de financiamento estatais principalmente através da SUDENE. (CDSA PROJETO ACADÊMICO, 2005)

Em 1762, as terras onde se localiza a cidade de Sumé eram uma fazenda pertencente à freguesia de São João do Cariri. No ano de 1903 o povoado foi fundado, com o nome de São Tomé. Em 1911 o distrito foi anexado ao município de Alagoa do Monteiro, cuja integração perdurou até 1951, com o desmembramento e criação do município de Sumé, através da Lei Estadual nº 513, de 08/11/1951. (IBGE, 2016)

Por estar localizada em uma região que apresenta os menores índices pluviométricos do estado, além de fortes limitações quanto à produtividade no solo, a atividade agrícola torna-se inequivocamente limitada, com ressonância na ocupação do

espaço. Essa ocupação está fortemente atrelada ao controle da caatinga, através da busca por meios de desenvolvimento que admitam as condições naturais e sociais da região.

3.2 Dimensão Política

3.2.1 Propriedade dos ativos estratégicos

Partindo-se do conceito contábil do termo “ativo”, Perez (2006) afirma que o mesmo é

todo recurso (físico ou não) que esteja sob o controle de uma organização e que possa ser utilizado para produzir produtos ou serviços aos seus clientes, visando à geração de benefícios econômicos futuros e cujo custo é representado pela capitalização de todos os gastos incorridos para sua aquisição ou desenvolvimento.

Todo recurso, tangível ou intangível, que esteja sob controle de um empreendimento, e que seja capaz, a partir de atividades gerenciais atuando sobre o mesmo, de engendrar perspectivas econômicas, é considerado um ativo. Interpretação corroborada por Arruda, Bortoluzzo e Barros (2011), que ampliando a conceituação, anunciam que esses ativos podem ser percebidos como ativos de cliente (potencial de mercado), ativos de canal de distribuição (meios para se atingir o mercado), ativos de insumo (todo o capital destinado ao processo), ativos de processo (maneiras de procedimento), e ativos de conhecimento (propriedade intelectual, Knowhow).

Assim posto, “os ativos estratégicos fazem parte do conjunto de recursos que uma firma detém e são aqueles recursos que permitem a obtenção de vantagens em custo (para a firma) ou de diferenciação no mercado. Tais ativos são imperfeitamente imitáveis, substituíveis e comercializáveis” (Op. Cit). Todos os ativos que possibilitem uma diferenciação, e torne exclusivo e competitivo um empreendimento, em sua especificidade, na maneira como produz riquezas, em como se posiciona no mercado, e na tipologia de capital envolvido, são considerados, segundo os autores, ativos estratégicos.

No caso em foco, se tem o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido como possível vetor de desenvolvimento para a região, após sua instalação e funcionamento. Para esse mister, o mesmo passa a integrar uma rede de atores institucionais públicos e empresariais locais, detentores de diversos ativos estratégicos, que passam a atuar em prol do desenvolvimento local. Amparados no conceito definido

por Arruda, Bortoluzzo e Barros (2011), observa-se que ativos como o conhecimento, novas tecnologias, recursos humanos, capacidade de liderança e engajamento, além de bens móveis e imóveis, detidos pelos entes envolvidos, são considerados estratégicos, Dessa forma, tem-se:

- Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido:

1) Ativos tangíveis: Campus instalado, com sete cursos de graduação e quatro de pós-graduação, alinhados com as perspectivas de desenvolvimento do semiárido. Infraestrutura projetada e instalada com:

- 02 Centrais de Aula com 07 salas de aula em cada uma.
- 03 Centrais de Laboratórios, sendo: **CENTRAL DE LABORATÓRIOS I:** 01 Lab. de Biotecnologia, 01 Lab. de biologia celular e molecular, 01 Lab. de Microbiologia, 02 Lab. Informática, 01 Lab. de Orgânica, 01 Lab. de Química Geral, 01 Lab. de Cultura de tecidos vegetais, 01 lab. de Química orgânica, 01 Lab. de Química Analítica, 01 Lab. de Química Experimental, 01 Lab. de Física. **CENTRAL DE LABORATÓRIOS II:** 02 Lab. de Solos, 01 Lab. de Hidráulica, 01 Lab. de Herbarium, 01 Lab. de Ecologia e botânica, 01 Lab. de Informática, 01 Lab. de Qualidade da Água e 01 Lab. de Fitossanidade. **CENTRAL DE LABORATÓRIOS III:** 01 Lab. de Automação, 01 Lab. de Matemática, 01 Lab. Ciências Humanas e Sociais (Educação do Campo), 01 Lab. de Ciências Sociais, 01 Lab. de Língua Estrangeira e Libras, 01 Lab. de Língua Portuguesa, e 01 Lab. de Higiene e Segurança do Trabalho.
- 02 Residências Estudantis, sendo 01 masculina e 01 feminina, com capacidade para 30 e 33 estudantes, respectivamente.
- 07 Veículos, sendo: 01 Ônibus (50 passageiros), 01 Meriva, 01 Ducato, 01 Blazer, 02 Logan, 01 D-20 e 01 Amarok. Conta ainda com 03 veículos inativos (01 Corsa, 01 Parati e 01 Toyota Bandeirante).

2) Ativos intangíveis: Capacidade técnica e intelectual para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de articulação com demais atores

envolvidos, advinda do corpo docente e técnico com 84 e 37 servidores respectivamente.

Fonte: Gerência Administrativo-Financeira do CDSA (2017)

- Prefeitura Municipal de Sumé:

1) Ativos intangíveis: Capacidade política, administrativa e operacional para articular com os demais níveis de governo, objetivando a viabilização de estratégias traçadas ao desenvolvimento da região.

- Câmara de Dirigentes Lojistas de Sumé:

1) Ativos intangíveis: Competência para promover a consorciação de atores empresariais, formais e informais do município, para a busca da implementação de pesquisas desenvolvidas pelo CDSA/UFCG, capazes de promover o desenvolvimento da região.

- Associação de Trabalhadores Rurais de Sumé:

1) Ativos tangíveis: Propriedades rurais localizadas no município para o desenvolvimento de novas culturas, adequadas ao bioma caatinga.

2) Ativos intangíveis: Capacidade produtiva, habilidade técnica, experiência com a região e conhecimentos de senso comum ao homem do campo.

- População de Sumé:

1) Ativos intangíveis: Qualificação profissional, entusiasmo pelas mudanças, vontade de empreender.

3.2.2 Relações de poder entre grupos da população no território

Para se entender o que significa “poder”, segundo Lebrun (1981), é necessário, conhecer o sentido de termos como “força”, “política” e “potência”. Esta é “a capacidade de efetuar um desempenho determinado, ainda que o autor nunca passe do ato” (LEBRUN, 1981). O mesmo autor, assentindo com Max Weber quando afirma que “potência (Macht) significa toda oportunidade de impor a sua própria vontade, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando em que

repouse tal oportunidade”, defende que a potência é a possibilidade, ou capacidade de um ator social estabelecer suas vontades aos demais componentes de determinado grupo social.

“Política” seria, de acordo com Lebrun (1981), amparando-se em conceitos de Julien Freund, “a atividade social que se propõe a garantir pela força, fundada geralmente no direito, a segurança externa e a concórdia interna de uma unidade política particular”, ou uma seara de estabelecimento de regramentos e condições, para que a potência possa ser canalizada (através da força).

Assim, o poder transcende o conceito de potência, quando assume contornos mais sutis, agregando o conceito de dominação de Max Weber, que defende a simples probabilidade de que uma determinação de um ator seja acatada pelos demais em um grupo social.

Cada um dos atores que atuam em determinado espaço, o fazem, mesmo que, pontualmente associados em prol de uma causa comum, investidos por características singulares que os distinguem, colocando-os, ocasionalmente em posições de conflito de interesses.

No caso em estudo, observa-se que a partir de 2009, o CDSA/UFCG passa a constituir-se um novo poder atuando no município de Sumé, tendo um potencial para que através de suas ações vir a desencadear rearranjos de relações constituídas e (eventualmente) acomodadas entre os atores (poderes) locais. Para que se caracterizasse uma relação profícua, primeiramente, teria de haver o (re)conhecimento recíproco das potencialidades de cada um, e predisposição colaborativa. A compreensão das possibilidades de atuação do CDSA pelos demais atores locais foi um dos principais obstáculos identificados pela pesquisa (discutido nos Capítulos 04 e 05).

Esse é, provavelmente, um dos vetores angulares de desenvolvimento regional a partir da instalação do campus no município: o estabelecimento de parcerias entre o poder público, empresários locais, CDSA/UFCG, população, e movimentos sociais. Através da política, promover uma conjugação de poderes, quais os que já foram demonstrados quando da desapropriação e seção de 25 hectares pela Prefeitura Municipal para a UFCG, objetivando a construção do campus; ou com a associação de congressistas paraibanos, articulando junto ao governo federal a liberação de emendas

parlamentares para financiarem a construção do Centro; ou por meio da realização do “Grito do Cariri”, uma manifestação que tomou as ruas da cidade, conflagrada pelos movimentos sociais, empresários locais e estudantes, que clamavam pela chegada do empreendimento educacional no município (PROJETO ACADÊMICO DO CDSA, 2005).

3.3 Dimensão Econômica

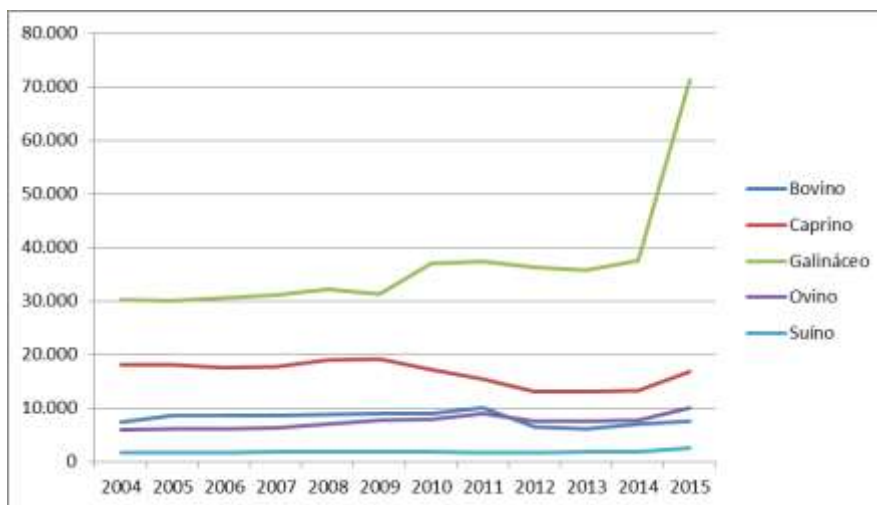
O semiárido nordestino apresenta características de uma região desprovida de recursos hídricos, devido aos baixos índices pluviométricos, e de condições para existência de uma vegetação mais densa. Devido a essas características marcantes e à falta de planejamento estruturado que marcaram as políticas públicas direcionadas à região no decorrer de sua história (como apontado anteriormente nesta dissertação), sua economia está fortemente relacionada às atividades de subsistência ligadas à agricultura e pecuária, salvo pontuais exceções.

3.3.1 Atividades econômicas desenvolvidas

De acordo com o censo agropecuário realizado em 2010 pelo IBGE, o Cariri destaca-se pela caprinocultura, pois foi a cultura pecuária que melhor se adaptou às condições locais. Os caprinos foram trazidos à região no início do período colonial, e desde sempre têm significado uma importante atividade socioeconômica para a população local, ou como uma alternativa de trabalho, de renda, ou ainda pela produção de alimentos e pele (MORAES NETO et al., 2003).

Em Sumé não é diferente, apesar da ruptura do crescimento do rebanho entre os anos 2011-2012, que acometeu todas as espécies.

Figura 06 – Evolução dos rebanhos, por espécie animal, do município de Sumé entre os anos 2004-2015



Fonte: IBGE (2017)

No período em destaque, observa-se que a caprinocultura é uma atividade relevante no município, comparando-se com as demais culturas pecuárias. Ela sofre uma queda a partir do início da segunda década, acompanhando o movimento apresentado pelas outras, muito provavelmente ocasionado pela agudização da crise hídrica que vem assolando toda região nos últimos anos. Mesmo assim, constata-se uma leve recuperação entre os anos 2014 e 2015. Ressalta-se o súbito aumento no rebanho de galináceos em 2014, que já vinha em uma crescente no período, em descompasso com as demais culturas.

Isso se deu devido ao surgimento de criadores de galinhas caipiras no município, que passaram a compor uma cadeia produtiva estadual composta por 800 produtores associados de 37 associações e 05 cooperativas, e que atualmente abate 200 mil cabeças de frango por ano na Paraíba (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA ALTERNATIVA, 2018). Além do SEBRAE/PB, o CDSA/UFCG já vem atuando dentro da perspectiva de fortalecimento dessa cadeia, através de projetos desenvolvidos em uma unidade produtiva instalada no campus, “[...] tida como referência para o Cariri, pois trabalha dentro do que preconiza as regras, normas e leis da avicultura caipira do Brasil, que são regidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)” (PORTAL DO CDSA/UFCG, 2018).

O município vizinho de Monteiro recebeu recentemente um abatedouro de aves com capacidade para abater até 3 mil aves por dia, sinalizando o crescimento do setor. Atualmente o CDSA converge suas ações à conscientização dos criadores para adequarem-se às normas vigentes e promoverem o aumento da qualidade e produtividade. Os dados indicam o surgimento de uma nova vocação econômico-produtiva para o município, que se assim se concretizar, seria um vetor para o desenvolvimento de maiores ações por parte do CDSA, visando o incremento e fortalecimento da cultura na região (PORTAL DO CDSA, 2018)

A produção relacionada à pecuária no município de Sumé tem no leite de vaca, e nos ovos de galinha, seus principais itens de comercialização. Como verificado no Quadro 08 a seguir, verifica-se que os dois produtos apresentaram um aumento de produção entre os anos 2004-2011, e uma queda nos anos seguintes; o que corresponde ao demonstrado no gráfico anterior, com a diminuição de cabeças nos respectivos rebanhos. A queda foi mais acentuada na produção de leite, que de um ano para outro teve a produção decrescida em 230%.

Figura 07 – Evolução de produtos derivados da pecuária no município de Sumé entre os anos 2004-2015

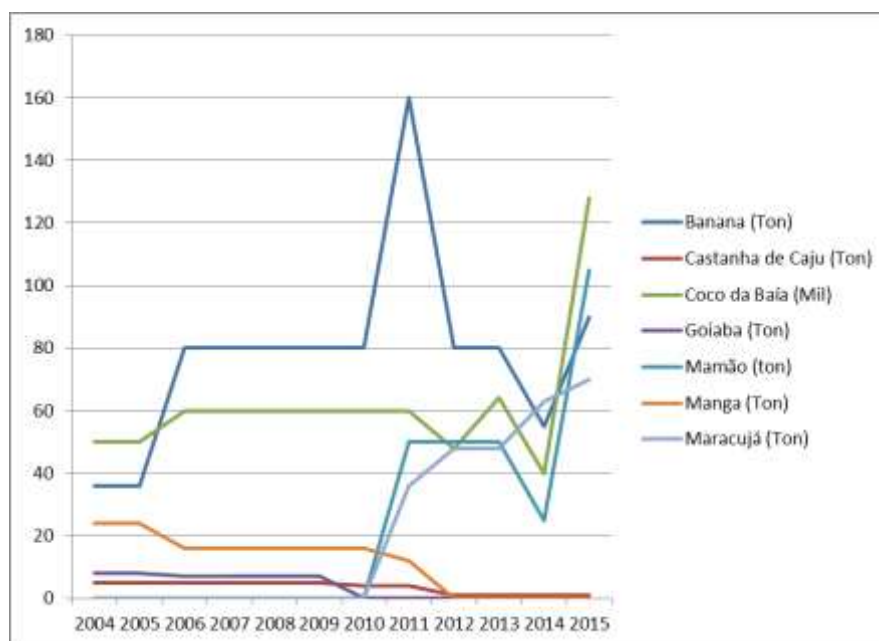


Fonte: IBGE (2017)

Em 2009 apareceu nos levantamentos do Instituto a produção de mel de abelha, outra cultura resistente às condições da região. Mas até 2015 manteve-se praticamente estável, entre altas e baixas na produção.

A agricultura, como uma das atividades econômicas fundamentais do município, teve em sua lavoura permanente pouca variedade de produtos cultivados. Entre os anos de 2004 e 2015 foram amanhados os produtos: banana, castanha de caju, coco da baía, goiaba, mamão, manga e maracujá. Todos eles típicos de regiões tropicais, com necessidades específicas de qualidade de solo (profundidade) e irrigação.

Figura 08 – Evolução da produção agrícola permanente do município de Sumé entre os anos de 2004-2015, por quantidade colhida



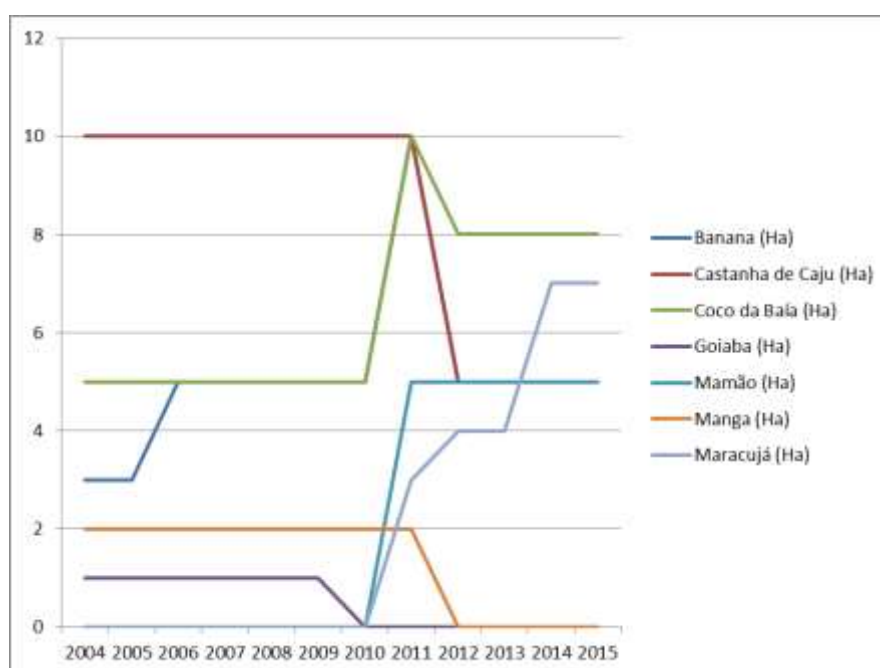
Fonte: IBGE (2017)

A produção agrícola permanece relativamente estável entre os anos 2004 e 2010, excetuando-se o incremento da cultura da Banana em 2006, que dobra o valor colhido, atingindo 80 toneladas, e o constante decréscimo da produção de manga, que no ano de 2012 vem a desaparecer. A produção de Banana é um caso atípico. No ano de 2011 ela dá mais um salto quantitativo, e dobra mais uma vez a quantidade colhida, atingindo 160 toneladas. A partir daí, também com as demais culturas, acompanhando o que ocorreu com a pecuária no mesmo período, todas verificam oscilações negativas, com

desaparecimento também da goiaba e da castanha de caju em 2012. A partir de 2014 as demais apresentam recuperação.

Observa-se que a cultura do mamão e do maracujá foi introduzida entre os anos de 2010-2011, no mesmo período em que foi encerrado o cultivo da goiaba; constituindo, provavelmente, uma troca de cultura na área amanhada.

Figura 09 – Evolução da produção agrícola permanente do município de Sumé entre os anos de 2004-2015, por área cultivada



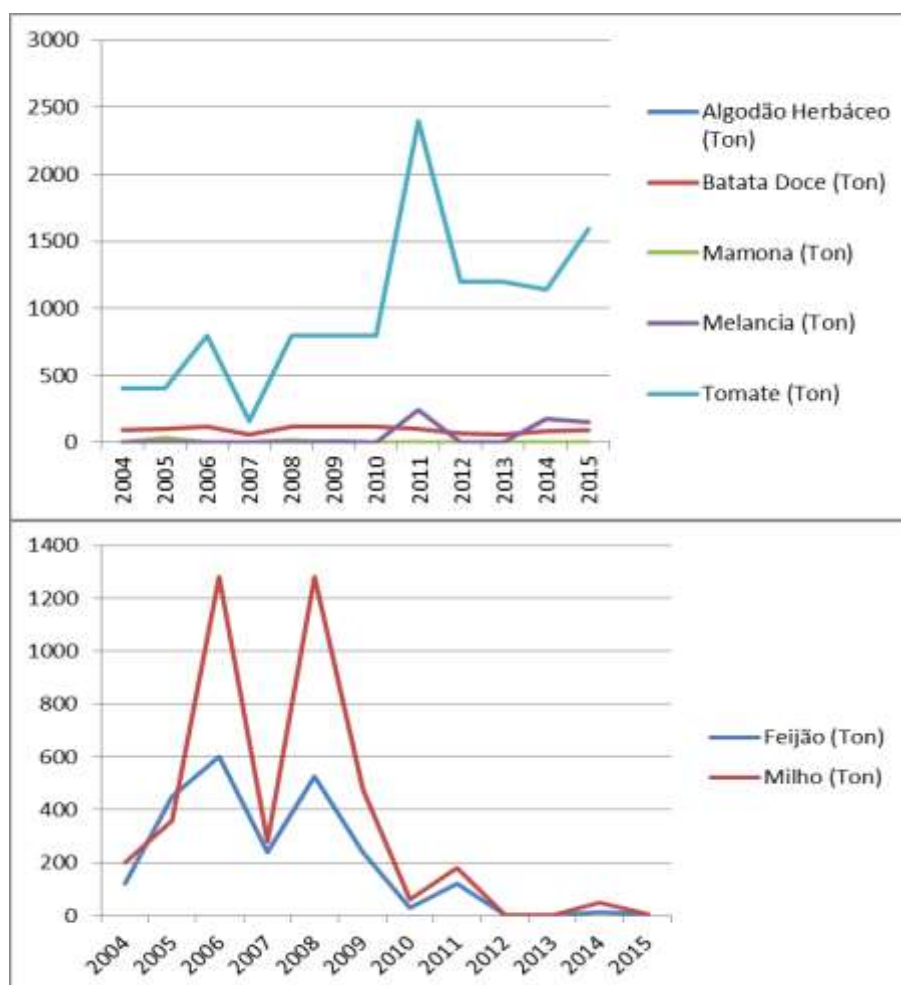
Fonte: IBGE (2017)

Entre os anos 2004 e 2009 não houve nenhum aumento de área destinada às culturas tradicionais, com exceção para o cultivo da banana, que sai de 3 Ha para 5 Ha em 2006. No período de 2010 e 2014 ocorrem algumas oscilações. Ao comparar os dois gráficos observa-se que as culturas da banana, da castanha de caju, da goiaba e do maracujá oscilam em sincronia entre a área cultivada e a quantidade colhida. Com relação ao coco da baía verifica-se um aumento da área plantada entre 2010 e 2011, com declínio a partir de 2012, mas com oscilações discrepantes na quantidade produzida no mesmo período, dando margem para inferências quanto à produtividade das lavouras.

A cultura do mamão surge nos dois gráficos em 2010, mas enquanto a área cultivada permanece inalterada, a quantidade colhida sofre oscilações, com uma forte retomada de crescimento em 2015. No caso da manga ocorre uma queda gradativa da quantidade colhida entre 2004 e 2012, frente à mesma área cultivada, e um desaparecimento de ambas a partir deste ano.

Com relação às lavouras temporárias, como contribuição à produção agrícola municipal, observa-se, como o próprio termo sugere, uma grande oscilação na produtividade, área cultivada e quantidade colhida, dentro de um pequeno rol de produtos cultivados.

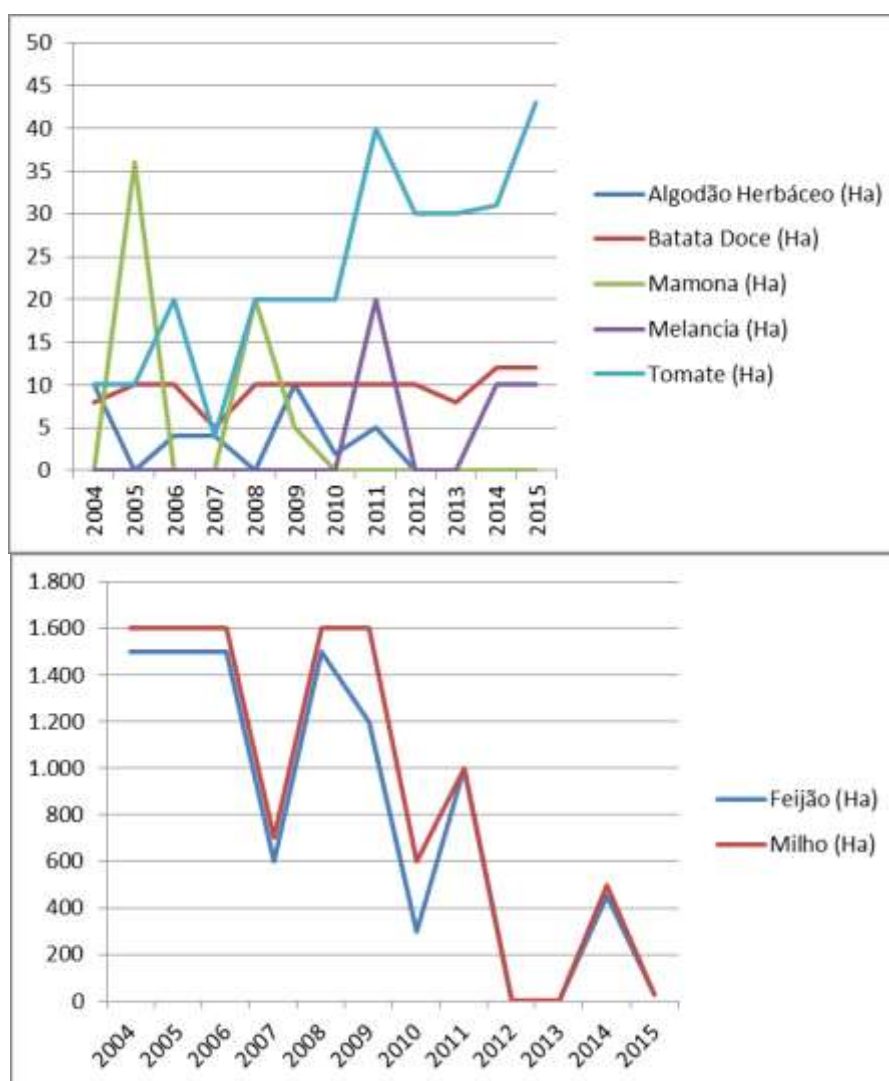
Figura 10 - Evolução da produção agrícola temporária do município de Sumé entre os anos de 2004-2015, por quantidade colhida



Fonte: IBGE (2017)

Dentro do espectro analisado, apenas as culturas da Batata Doce e do Tomate mantiveram-se ativas, apesar de sofrerem oscilações dentro dos quesitos expostos no Gráfico 05. Destacam-se os anos de 2012 e 2013, em que apenas esses produtos foram cultivados, possivelmente por conta da forte estiagem que assola a região nos últimos anos.

Figura 11 - Evolução da produção agrícola temporária do município de Sumé entre os anos de 2004-2015, por área cultivada



Fonte: IBGE (2017)

As culturas oscilam em ambos os gráficos em sintonia, onde a área cultivada influencia a quantidade colhida. Destaque para as culturas do milho e do feijão, que

após picos de colheita entre os anos de 2004 e 2010, sofrem quedas consecutivas a partir de então, com um desaparecimento em 2012 e uma tímida retomada em 2014.

Tanto nas culturas permanentes quanto nas temporárias, observa-se o quanto o fator climático interferiu na produção, demonstrando a forte dependência dos agricultores pelo “bom humor” da natureza; e o quanto políticas públicas, e ações ordenadas do CDSA/UFCG (no caso) podem agregar valor, através de desenvolvimento de novas técnicas de cultivo e manejo, à economia da região.

Uma preocupação que vem acompanhando os debates relacionados às atividades econômicas desenvolvidas na região envolve a questão da sustentabilidade e da preservação do bioma caatinga. Alves (2009) afirma que

os Cariris é uma região fornecedora de madeira para diversas atividades econômicas na Paraíba, como é o caso da transformação da madeira em carvão, da extração de lenha para abastecer as fábricas de beneficiamento de minério, padarias, madeira, olarias e consumo doméstico. A pecuária extensiva e semi-extensiva local, com criação de bovinos, ovinos e caprinos, também é outro fator agravante para os processos de degradação da cobertura vegetal.

No caso específico de Sumé, a atenção se volta para a extração de madeira, comercializada como carvão vegetal e *in natura*.

Quadro 07 - Evolução da silvicultura do município de Sumé entre os anos de 2004-2015

	Madeira (Carvão Vegetal) - Ton	Madeira (Lenha) - m³
2004	15	3.535
2005	17	3.000
2006	17	2.850
2007	17	2.950
2008	16	3.000
2009	16	2.800
2010	16	3.000
2011	17	3.000
2012	19	4.500
2013	17	4.000
2014	15	3.500
2015	15	3.535

Fonte: IBGE (2017)

No período de 2004-2015, verificam-se pequenas oscilações nos números, com um decréscimo e manutenção de tendência a partir de 2013.

3.3.2 Movimentações financeiras desencadeadas pelo CDSA/UFCG

No final de 2008, após aprovada a implantação do Campus universitário em Sumé, e nomeada a equipe *pró-tempore* que iria executar o planejamento, deu-se início à operacionalização da nova unidade da UFCG. Esta operacionalização abrangia, além de atividades acadêmicas e administrativas, como realização de concursos para docentes e primeiros trâmites burocráticos, o início de atividades relacionadas a aquisições de bens duráveis e de consumo, além de contratações para a construção do campus propriamente dito.

A Unidade Gestora do novo Centro só foi criada em 2010 (RELATÓRIO DE GESTÃO DO CDSA, 2010), assim, todos os contratos, empenhos e pagamentos foram executados, de início, pelo Campus Sede, Campina Grande. Em 2009 foram investidos, incluindo a suplementação orçamentária do MEC para a implantação do campus, R\$ 12.824.422,75, sendo R\$ 1.504.399,67 em despesas correntes, e R\$ 11.320.023,08 em despesas de capital, sendo R\$ R\$ 9.500.703,41 com obras e instalações e R\$ 1.819.319,67 com equipamentos e material permanente (valores corrigidos pelo IPC-A (IBGE)). (RELATÓRIO DE GESTÃO DO CDSA, 2009)

Com a criação da UG, o orçamento passou a ser executado pelo Centro, que passa a elaborar e realizar seus próprios certames licitatórios, bem como empenhos, pagamentos e liquidações oriundos dos mesmos. De acordo com o Portal da Transparência, o CDSA executou entre 2010 e 2016 R\$ 27.190.134,66, incluindo todos os elementos de despesa.

Quadro 08 – Execução orçamentária do CDSA entre os anos 2010-2016, por tipo de despesa, em reais

Ano	Despesas Correntes	Despesas de Capital		Total
		Obras e Instalações	Equip e Mat Permanente	
2009	R\$ 1.504.399,67	R\$ 9.500.703,41	R\$ 1.819.319,67	R\$ 12.824.422,75
2010	R\$ 907.036,67	—	R\$ 297.863,24	R\$ 1.204.899,91
2011	R\$ 873.281,75	R\$ 2.258.501,39	R\$ 1.275.532,48	R\$ 4.407.315,62
2012	R\$ 616.094,66	R\$ 3.455.548,45	R\$ 2.430.830,37	R\$ 6.502.473,48
2013	R\$ 1.041.891,84	R\$ 5.807.582,53	R\$ 832.042,83	R\$ 7.681.517,20
2014	R\$ 1.005.839,46	R\$ 968.857,27	R\$ 1.188.440,73	R\$ 3.163.137,46
2015	R\$ 542.407,44	R\$ 787.760,96	R\$ 850.277,93	R\$ 2.180.446,33
2016	R\$ 831.800,22	R\$ 1.112.982,36	R\$ 105.562,08	R\$ 2.050.344,66
Total	R\$ 5.818.352,04	R\$ 14.391.232,96	R\$ 6.980.549,66	R\$ 27.190.134,66
Total + 2009	R\$ 7.322.751,71	R\$ 23.891.936,37	R\$ 8.799.869,33	R\$ 40.014.557,41

Fonte: Portal da Transparência/ Relatório de Gestão CDSA 2009

Nota: Valores corrigidos pelo IPC-A (IBGE, 2017)

Observam-se fortes oscilações nos gastos com despesas correntes (auxílio financeiro a estudantes, diárias e passagens, material de consumo, e serviços de terceiros, pessoas físicas e jurídicas), voltadas para manutenção do campus, e suas atividades administrativas e acadêmicas. Mesmo devido à sua natureza de financiadora das atividades fins e meio da Instituição, e (teoricamente) pouco vulnerável a cortes e retenções por parte do governo, isto não se deu durante o período analisado, principalmente entre o biênio 2014/2015 que sofreu um corte de quase 100%.

As despesas de capital, sim, tiveram alterações significativas durante o período, refletindo os esforços para a construção e equipagem do Centro. O elemento de despesa Obras e Instalações destaca-se entre 2011 e 2013, com ápice neste último ano, período em que foram erguidos Centrais de Aula, Residências Estudantis, Restaurante Universitário e Centrais de Laboratórios. Movimentação semelhante à ocorrida com as aquisições de materiais permanentes diversos, nesse caso intrinsecamente relacionadas com a construção civil, pois entre outros usos, possibilitaram o equipamento e mobília das novas instalações do campus.

Nesse mesmo período, empresas sediadas no município contrataram com a instituição R\$ 1.333.367,34, onde foram empenhados R\$ 859.696,55, o que representa 2,15% do montante executado.

Quadro 09 – Valores contratados e empenhados pelo CDSA com empresas de Sumé entre os anos 2009-2016 em reais

Ano	Contratado	Empenhado
2009	R\$ 71.852,17	R\$ 71.852,17
2010	R\$ 247.420,37	R\$ 186.488,38
2011	R\$ 218.843,01	R\$ 142.495,36
2012	R\$ 291.094,09	R\$ 186.796,54
2013	R\$ 160.930,53	R\$ 89.405,85
2014	R\$ 149.751,44	R\$ 81.744,63
2015	R\$ 129.869,92	R\$ 69.110,73
2016	R\$ 63.605,81	R\$ 31.802,89
Total	R\$ 1.333.367,34	R\$ 859.696,55

Fonte: GEAF/CDSA (2017)

Nota: Valores corrigidos pelo IPC-A (IBGE, 2017)

A Tabela 05 apresenta variações semelhantes ao verificado na Tabela 04, com aumentos significativos de valores na época de instalação do campus, e uma acomodação com tendência a diminuições no período seguinte. Essas contratações objetivaram o fornecimento de combustíveis, serviços de internet, serviços de reprografia, instalação de ar-condicionado, manutenção de computadores, locação de veículos, e aquisições pontuais de materiais de construção. Nenhum desses produtos ou serviços apresentam significativo valor agregado. Todos foram contratados, atendendo a uma demanda, que por sua natureza, careciam de fornecedores locais, desencorajando demais competidores nos certames.

Quadro 10 - Valores empenhados pelo CDSA para empresas de Sumé, entre os anos 2009-2016, por natureza da despesa, em reais

Ano	Combustíveis	Material Construção	Serviços de Internet	Serviços Reprografia	Instalação de Ar-condicionado	Recarga de Toneres	Locação de Veículo
2009	R\$ 58.606,18	R\$ 13.246,00					
2010	R\$ 32.791,19	R\$ 120.006,70	R\$ 27.633,01	R\$ 6.057,48			
2011	R\$ 45.264,11	R\$ 34.011,26	R\$ 63.220,00				
2012	R\$ 41.170,46	R\$ 21.070,51	R\$ 75.654,79	R\$ 6.877,71	R\$ 31.957,85	R\$ 10.065,22	
2013		R\$ 17.881,17	R\$ 71.524,68				
2014			R\$ 67.124,38	R\$ 4.902,52			R\$ 9.717,78
2015			R\$ 60.759,15				R\$ 8.351,62
2016			R\$ 31.802,89				
Total	R\$ 177.831,94	R\$ 206.215,64	R\$ 397.718,90	R\$ 17.837,71	R\$ 31.957,85	R\$ 10.065,22	R\$ 18.069,40

Fonte: GEAF/CDSA (2017)

Nota: Valores corrigidos pelo IPC-A (IBGE, 2017)

Observando-se a Tabela 06, se verifica a concentração de aquisições de material de construção, durante os anos de obras de constituição do campus, com um pico no ano de 2010. Com relação a combustíveis, houve uma mudança na legislação, e os motoristas puderam abastecer utilizando cartões corporativos do Governo Federal, em postos situados em seus trânsitos. Assim, não houve necessidade de contratos fixos no município. O único serviço de prestação contínua realizado por uma empresa local ao CDSA é o de fornecimento de sinal de internet, que se mantém estável durante todo o lapso temporal.

Quadro 11 – Comparativo entre os empenhos feitos para empresas diversas e empresas de Sumé, em reais

Ano	Empenhos Empresas Gerais	Empenhos Empresas de Sumé	Participação de Empresas de Sumé no Montante Empenhado
2009	R\$ 11.002.422,35	R\$ 71.852,17	0,65%
2010	R\$ 1.201.838,32	R\$ 186.488,38	15,52%
2011	R\$ 4.407.315,62	R\$ 142.495,36	3,23%
2012	R\$ 6.708.278,42	R\$ 186.796,54	2,78%
2013	R\$ 7.681.517,20	R\$ 89.405,85	1,16%
2014	R\$ 3.163.137,46	R\$ 81.744,63	2,58%
2015	R\$ 2.180.446,32	R\$ 69.110,73	3,17%
2016	R\$ 2.061.738,78	R\$ 31.802,89	1,54%
Total	R\$ 38.406.694,47	R\$ 859.696,55	2,24%

Fonte: GEAF CDSA/ Portal da Transparência/ Relatório de Gestão CDSA 2009

Nota: Valores corrigidos pelo IPC-A (IBGE, 2017)

Ao se analisar a participação das empresas de Sumé no contexto das compras e contratos realizados pelo CDSA no período compreendido entre 2009/2016, percebe-se quão pouco significativa é sua posição em relação ao montante. Apresenta alguma relevância em 2010 ao receber 15,52% dos empenhos do Centro, índice fomentado pelas vendas de material de construção, na época de edificações civis do CDSA, de acordo com Quadro 10. Após isso, tem uma participação sem nenhuma representatividade, nunca atingindo 4% dos empenhos realizados.

No mesmo período, algumas áreas nas dependências do CDSA foram constituídas para fornecimento de serviços à comunidade acadêmica: uma área de cantina, e outra de serviços de copiadora. As mesmas foram concedidas através de certame licitatório próprio, e os usufrutuários são moradores locais.

Quadro 12 – Valores contratados referentes às áreas concedidas para atividades comerciais no CDSA, em reais

Ano	Contratado
2013	R\$ 7.727,04
2014	R\$ 7.727,04
2015	R\$ 12.467,04
2016	R\$ 12.467,04
Total	R\$ 40.388,16

Fonte: GEAF/CDSA (2017)

No ano 2013 a cantina passou a funcionar, e concedida por R\$ 7.727,04. Em 2015, a copiadora foi inaugurada, pelo valor pago anualmente ao CDSA de R\$ 4.740,00, totalizando a partir de então, R\$ 12.467,04. Ambos os estabelecimentos funcionam atualmente com 06 funcionários diretos, excetuando-se os proprietários.

Quadro 13 – Quantitativo de servidores efetivos e terceirizados do CDSA, por naturalidade, cargo e remuneração total do quantitativo por cargo

Postos de Trabalho	Quantidade	Naturalidade de Local	Naturalidade Regional (Cariri)	Outra Naturalidade	Remuneração Média
Técnico-Administrativos	38	07	06	25	R\$ 158.865,08*
Docentes	88	01	06	81	R\$ 703.472,88**
Sub-Total	126	08	12	106	R\$ 862.337,96
Porteiros	14	14	-	-	R\$ 13.118,00***
Motorista	04	04	-	-	R\$ 3.748,00***
Vigilantes	12	12	-	-	R\$ 11.244,00***
Apoio Administrativo	45	45	-	-	R\$ 42.165,00***
Sub-Total	75	75	-	-	R\$ 70.275,00***
Total	201	83	12	106	R\$ 932.612,96

Fonte: GEAF/CDSA (2017)

Notas:

*Considerando o valor recebido por TAE Nível EI1 do PCCTAE R\$ 4.180,66, como valor médio dos TAEs, segundo a Lei nº 7.596/1987 e § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/2005.

**Considerando o valor recebido por Docente com mestrado, Classe Adjunto, D III, nível 1 em Janeiro/2017, de R\$ 7.994,01, como valor médio dos Docentes Efetivos e Substitutos.

***Considerando o valor bruto de 01 salário-mínimo de R\$ 937,00.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS/DISCUSSÃO

O presente capítulo expõe os resultados e discussões dos dados colhidos a partir da aplicação dos questionários e da pesquisa documental, em diálogo com a fundamentação teórica, e consonante com os objetivos propostos para o desenvolvimento da pesquisa. Para isso, serão apresentados três tópicos, sendo: o 4.1 trata da expansão da UFCG ao Cariri paraibano e desenvolvimento regional; o 4.2 aborda o cenário e perspectivas da relação entre a UFCG e o município de Sumé; e o último, 4.3, versa sobre a contribuição da UFCG aos indicadores sociais e econômicos do município.

4.1 A implantação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

A busca pela promoção do desenvolvimento regional justificou e norteou as ações que objetivaram a implantação do CDSA/UFCG no Cariri paraibano, no município de Sumé. Conceituar “desenvolvimento” para entendê-lo, é um pressuposto para as ações que buscam atingi-lo; embora não seja simples, pois a noção de desenvolvimento abarca nuances e outros conceitos que vão além do crescimento econômico, englobando questões sociais e culturais, identificadas através dos questionários.

G11 (doravante o “G” será a abreviação para Grupo, o primeiro numeral indica a que grupo o informante se refere entre um dos três utilizados, nesse caso é o de indivíduos envolvidos com a elaboração do projeto e implantação do CDSA, e o segundo numeral representa a individualidade do informante na pesquisa) afirma que o desenvolvimento é “difícil de definir, mas muito fácil de reconhecer”, que definiria como sendo o “crescimento econômico, social, cultural e político de um país”. A intuição de que o desenvolvimento regional não está dissociado de ações mais humanas e sustentáveis, entrosadas ao crescimento econômico, e que este não se confunde com aquele, foi discernida em todas as contribuições, uns com maior clareza (principalmente os dos Grupos 01 e 02), e outros através de termos como “educação”, “saúde”, “pessoas”, e “qualidade de vida”.

Em uma linha que condiciona o desenvolvimento regional a práticas que alarguem ganhos sociais, G23 afirma que “[...] a tese desenvolvimentista que visa

crescimento econômico sem ter atenção às pessoas impossibilita o que entendo por um desenvolvimento que realmente leve em consideração os diversos aspectos da vida social[...]. Dentro dessa acepção, G27 expõe que desenvolvimento é “[...] a possibilidade de promover o crescimento do território em bases equilibradas, com solidariedade social e justiça distributiva [...] estabelecendo oportunidades para o empoderamento feminino e das juventudes e dando visibilidade aos movimentos sociais [...]”. G31 defende que o desenvolvimento “[...] busca a melhoria dos recursos através de procedimentos sociais, possibilitando o aumento da produção e conseqüentemente a renda do município”.

O desenvolvimento regional também é entendido como fruto de ações promovidas pelo poder público em determinadas regiões pouco desenvolvidas, que podem ser articuladas para potencializar competências locais, que se poderia denominar por APL's.

[...] a expressão contida na pergunta diz respeito ao olhar mais específico para as escalas da região e do lugar. Pensar o desenvolvimento econômico considerando essas escalas significa voltar-se para questões próprias a elas, no sentido de levantar potencialidades presentes e, com base nelas, pensar numa economia que dialogue com os sujeitos e suas capacidades. G13

[...] apoia-se na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização de atributos de uma certa região [...] G15

(Desenvolvimento econômico regional) Consiste em um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais ligados a uma determinada área ou região com interações e cooperações entre os stakeholders como governo, sociedade civil, empresas e associações, todos com articulações em prol de objetivos comuns. G14

Para G22, um modelo de desenvolvimento regional é aquele “que condensa estratégias de alargamento para uma região ou localidade [...] que se direciona a desenvolver lugares que predominantemente estiveram defasados em relação ao curso do desenvolvimento nacional.” G24 acrescenta que “seria quando políticas públicas direcionam seus focos para uma determinada região com o objetivo de criar meios de produção e renda dentro das particularidades da mesma”

Dentro do Grupo 03, formado pelos sujeitos que vivenciam mais de perto as questões relacionadas ao dia-a-dia do município, e teoricamente menos condicionados a respostas com embasamento técnico-científico, verificam-se conceituações e alegações

mais práticas quanto ao desenvolvimento, sua falta na região e suas consequências. G38 diz que desenvolvimento regional é identificado por “melhorias para a cidade com o aumento do fluxo de dinheiro”. Para G35 ele seria percebido “pelas melhorias na cidade e município, e pela melhoria nas estradas”, aludindo à questão da infraestrutura urbana.

Para G36, o desenvolvimento no município já é perceptível, ao afirmar que “[...] é o que estamos presenciando com a vinda da UFCG [...] o comércio em geral deu uma alavancada, principalmente da área de construção. E toda a região, principalmente do Cariri saiu ganhando.” G32 cita as potencialidades agrárias da região, defende que o município possui as condições necessárias para voltar ao trilho do desenvolvimento e também refere-se à UFCG como um ente que pode contribuir na consecução do intento: “Na nossa região se resume em reativação do perímetro irrigado [...] que pode ser reativado e mudar a economia da nossa cidade [...] temos a água, o Banco do Nordeste e a faculdade [...]”. Percebe-se aí a noção da possibilidade da articulação de atores locais com capacidades técnicas, financeiras e/ou políticas como promotores do desenvolvimento econômico regional.

Todos os entrevistados demonstraram compreender, cientificamente ou por meio do senso comum, que o desenvolvimento difere de crescimento; que além de possuir esta característica, engloba melhoras em índices sociais, culturais e políticos. Era indispensável mensurar o nível de conhecimento da população sobre essa questão para que os demais dados advindos dos questionários fossem mais bem apreendidos.

Assim, partindo-se dessa premissa, e das responsabilidades atinentes à expansão da UFCG, nos níveis institucional e local, 40% dos entrevistados do Grupo 01 indicam que a Universidade se capacitou internamente e atendeu todas as exigências do MEC para dar o passo em direção ao Cariri.

[...] O estado estava precisando oportunizar ensino superior nas regiões mais carentes e com índices vergonhosos de jovens de 18 a 24 anos fora da educação superior, assim como a UFCG estava absolutamente pronta para o desafio posto, tanto que já tinha um Projeto pronto (PLANEXP) e aprovado no Colegiado Pleno. G11

[...] a situação dos jovens entre 18 e 24 anos na época da elaboração do Plano de Expansão Institucional da UFCG (PLANEXP) era bastante dramática no estado. [...] Assim, para se atingir a meta determinada pela lei – isto é, prover educação superior até 2010 para 30% dos jovens de 18 a 24 anos (ou seja 142.082 jovens paraibanos) – seria necessário abrir 119.775 novas vagas em

cinco anos [...] bem verdade que a meta se afigurava praticamente inatingível [...] mas esses números, mais do que estarrecedores eram desafiantes. [...] Sim, a UFCG estava pronta para a expansão e a prova disso é que os três campi projetados estão devidamente instalados e funcionando bem. G15

Para 60% dos informantes a adesão ao Programa REUNI e a instalação dos novos campi era necessária pelos motivos expostos anteriormente, mas a instituição não estaria totalmente pronta para esse passo, ou o projeto do CDSA (propriamente dito) careceria de ajustes e adequações para mais eficazmente atender as demandas que o originaram:

[...] existia a necessidade de criação de unidades de alguma universidade em certas regiões no estado da Paraíba, porém, acredito que a UFCG ainda não estava totalmente preparada para participar do REUNI, mas havia um momento político propício a uma ampliação das instituições de ensino superior [...] G12

[...] tomando por base a necessidade de reestruturação e a expansão do ensino, pesquisa e extensão, não havia outro caminho para as universidades que não fosse o da adesão ao REUNI, estando preparada ou não. G14 (Grifo nosso)

[...] Penso que a expansão foi importante para a UFCG, mas tenho considerações a fazer sobre o modo como ela foi desenvolvida: considero que “replicar” cursos já existentes, no mesmo formato, não foi uma ação interessante. Na época da instalação de Sumé, defendi, junto com outros colegas, que tivéssemos um campus e cursos que, de fato, mexessem nos paradigmas dos cursos já instalados, desde a concepção de suas instalações físicas. Por razões de economia, muito do que se seguiu obedeceu ao padrão consolidado. [...] G13

Depois de apascentada a ideia da realização da expansão e de seu direcionamento à região do Cariri do estado, a escolha do município para receber o Centro passou a ser a questão a ser equacionada, e Sumé foi o escolhido. Segundo G24, essa opção por Sumé foi motivada por questões regionais, “[...] pois a microrregião do Cariri paraibano era a única que não possuía um campus universitário [...]”. Para G26 o que orientou a decisão foi “[...] simplesmente uma questão política.” Avaliando-se a totalidade dos questionários, verifica-se que para 32% dos consultados, isso se deu como uma evolução natural do Projeto UNICAMPO da UFCG, desenvolvido no município e com bons índices de avaliação. A localização estratégica do município, que centralizaria o fluxo de estudantes do Cariri, foi determinante, segundo 36% dos entrevistados. Para 16%, iniciativas políticas influenciaram fortemente a escolha de Sumé para sediar o CDSA. Igual percentagem de consultados opinou que o

engajamento da população local se tornou decisivo para este mister. G23 representa o quadro exposto assim:

A motivação maior foi que antes da implantação do campus existia (ou ainda existe) um projeto chamado Universidade Camponesa. Esse projeto foi o embrião da idéia de implantação de campus universitário na região do Cariri, em especial no município de Sumé. Soma-se a isso um conjunto de forças políticas locais que lutaram para que a implantação fosse em Sumé, haja vista que a cidade de Monteiro também pleiteava que o campus fosse instalado lá. Além dos políticos locais, as pessoas do Cariri foram evocadas para reivindicar a implantação do Campus, esse movimento denominou-se “Grito do Cariri” [...] G23

Ao analisar isoladamente os Grupos 02 e 03, verifica-se que eles discordam quanto à principal motivação para a escolha de Sumé. O pré-funcionamento da UNICAMPO foi decisivo para 33%, a maioria do Grupo 02; ante 58% do Grupo 03 que citaram a boa localização geográfica do município como motivador central. A lembrança pela Universidade Camponesa do Grupo 02, provavelmente se deve por este grupo ser formado por servidores do campus, e teoricamente, mais conhecedores do Projeto.

Verifica-se, assim, de acordo com o rol geral consultado, que a posição geográfica do município em relação aos demais da região e o exitoso desenvolvimento do Projeto UNICAMPO foram fatores essenciais para a opção por Sumé como sede do CDSA. E motivações políticas envolvendo ações dos poderes públicos e engajamento da população também são destacadas como causas cruciais para a escolha do município.

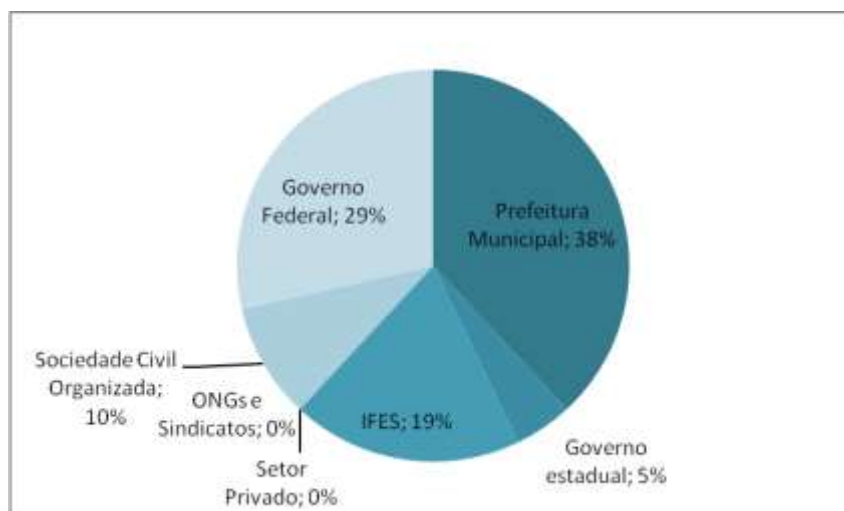
4.2 Perspectivas sobre a relação do CDSA e Sumé/PB

A instalação do campus universitário em Sumé, desde quando foram aventadas as possibilidades e primeiras notícias, sempre foi muito aguardada. A população não titubeou em aderir ao movimento denominado “Grito do Cariri” quando viu seu sonho ser ameaçado. Através de observações pessoais, e de testemunho de entrevistados, o sentimento que se tinha à época da inauguração era de que havia aportado no município um poderoso agente público capaz, por si só, de gerar ou impulsionar meios de desenvolvimento para toda região.

Passados oito anos do evento, embora ainda “jovem”, o CDSA já se estabeleceu em Sumé. As etapas de construção civil e das vultosas aquisições para a montagem do campus já passaram, muitos estudantes já se formaram, e os locais já se adaptaram às rotinas que a vida universitária desencadeia na região, mas segundo os respondentes o Centro mantém-se como um ator destacado como agente de desenvolvimento local, no rol em que também constam a Prefeitura Municipal, o Governo Estadual, o Setor Privado, as ONGs e Sindicatos e a Sociedade Civil Organizada.

Para 19% dos entrevistados, as IFES devem ser os principais responsáveis por tomar à frente das ações que visem à promoção do desenvolvimento regional em municípios contemplados com uma dessas Instituições, dentre os atores citados. Apenas os Poderes Municipal e Federal são apontados como os principais articuladores do intento. As IFES ocupando o terceiro lugar nesse rol de atores responsáveis, está a frente, segundo os entrevistados, do Governo Estadual, que possui 5% das indicações.

Figura 12 – Atores que devem tomar a frente das ações que visem à promoção do desenvolvimento regional em municípios contemplados com uma IFES, segundo os informantes



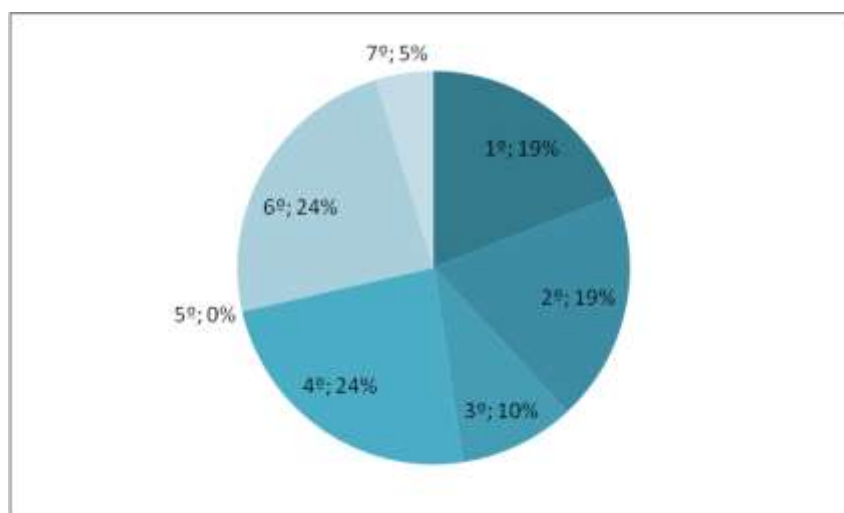
Fonte: Dados oriundos dos questionários, 2017

O setor privado e as ONGs e sindicatos não foram considerados como principais agentes, ainda segundo a pesquisa. Muito pelo contrário, aquele ator é juntamente com o Governo Federal, para 33% dos entrevistados, o menos responsável de tomar à frente

das ações que visem ao desenvolvimento local. As IFES ocupam a mesma posição para 5% dos consultados.

Em uma escala de 07 (sete) posições que mensuram o grau de responsabilidade que o ator detém enquanto agente de desenvolvimento local (onde a 1ª é seja a mais importante e a 7ª de menor importância), as IFES não são citadas para a 5ª posição. Considerando que a 4ª posição seja uma posição neutra, e a 5ª à 7ª posição traduz-se uma tendência de baixa expectativa quanto à maior responsabilização pela promoção do desenvolvimento regional, infere-se que as IFES, segundo os entrevistados, são vistas como atores principais nesse mister.

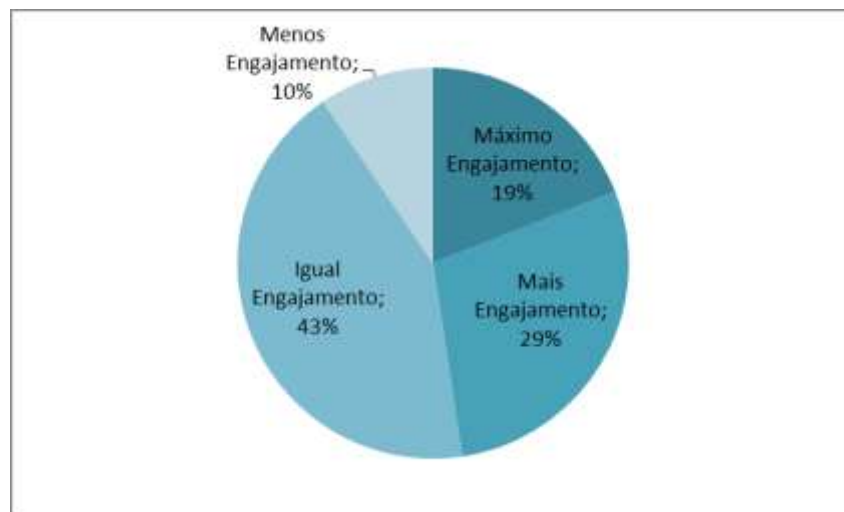
Figura 14 – Percentual dos informantes que classificam o grau de responsabilidade das IFES como atores para a promoção do desenvolvimento regional em municípios onde possuem sedes



Fonte: Dados oriundos dos questionários, 2017

Ao serem questionados quanto ao nível de engajamento que o CDSA (uma IFES) deveria ter em relação aos demais atores para a promoção do desenvolvimento econômico da região, 19% responderam que o centro deveria ter o máximo engajamento (ou engajamento absoluto) e 29% mais engajamento que os demais atores. Como 48% indicam um nível alto de engajamento, evidencia-se uma elevada cobrança latente por ações do Centro, que visem à promoção do desenvolvimento da região.

Figura 15 – Percentual dos entrevistados que avaliou o nível de engajamento que o CDSA deve ter visando à promoção do desenvolvimento da região



Fonte: Dados oriundos dos questionários, 2017

Inferese que embora não seja o principal responsável pelas ações que promovam o desenvolvimento da região, os dados indicam que a população espera que o CDSA atue nessa direção, ainda mais se for considerado que 43% dos entrevistados esperam que o Centro se engaje igualmente como os demais atores, totalizando 91% dos que possuem expectativas elevadas à sua atuação na região.

Para a persecução do desenvolvimento regional (ou qualquer outra missão constitutiva), quando se trata de uma instituição de educação superior, como o CDSA, o senso comum indica que suas atividades se atêm ao ensino, e alguns outros mais esclarecidos, incluem a pesquisa e extensão. Como visto, dentro do que Schumpeter defende como necessário ao intento, são indispensáveis ações inovativas, com o papel protagonista do Estado (as IFES integram o Estado brasileiro) segundo Furtado, e de acordo com Bresser-Pereira, articuladas com atores diversos, para que qualquer um que persiga o desenvolvimento regional, atinja seus objetivos.

As atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas pelos servidores do CDSA podem vir impregnadas por intenções e estratégias que visem contribuir com o desenvolvimento de Sumé e região. Através dos questionários, pôde-se detectar o entendimento que todos têm de suas ações, diante da responsabilidade confrontada. A contextualização das atividades acadêmicas, por meio da elaboração e execução de

aulas, bem como adaptações metodológicas, são formas de perseguição do desenvolvimento local, de acordo com os informantes:

[...] O paradigma da contextualização me ajuda a construir uma metodologia que está em diálogo com as demandas territoriais da região [...] (G22)

[...] As metodologias adotadas em minhas aulas/projetos e atividades estão sempre inseridas no contexto do diálogo com os diversos setores da comunidade local [...] (G27)

[...] ministro minhas disciplinas com planos de cursos adaptados as especificidades econômicas, culturais, históricas e políticas do Cariri paraibano, bem como o semiárido brasileiro [...] G24

As pesquisas direcionadas às problemáticas intrínsecas ao semiárido, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação são apontadas pelos informantes como contribuição ao desenvolvimento da região:

[...] Academicamente, desenvolvo pesquisas no município de Sumé, como forma de estimular a produção do conhecimento na região e no âmbito local. [...] G23

[...] Os trabalhos de final de curso (TCC) que oriento inserem-se no contexto de entender as práticas dos agricultores familiares locais e/ou disseminar orientações sobre a produção agroecológica e a conservação dos solos, valorização práticas como a atividade da louça de barro, dar visibilidade às questões locais [...] Na construção de todas as propostas de projetos de pesquisa e extensão que idealizo, ouço as comunidades e suas demandas, dificuldades e desafios, para poder construir algo que lhes seja interessante e pertinente às suas buscas [...] G27

Morar no município é percebido por 42% dos entrevistados como um condutor de desenvolvimento, pelo fato da inserção no cotidiano da comunidade, e pelas movimentações financeiras desencadeadas através de aquisições de produtos e serviços no mercado local:

[...] Moro no município e naturalmente que adquiero na cidade o de que preciso para passar a semana. Ao longo de sete anos cultivei a cativei amigos da cidade e da região. [...] G27

[...] Moro no município de Sumé, meu filho estuda na escola da cidade, realizo compras nos mercados locais [...] G21

[...] Do ponto de vista pessoal, a primeira coisa foi optar em residir na cidade [...] G23

As ações administrativas que visem inserir o sistema produtivo local dentro do rol de fornecedores do campus foram citadas. Contudo os termos “limitações” e

“incentivando-os” dos trechos destacados na sequência, denotam as dificuldades encontradas nessa tarefa, devido a questões legais (a Lei nº 8.666 que rege as licitações na administração pública federal estabelece regras rígidas para contratações que venham eventualmente favorecer fornecedores locais por argumentações logísticas), devido à incipiente experiência dos empresários locais na participação dos certames oficiais (o cadastro prévio para participar exige legalização da atividade econômica e regularidade fiscal, além de no caso dos pregões eletrônicos, conhecimento e certa familiaridade com a informática e o programa utilizado), e pelo declinante entusiasmo dos mesmos por essas atividades (que percebem a diminuição das aquisições feitas pelo campus nos últimos anos):

Através do contato com fornecedores deste Município incentivando-os para o cadastro e fornecimento de materiais para o CDSA/UFCEG. G25

[...] sempre buscamos parceiros que sejam da região do Cariri devido a facilidade de entrega e negociações que facilitem todo o processo de compra do campus. Contudo, temos limitações nessas ações devido as orientações previstas na lei das licitações (Lei nº 8.666) do governo federal, que não nos permite que exerçamos de certa autonomia nas escolhas desses parceiros [...] G26

As atividades extensionistas que buscam fortalecer a integração entre a instituição e a comunidade, à percepção de seus anseios, e aos meios que facilitem o ingresso de jovens locais à educação superior ofertada pelo Centro, são estratégias também destacadas pelos entrevistados:

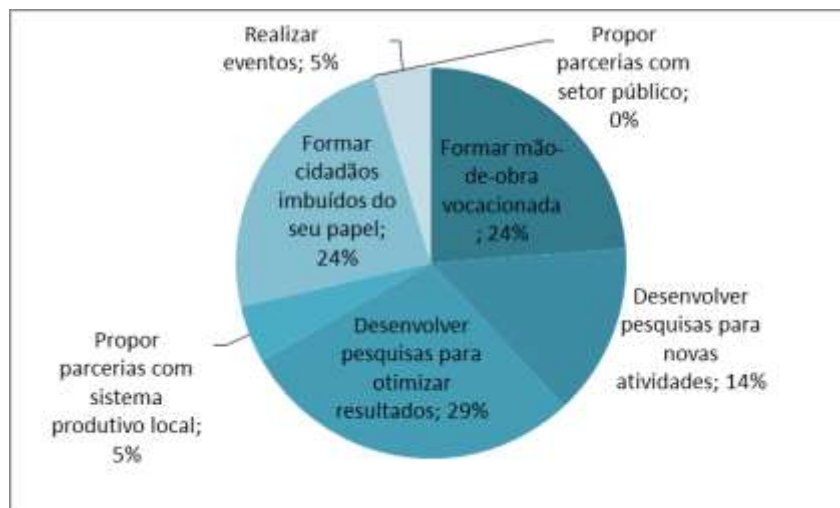
[...] atuo com as comunidades camponesas, como também em parcerias com as escolas municipais e estaduais de Sumé e cidades vizinhas, com projetos que levam cinema crítico problematizador, ações de ensino vinculadas a esporte, metodologias alternativas para professores, cursos preparatórios para o ENEM para estudantes da rede pública [...] G24

[...] organizo a Cavalgada do Agricultor [...] em homenagem ao povo do campo, e a Feira do Solo, com ações nas escolas públicas e privadas [...] visando contribuir com a minimização do avanço da degradação dos solos na região Caririzeira. G27

Em direção ao exposto anteriormente, para 24% dos entrevistados, a principal atividade a ser executada pelas IFES objetivando o desenvolvimento para a região em que estão instaladas, é desenvolver pesquisas para otimizar resultados do que já vem sendo realizado para os setores produtivos e econômicos regionais, pelos demais atores locais. Atendo-se ao Grupo 03, 56% opinam que essa deve ser a atividade central, e a

segunda mais importante para 22% deles. Assim, infere-se que 78% dos empresários locais desejam que suas atividades econômicas e produtivas sejam beneficiadas por pesquisas desenvolvidas pelo CDSA.

Figura 16 – Percepção da principal atividade das IFES visando à promoção do desenvolvimento da região

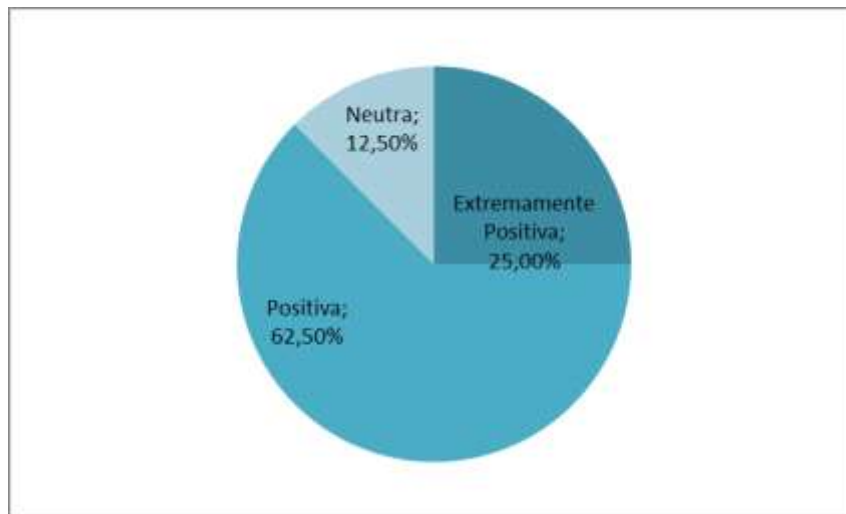


Fonte: Dados oriundos dos questionários, 2017

Para 48% dos informantes as IFES devem centrar esforços em formar pessoas. Desse conjunto, metade considera que essa formação deve ser direcionada à profissionalização da mão-de-obra vocacionada à região, a outra parte defende que sejam formados cidadãos imbuídos de seu papel social e político.

Passados oito anos desde a inauguração do campus, os moradores de Sumé já são capazes de perceberem a Instituição, e fazerem juízos e avaliações de valor de suas ações e da relação com a região. Para 25% dos entrevistados, essa impressão é considerada extremamente positiva, para 62,5% é positiva e 12,5% consideram-na neutra.

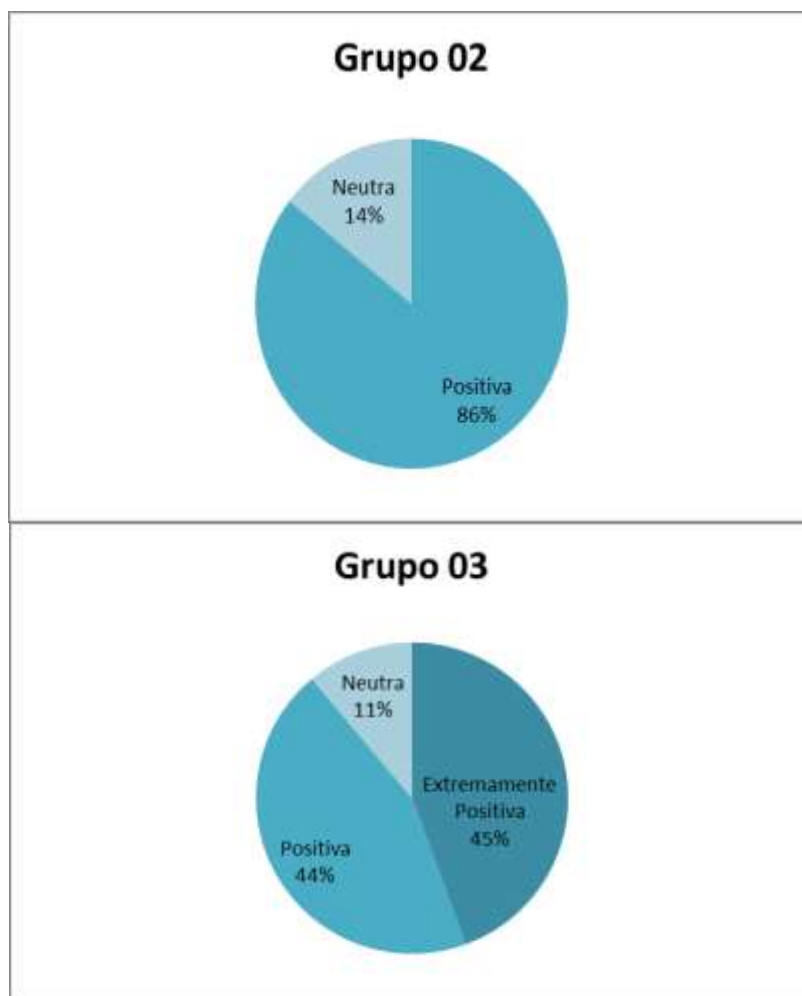
Figura 17 – Percepção do CDSA pelos moradores de Sumé



Fonte: Dados oriundos dos questionários, 2017

Quando é feita a distinção dos dados dos Grupos 02 e 03, a consideração dos entrevistados quanto à percepção dos moradores pelo CDSA permanece elevada (a julgar-se as percepções “positiva” e “extremamente positiva” como altas). Mas esta percepção “extremamente positiva” é apontada apenas pelo Grupo 03, enquanto para 86% dos entrevistados do Grupo 02 a percepção é positiva.

Figura 18 – Percepção do CDSA pelos moradores de Sumé segundo Grupo 02 e 03



Fonte: Dados oriundos dos questionários, 2017

Infere-se que os moradores locais possuem uma empatia com a Instituição muito maior do que supõem os servidores consultados no Grupo 02. Essa identificação é justificada pelo Grupo 03:

[...] A busca pela formação superior. A seriedade e respeito da Instituição que é bem na nossa porta. G36

[...] O crescimento local melhorou bastante com a vinda do campus. G37

Depois do CDSA houve desenvolvimento para nossa cidade. Universidade na porta do jovem pra seguir nos estudos [...] G35

A percepção é positiva para 86% do Grupo 02 e 44% do Grupo 03, que se fundamentam como segue:

[...] dado a enorme contribuição percebida nos diversos setores (econômico, social, cultural e ambiental), tanto local quanto no entorno do município. G27

O grande movimento de alunos (ônibus circulando) do município e cidades adjacentes. G25

Sem dúvida o desenvolvimento econômico local. G26

A possibilidade de formação acadêmica/profissional da população local e o aquecimento da economia local. G23

[...] O que contribui para não ser extremamente positiva é a dificuldade de alguns cursos e práticas universitárias de diálogo com o próprio projeto de centro que preconiza diálogo com os sujeitos, práticas, saberes e modos de vida e produção locais [...] G22

[...] o aumento da economia no município e a geração de renda. G31

Elevou nossa autoestima. G39

Para 12,5% dos entrevistados a percepção do CDSA pelos moradores do município é considerada neutra. Ao se analisar os dois grupos isoladamente os dados são semelhantes (14% para o grupo 02 e 11% para o Grupo 03). Isso se deve, segundo os indivíduos consultados, a:

Falta de atividades que promovam o desenvolvimento local, através da comunidade acadêmica para com a sociedade. G34 (Grifo nosso)

É notório que o município de Sumé vem se beneficiando com a implantação do CDSA, porém, a população ainda não tem essa percepção, não conhece o centro e nem suas contribuições, ficando alheio ao que acontece relacionado ao centro. G24 (Grifo nosso)

As falas destacadas denotam certa divergência entre os dois Grupos. A comunidade local, que já demonstrou que espera atitudes do CDSA em direção ao desenvolvimento da região; e a comunidade acadêmica que tem dificuldades de divulgar o que realiza dentro dos muros da Instituição, e de que maneira as ações desta vêm contribuindo ao desenvolvimento do município. Dentre as hipóteses para esta avaliação discordante, pode-se destacar: i) não houve uma integração homogênea da comunidade do CDSA e da população de Sumé, havendo subgrupos ainda desconectados; ou ii) a comunidade de Sumé pode avaliar positivamente porque é o que se espera da presença de uma IFES, mesmo que não tenha base material e objetiva para esta conclusão; ou ainda iii) os informantes responderam o que acreditam ser a resposta “certa” ou o que o entrevistador esperava ouvir deles.

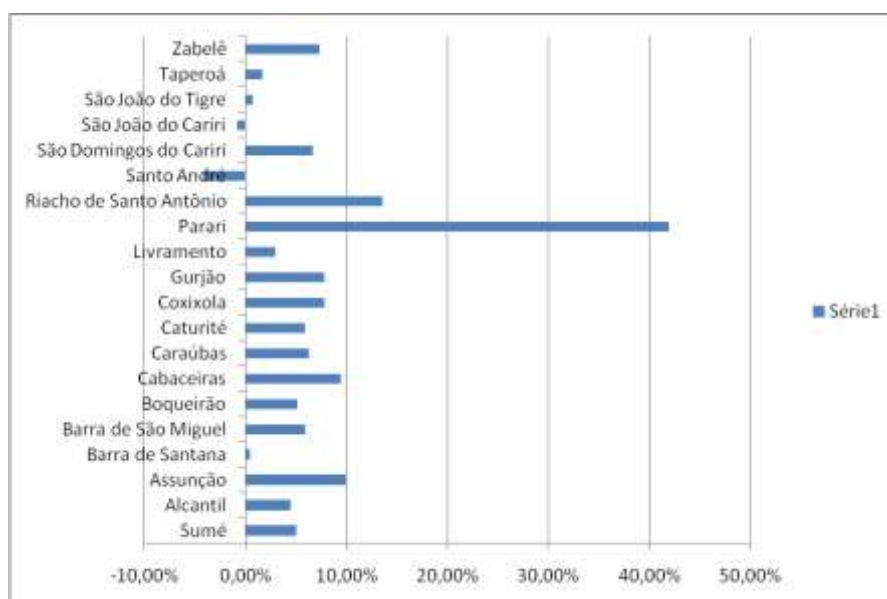
Nenhum, entre os entrevistados, considera como negativa ou extremamente negativa a percepção do CDSA pelos moradores locais.

4.3 Sumé após a instalação do campus da UFCG

Sumé é geográfica, histórica e culturalmente, um típico município do Cariri, com uma população majoritariamente urbana, com uma leve maioria feminina. Como visto, a instalação do campus da UFCG na cidade foi cercada de muita expectativa, e até hoje considerada benéfica pela população, embora não sendo o CDSA considerado o principal responsável pela promoção do desenvolvimento da região. Ao se analisar a trajetória de alguns índices sociais e econômicos apresentados pelo município e pelos demais que compõem a região (foram excluídos os que fazem fronteira com Sumé, para descaracterizar uma eventual maior influência do município e da UFCG) nos períodos 2002/2008 e 2008/2014 (antes e depois da instalação do campus), não se verifica uma distorção expressiva que indique um destaque de crescimento a Sumé em relação aos demais no período, em que pese à presença e atuação da UFCG.

A população de Sumé cresceu 5,06% no período, acima da média para a região de 4,73%, mas abaixo de outros dez municípios, embora tenha a segunda maior população, atrás apenas de Boqueirão.

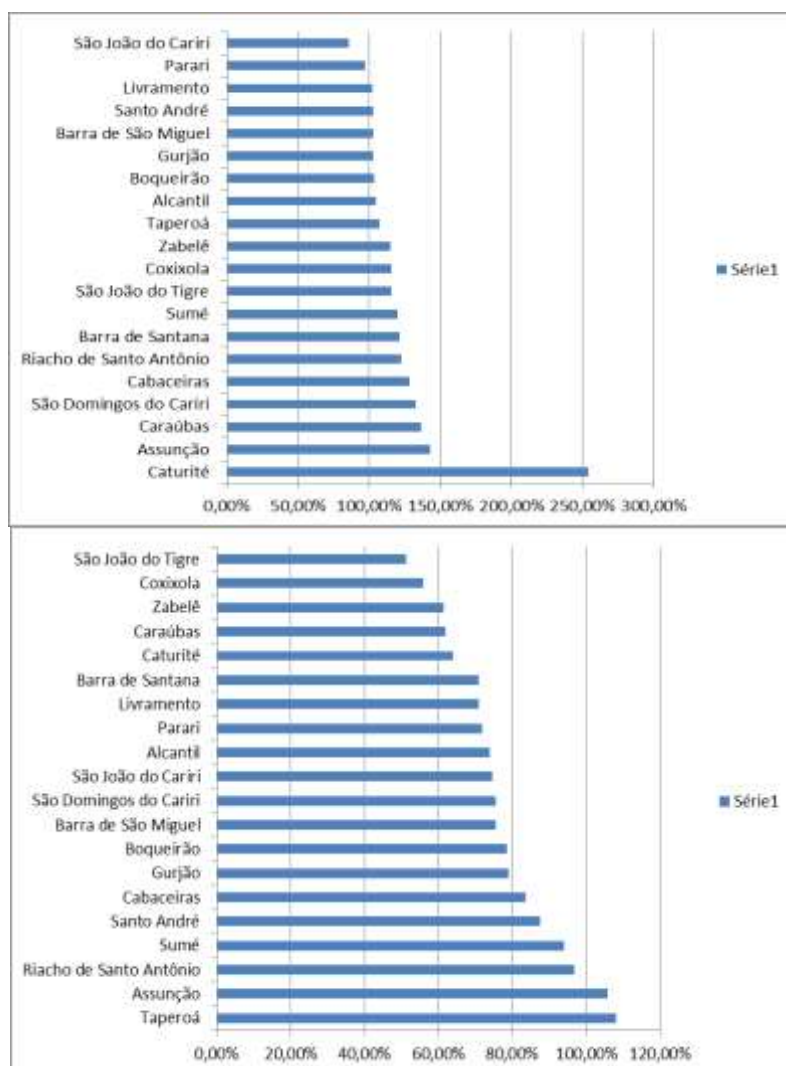
Figura 19 – Incremento populacional de municípios do Cariri paraibano entre os anos de 2010 e 2016



Fonte: IBGE (2017)

Segundo dados fornecidos pelo IBGE, o Produto Interno Bruto de Sumé verificado no período compreendido entre os anos de 2002 a 2008 teve uma evolução de 120,01%, próximo à média dos municípios analisados de 117%. No período seguinte, entre 2008 e 2014, caracterizado pelo início da crise que afetou os mercados em todo o mundo, e pelas crises política e econômica brasileiras, o PIB teve um crescimento, não apenas em Sumé, como em todos os demais municípios, tendo majorado em 94,03%, acima da média analisada de 80,41%.

Figura 20 – Incremento do PIB de municípios do Cariri paraibano entre os anos de 2002/2008 e 2008/2014

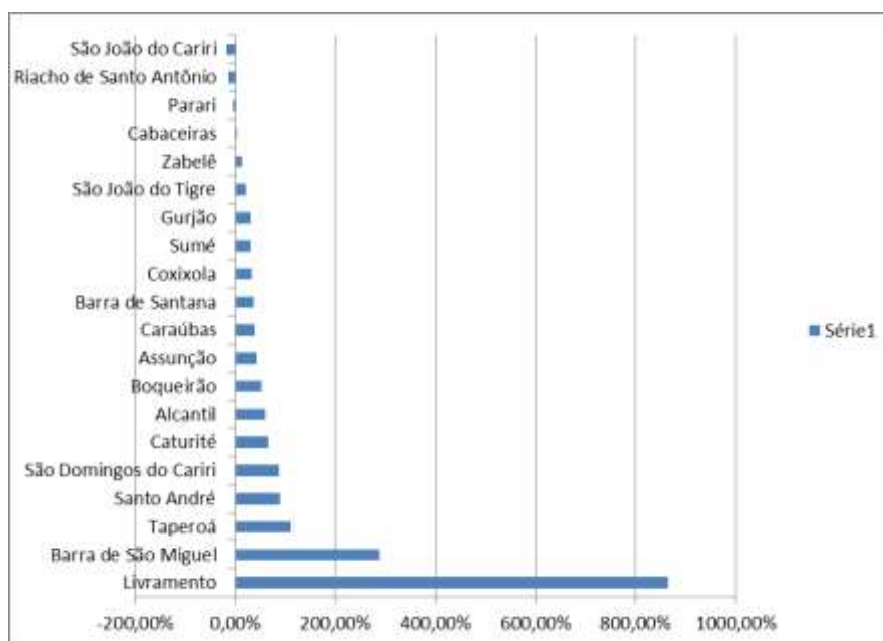


Fonte: IBGE (2017)

Destaca-se que no primeiro período analisado, Sumé ocupa a oitava posição em relação ao crescimento do PIB, enquanto que durante o período seguinte passa à quarta posição, bem próximo do melhor ranqueado, Taperoá.

O mesmo período explorado revela dados relativos ao comportamento do mercado de trabalho no município de região. Entre os anos de 2008 e 2014 houve um aumento de 31,42% no número de pessoas ocupadas (formal e informalmente) no município, segundo o IBGE, abaixo da média da região de 44,38%. No entanto esse número é alavancado pelos expressivos resultados em Livramento, considerado um ponto fora da curva. Mesmo assim, Sumé ocupa apenas a décima terceira posição no rol de municípios analisados.

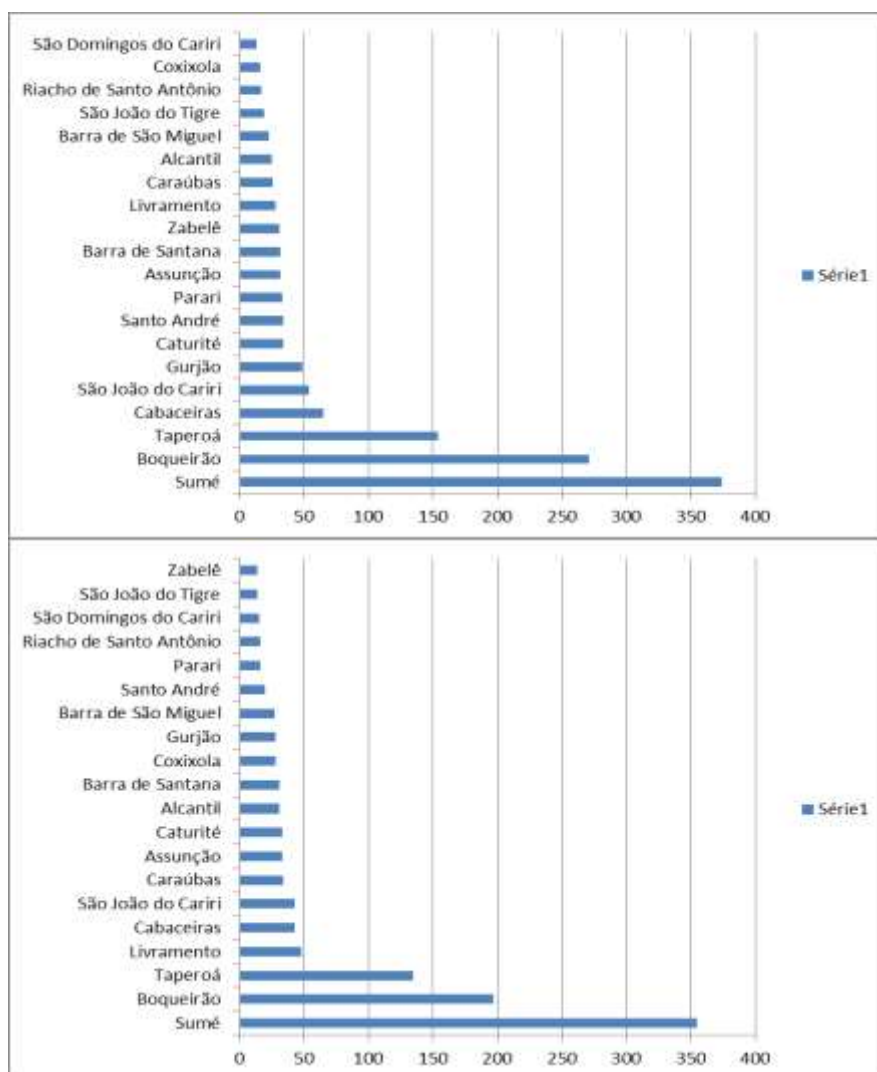
Figura 21 – Evolução do número de pessoas ocupadas de municípios do Cariri paraibano entre os anos de 2008/2014



Fonte: IBGE (2017)

Em 2008 haviam 374 unidades locais, “[...] espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo, na maioria das vezes, a cada endereço de atuação da empresa” (IBGE, 2017) em funcionamento em Sumé, segundo o IBGE. Já em 2014, esse número diminuíra para 355 unidades. Durante o período, o município se mantém a uma larga distância dos demais, mesmo com a queda verificada em toda a região.

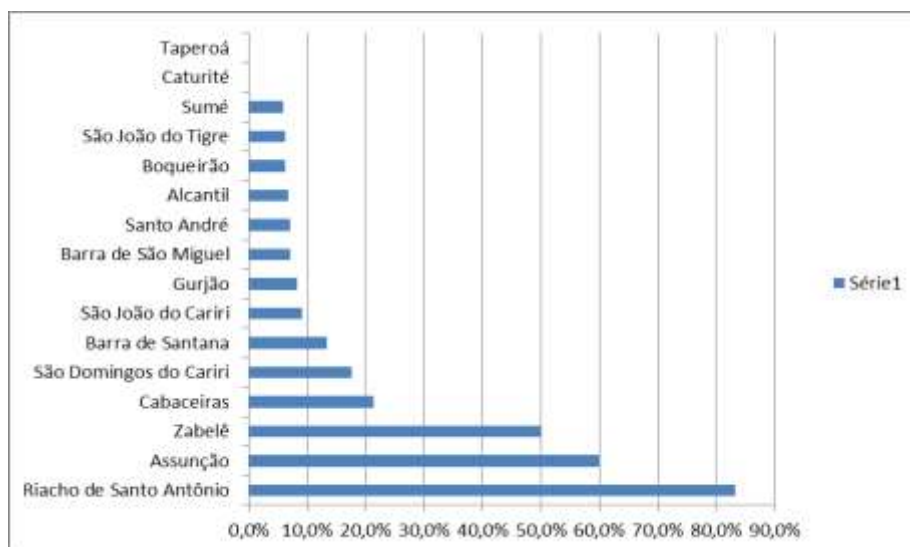
Figura 22 – Evolução no número de Unidades Locais em municípios do Cariri paraibano nos anos de 2008 e 2014



Fonte: IBGE (2017)

O salário médio pago no município aumentou durante o período de 1,7 para 1,8 salários mínimos, cerca de 5,88%, abaixo da média regional de 9,49%, influenciada pela atuação de Riacho de Santo Antônio, Assunção e Zabelê. Coxixola, Parari, Caraúbas e Livramento tiveram diminuição do valor médio pago e não entraram no Gráfico seguinte.

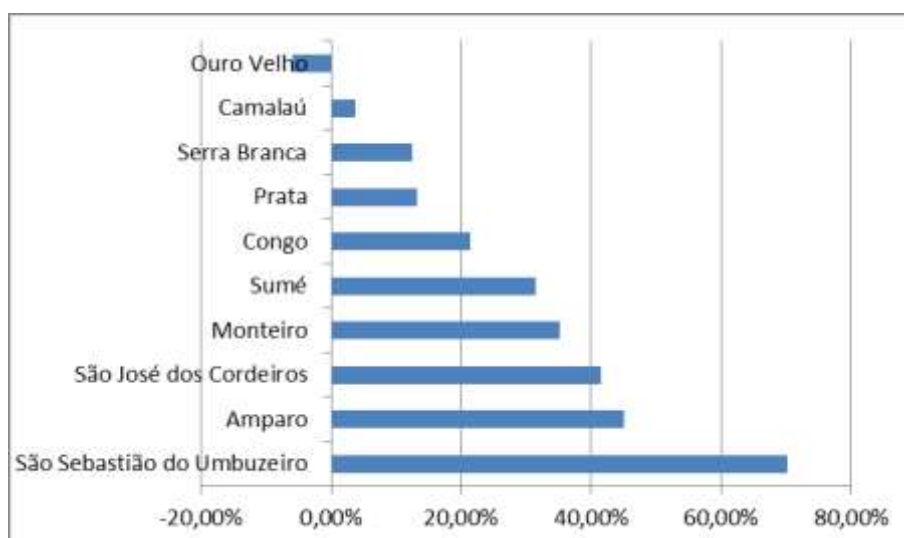
Figura 23 – Evolução do salário médio pago em municípios do Cariri paraibano nos anos de 2008 e 2014



Fonte: IBGE (2017)

Ao se comparar o desempenho do município de Sumé no mesmo período, ao dos demais municípios (excluídos na pesquisa) que lhe fazem fronteira, e que teoricamente suportam uma maior influência sua, constata-se um maior equilíbrio dos números apresentados na primeira análise.

Figura 24 – Evolução do número de pessoas ocupadas de Sumé e de municípios do Cariri paraibano que lhe fazem fronteira entre os anos de 2008/2014 segundo o IBGE

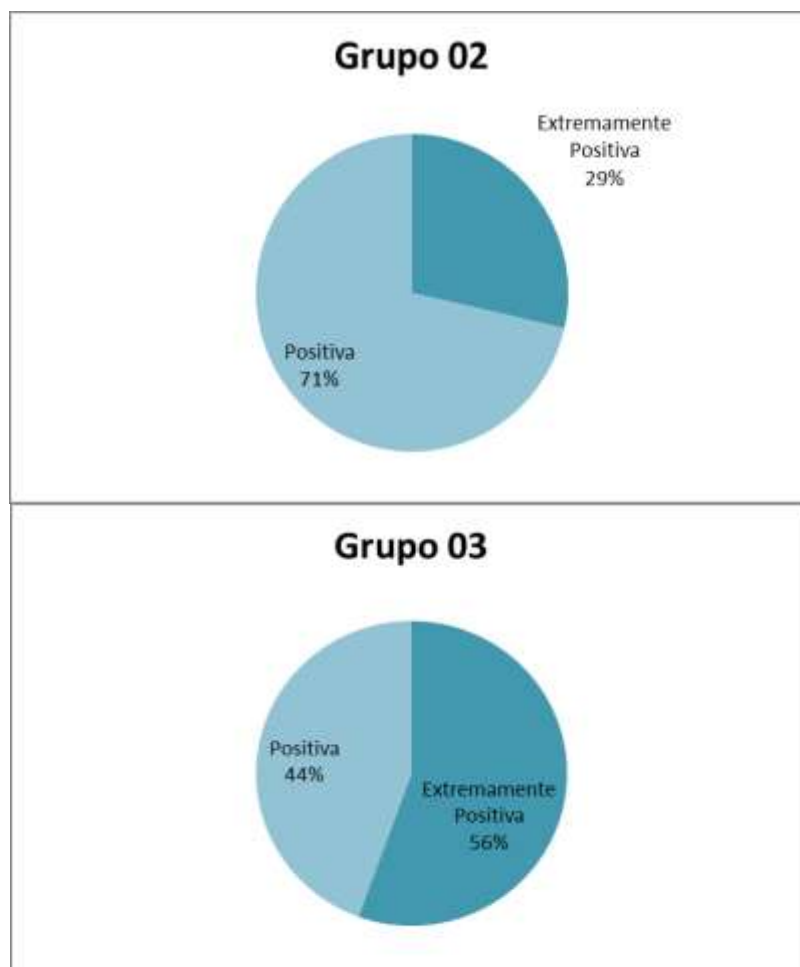


Fonte: IBGE/2017

Nessa perspectiva, Sumé apresentando um incremento de 31,42% no número de pessoas ocupadas no período, está acima dos 26,80% da média do universo, mas atrás de 04 (quatro) municípios que tiveram um desempenho melhor. Situação semelhante ao se analisar a evolução do número de Unidades Locais entre os anos de 2008 e 2014 que sofreu um decréscimo em todos os municípios (incluindo Sumé), excetuando-se Congo e Camalaú. Destaca-se a performance de Sumé quando confrontada com a de Monteiro, município maior, que perdeu 17% do número de unidades locais no período, sendo ultrapassado no total por Sumé em 2014. O salário médio pago nesses municípios aumentou no período em foco, a não ser no Congo, que recolheu 13%.

Verifica-se que Sumé teve, durante o período analisado, um desempenho sócio-econômico dentro da média regional, e equivalente aos demais municípios, mesmo levando-se em consideração a instalação do CDSA a partir de 2009, que impactaria os dados nos anos subsequentes. Mas, de acordo com os questionários, a contribuição dada pelo CDSA ao desenvolvimento do município e região, através de suas ações diretas e indiretas, foi classificada por 44% dos entrevistados como extremamente positiva, e por 56% como positiva. Conforme ocorreu na seção que tratava sobre a percepção do CDSA pelos moradores, verificou-se nesta que os Grupos 02 e 03 têm visão distinta sobre o grau em que foi “positiva”.

Figura 25 – Classificação da contribuição do CDSA/UFCG ao desenvolvimento do município e da região segundo os Grupos 02 e 03



Fonte: Dados oriundos dos questionários

Para 56% dos componentes do Grupo 03 a contribuição é extremamente positiva, contra 29% dos que assim a consideram no Grupo 02. O Grupo formado pelos munícipes credita essa posição a:

Pelo fato de ter crescido o ramo imobiliário [...] G36

Incentivo a cultura, fomento ao comércio local, novos habitantes. G37

[...] desenvolveu o conhecimento e mais conscientização política. G39

Para nós agricultores o CDSA dá muito apoio, levando alunos na área de produção. G35

Dispomos no campus de um número considerável de profissionais capacitados para contribuir, formando estudantes como também realizam pesquisas, desenvolvem subsídios que auxiliam ideias, trabalhos e propostas que impulsionam esse crescimento [...] G33

Os entrevistados do Grupo 02, em sua maioria, consideram a contribuição do Centro “apenas” positiva, mas suas justificativas apontam padrões avaliativos semelhantes aos do Grupo 03:

Os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo CDSA têm impacto direto na sociedade local, sejam eles de ordem tecnológica, educacional ou administrativa [...] G26

O CDSA contribui no abastecimento de mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho do município e região [...] o que também contribui para o desenvolvimento regional e local. G25

[...] crescimento do mercado mobiliário, com isso compras no mercado local, melhoria dos serviços prestados, já que aumenta a exigência, geração de mais emprego no CDSA, mercado particular e outros. G21

Componentes do mesmo Grupo ressaltam que há ainda correções a serem feitas nessa trajetória:

Muitas das pesquisas feitas pelo CDSA são pensadas para o desenvolvimento regional e local [...] no entanto ainda precisamos avançar mais [...] G23

[...] as parcerias ainda são poucas dificultando ações de maiores impactos. G24

Nenhum entrevistado classificou a contribuição do CDSA como neutra, negativa ou extremamente negativa.

Passados oito anos desde que o Centro deu início às suas atividades, o município passou por algumas transformações, desencadeadas por diversos atores da população e impulsionadas por questões macro como a econômica e política. Atendo-se ao CDSA, o aspecto de Sumé que mais cresceu após a sua instalação, segundo o Grupo 03, foi a expansão da atividade econômica com 45% de indicações. Número de empregos e formalização de empregos ficaram empatados em segundo lugar com 22% de citações e a infraestrutura urbana, apontada por 11% dos componentes. As demais opções, serviços às famílias, otimismo da população, insegurança pública e serviços às empresas, não foram citados como aspectos que mais tenham crescido. Ressalta-se que os três primeiros aspectos citados estão diretamente relacionados à movimentação do mercado de trabalho, mesmo o município ocupando, de acordo com o IBGE, a 13ª posição entre os municípios analisados na pesquisa, quanto ao número de pessoas ocupadas.

Figura 26 – Aspectos de Sumé que mais cresceram após a instalação do CDSA no município segundo o Grupo 03



Fonte: Dados oriundos dos questionários

Na mesma questão, os entrevistados consideram que o que menos cresceu no município após a instalação do CDSA foi a insegurança pública, opção apontada por 56% dos componentes. Em seguida, empatados como segunda opção, estão formalização de empregos, serviços às famílias, otimismo da população e serviços às empresas, com 11% das opiniões.

Caso o CDSA não houvesse sido instalado no município, 89% dos componentes do Grupo 03 afirmaram que Sumé se encontraria pior nos dias atuais. Justificam suas percepções:

O fomento no comércio não seria como é hoje. G37

Um grande projeto como a instalação de um campus movimentava toda a região e principalmente a cidade onde está instalado. G39

Sumé estaria isolada. Moradia, comércio, agricultura agroecológica melhorou tudo. G35

(Sumé) Não teria se desenvolvido. G34

Percebemos que o município cresceu, recebeu “gente nova”, as oportunidades de negócio, de emprego e de renda aumentaram. As instituições representativas do homem do campo, do estudante, dos profissionais da educação entre outros, funcionam melhor, tem mais representatividade [...] G33

Apenas 11% dos consultados consideram que o município estaria melhor sem a presença do CDSA, não justificando essa percepção. Estatisticamente esse percentual representa 01 questionário que diferiu da percepção unânime dos demais. Ao verificar qual havia sido sua escolha à pergunta “f” sobre a percepção do CDSA pelos moradores de Sumé, e ao questionamento “g” sobre a classificação da contribuição do CDSA ao desenvolvimento do município e da região, o mesmo indicou como “positiva” em ambas. Nesse Grupo 03, “extremamente positiva” foi a opção de muitos respondentes e nenhum indicou como “neutra”. Assim, ele poderia ter considerado que (apenas) “positiva” indicaria certa dosagem de descontentamento, e na realidade haveriam certas insatisfações latentes com relação ao Centro.

Buscamos interpretar esse seu posicionamento através das demais respostas dadas. Na questão “c” ele considera que o CDSA é apenas o 4º ator que deva tomar a frente das ações visando o desenvolvimento, atrás das três esferas de governo. Quanto ao engajamento ao intento, o Centro deve ter o mesmo que os demais atores apresentados. Quando se pergunta quanto às atividades de maior importância das IFES para a promoção do desenvolvimento, as 04 primeiras estão relacionadas diretamente ao ensino e à pesquisa. Com relação ao que mais cresceu em Sumé após a instalação do CDSA, o mesmo ranqueia nas primeiras colocações as alternativas ligadas ao mercado e à economia (formalização de empregos, número de empregos, expansão da atividade econômica). O “otimismo da população” aparece apenas em 5ª posição. Nesse bloco de respostas ele demonstra interesse nos resultados do setor produtivo, e no crescimento da economia, inclinando-se a delegar ao CDSA, para isso, o cumprimento (apenas) do seu papel constitutivo. Para a busca do desenvolvimento, o poder público é o maior responsável, e ao Centro caberia um papel menos relevante.

Ao analisar esse contexto, apesar da aparente desconexão de opiniões e respostas, ponderamos que como o respondente está intrinsecamente envolvido com o setor produtivo local, e convivia com um momento de recessão e dificuldades, pode ter sofrido influência do contexto no momento de responder ao questionário. Outra possibilidade é de que não houve incoerência e que suas respostas retratam congruentemente seu pensamento.

Em um eventual descarte do respondente ou das questões com respostas incoerentes, não haveria prejuízo para as considerações finais. Assim, optamos por incluir a contribuição total do questionário referenciado.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação buscou verificar e discutir como o CDSA, percebido como um importante vetor de desenvolvimento regional, veio contribuir, desde sua concepção, passando por suas ações diretas (ensino, pesquisa e extensão) e indiretas (movimentações econômico-financeiras desencadeadas a partir de sua implantação), para que Sumé expandisse seus índices educacionais, a renda da população e produção local, visando a prosperidade municipal e da região.

Dessa forma, tornou-se imperioso averiguar, primeiramente, as motivações para a instalação do novo campus, e a opção por Sumé, no Cariri. Essas informações, obtidas através dos questionários aplicados ao Grupo 01 (parte do planejamento do Campus) e demais Grupos, permitiram começar a perscrutar o nível de engajamento que a UFCG possuía, para, a partir de suas ações, contribuir com o desenvolvimento regional. Os questionários também possibilitaram compreender como o CDSA se relaciona com o município, a partir da visão da comunidade local, com suas demandas, seus anseios e interpretações dos fatos; e do outro lado, sob a ótica dos servidores do Centro, que indicaram como o CDSA deve atuar na região, e como se consideram (enquanto Instituição) avaliados pela população.

Como o equipamento em foco é eminentemente educacional, com suas ações direcionadas à promoção do saber, da construção do conhecimento, da produção científica, como meios capazes de indicar rumos ao desenvolvimento da região; e como a melhora dos índices de acesso à educação superior aos jovens do Cariri, constava no Projeto de implantação do Centro, foi essencial verificar como os dados escolares do município oscilaram entre a instalação do campus, e se os jovens da região estão sendo atendidos pelo mesmo, utilizando-se de dados documentais.

Não poderia ser desconsiderado na construção do entendimento, de que maneira as movimentações econômico-financeiras advindas da implantação do campus influenciaram a economia local: renda da população, número de estabelecimentos, produção agropecuária (este último também analisado sob o prisma das ações acadêmicas do CDSA). Tanto os dados primários quanto secundários subsidiaram a compreensão.

Os dados levantados pelos questionários e pelas demais fontes, viabilizaram a compreensão de que o CDSA contribuiu, mas não constituiu-se angular à trajetória de desenvolvimento de Sumé, já que suas ações ainda podem ser potencializadas por intervenções em sua estrutura administrativa e acadêmica, e na forma como se relaciona com os demais atores locais.

O CDSA surgiu em um momento em que a educação superior pública no país passou a receber maiores atenções por parte do Governo Federal. Após um longo período de poucos investimentos nas IFES, levando a um notório sucateamento dessas Instituições pelo esvaziamento de políticas públicas, o REUNI foi lançado. Para um Programa dessa magnitude, que se propunha à criação de novas universidades, novos campi, interiorização da educação superior, reestruturação acadêmica e administrativa, criação de novos cursos, abertura de novas vagas, investimento em infraestrutura dos campi, e aquisição de equipamentos, carecia-se de um planejamento criterioso por parte das Instituições, que metaforicamente, viram-se como “sedentos no deserto ao encontrar um pote d’água”. O tempo foi exíguo, e as demandas e interesses políticos enormes.

A UFCG, recém-criada, após desmembramento da UFPB, já tinha um Projeto encaminhado para eventual expansão ao interior, que já trazia em seu cerne o ensejo de instalação de novos campi em regiões desprovidas de equipamentos de educação superior no estado, e o Cariri deveria ser contemplado com um deles. Com o advento do Programa de Reestruturação do Governo Federal, o PLANEXP foi posto em prática.

No caso em foco do CDSA, que culminou sendo instalado em Sumé, em que pese todo jogo político que influencia decisões desse tipo em todo país (e em todo mundo), enxerga-se que o profícuo funcionamento do Projeto UNICAMPO contribuiu para determinar a sede do Centro no Cariri. Um outro fator preponderante foi a boa localização geográfica do município, com vias de acesso a várias cidades da região e de Pernambuco, que só perderia o ‘posto’ para Monteiro, mas que já era sede do campus da UEPB no Cariri.

A população local foi um ator central para que o projeto “saísse do papel”, e empenhou-se nesse intento. Enxergando os benefícios, bem como as possibilidades de transformações que o campus universitário traria consigo para Sumé, e impulsionados

pela classe política e da UFCG, foram às ruas reivindicar através do que denominaram “Grito do Cariri”, em uma demonstração clara de que estavam entusiasmados e esperavam muito por aquele Centro universitário e por todos os “avanços” que ele acarretaria à região.

Vale destacar que o entusiasmo e simpatia da população pelo CDSA e suas ações perduram até a atualidade, mesmo após anos passados desde sua inauguração, em que os sumeenses já compreendem melhor seu papel na sociedade. Curioso descobrir que a percepção positiva da população pelo Centro é muito maior quando separados os dados do Grupo 03, únicos que a consideram majoritariamente como “extremamente positiva”. Os servidores do Grupo 02 são menos entusiastas; e, enquanto membros do CDSA, não se consideram tão bem avaliados pela população.

Quando se fala em desenvolvimento regional, a noção quanto a quem cabe promovê-lo prioritariamente está bem definida pela população. Os poderes municipais e federais são os atores apontados com maiores responsabilidades perante a causa, embora as IFES também ocupem posição destacada no ranqueamento. Levando o caso a Sumé, observa-se que o CDSA, embora não distinguido como maior responsável pela busca de soluções pelo desenvolvimento da região, deve empenhar-se por fazê-lo, em um nível de engajamento altíssimo, já que pelo menos 90% dos consultados consideram que o empenho seja no mínimo igual ao despendido pelos demais atores responsáveis.

Ao considerar que o CDSA deve engendrar esforços na busca pelo desenvolvimento da região, a população aponta que a principal atividade que a Instituição deve executar nesse intento, é buscar novas tecnologias, meios de produção, novos produtos e formas de fazer, para que o que está sendo produzido na região possa ser aprimorado. Sumé tem na agropecuária e no setor de serviços os maiores motrizes do PIB municipal, assim, as pesquisas desenvolvidas pelo Centro devem estar cada vez mais direcionadas ao beneficiamento desses setores. Cabe ressaltar que o nível de percepção da população com relação às atividades a serem desempenhadas pelo CDSA para que a região entre no trilho do desenvolvimento é muito equilibrada: realizar pesquisas e formar mão-de-obra.

Destaca-se também o entendimento de que o CDSA, enquanto ator relevante no atual quadro sócio-político na região, para operar eficazmente todas essas ações elencadas anteriormente, deve se fazer conhecer, de fato, por todos os demais atores, apresentando o que é capaz e não é capaz de realizar isoladamente, e evidentemente buscar parcerias com o setor público e com o sistema produtivo local.

Atendo-se à sua função precípua, observa-se que desde a elaboração do projeto, houve intenção de ancorar os cursos e seus respectivos Programas à realidade e demandas regionais. A ação, associada à enorme diligência por vagas de educação superior no Cariri, desencadeou uma esperada ocupação das mesmas por naturais, especificamente do próprio município. Em 2010 (último censo oficial), o IBGE divulgou que apenas 3,09% da população, o que correspondia a 496 pessoas tinham curso superior. Nos primeiros anos de funcionamento (2009-2016) o CDSA matriculou 611 alunos de Sumé (25,77% dos números totais do Centro), o que sobrepuja o total de municípios com diploma superior divulgado oficialmente em 2010. Por si só é alvissareiro, mas longe do que seria ideal se forem considerados os dados dos graduados no período, discrepância essa que vem sendo percebida em maior ou menor escala, nos demais campi da Instituição.

O inexorável aumento do número de indivíduos com curso de graduação no município tem a capacidade de influenciar o mercado de trabalho, com a melhora da qualidade dos serviços prestados, inserção de novas técnicas de produção, e elevação da média salarial no mercado, por exemplo. Outrossim, pessoas com maiores graus de instrução, são capazes de fazer leituras mais nítidas de suas realidades e do lugar onde vivem, mais habilitadas às mudanças e readaptações tantas vezes exigidas pelo mundo moderno, mais aptas a distinguir oportunidades e articularem-se na persecução de seus objetivos. Por terem sido (muitas vezes) apresentadas ou tido mais acesso a formas variadas de cultura e suas demonstrações, essas pessoas também se tornam mais críticas e exigentes, propensas a modificar seus hábitos, formas de consumo e de se relacionar com o mundo que as cercam. Todas essas novas nuances que vão moldando os indivíduos em Sumé e região, podem viabilizar meios de desenvolvimento regional.

Com relação ao ensino médio, observou-se que após um decréscimo sucessivo no número de matrículas registradas entre os anos de 2007-2009, houve uma retomada a

partir de 2012, com tendência mantida em 2015, último ano divulgado. Como o CDSA passou a funcionar em 2009, pode-se afirmar que o mesmo pode ter contribuído para essa recuperação. As vantagens de cursar uma graduação a uma curta distância de sua casa contrasta diametralmente às dificuldades enfrentadas por longos e exaustivos deslocamentos para outros municípios, motivo pelo qual muitos jovens abandonam os estudos no país.

Além disso, como o Centro tem uma grade de cursos mais direcionada às demandas, realidades e dinâmicas da região, os estudantes podem antever aplicabilidade (e empregabilidade) no lugar onde vivem. Esse incremento no número de matrículas no ensino médio pode influenciar positivamente na diminuição da criminalidade e violência, no aumento da percepção de práticas cidadãs, no aumento de incursões de pais e responsáveis ao mercado de trabalho ou na realização de alguma atividade produtiva (pois sabem que os jovens estão em sala de aula), além do impacto muito provável nos demais níveis de ensino na região. Assim sendo, pode-se afirmar que o aumento da escolaridade dos jovens sumeenses influencia indubitavelmente no desenvolvimento local.

Além de ações regulares de suas funções, parte dos servidores demonstra compreender que sua inserção (e interação) na comunidade local (morar na cidade, comprar no mercado local, matricular seus filhos em escolas locais), e a busca por meios mais efetivos de direcionar pesquisas e projetos ao atendimento das necessidades locais, são formas de persecução do desenvolvimento local; embora estejam cientes de que muitas vezes isso não é feito. Conforme apurado nos questionários, tanto no Grupo 02 quanto no 03, falta ao CDSA uma maior interação com a comunidade, “sair dos seus muros”, tanto esclarecendo a população sobre seu funcionamento e possibilidades de acesso, quanto através de ações contundentes direcionadas à busca pelo desenvolvimento da região. No entanto, atendo-se à perspectiva educacional da análise, observou-se evidências de uma possível influência positiva do CDSA nos índices apresentados no período.

A população de Sumé cresceu acima da média regional, porém, abaixo de dez municípios próximos, ficando atrás apenas de Boqueirão em números consolidados totais. Embora crescimento populacional não seja eficaz de forma isolada para indicar

desenvolvimento (alguns teóricos econômicos até a desconsideram), falas destacadas no capítulo anterior em que os empresários relacionam o aumento do número de moradores percebido na cidade, com maiores oportunidades de negócios, indicam que o CDSA, através do fluxo de estudantes e servidores, mesmo que considerados população flutuante, contribuiu nesse mister.

O PIB municipal oscilou positivamente dentro da média regional, antes da instalação do campus, quando Sumé ocupava a oitava posição nesse ranking. No período seguinte (após o CDSA), o PIB cresceu acima da média e o município passou a ocupar a quarta posição. O mercado de trabalho, analisado o período entre os anos 2008-2014, em que o CDSA está sendo instalado, em que as construções civis do campus estão em ritmo acelerado, quando o setor de comércio e serviços começa a sentir aumentar o fluxo populacional favorecer a abertura ou expansão de novas empresas, verifica-se que Sumé apresenta um baixo desempenho na evolução do número de pessoas ocupadas, ocupando a 13ª posição entre os municípios analisados. Ou seja, foram abertos poucos postos de trabalho no município nesse período, dentro da perspectiva em tese. Mesmo assim, foram criados novos postos de trabalho no município.

Uma movimentação semelhante, que provavelmente está relacionada às oscilações apresentadas pelo mercado de trabalho, se deu quando se analisa a evolução do número de unidades locais instaladas, que entre os anos de 2008 e 2014 apresentou um decréscimo no município. Isso ocorreu em toda a região, que além de uma crise econômica nacional, vem enfrentando um longo período de seca. Com a diminuição no número de empresas, e de postos de trabalho, uma consequência esperada é a baixa majoração do salário médio pago no município. Mas não foi o que ocorreu no período analisado, onde, embora tenha havido um aumento de 1,7 para 1,8 salários-mínimos como salário-médio pago no município, Sumé ficou abaixo da média dos municípios selecionados.

Salienta-se ao se verificar os dados relacionados aos postos de trabalho, que o quociente estabelecido entre o número de pessoas ocupadas e o de unidades locais em Sumé, cresce entre os anos estudados. Em 2008 é de 2,83 pessoas por unidade (local), e em 2014 esse número salta para 3,92. Esse fato pode indicar que as empresas do

município estão crescendo, passando de um porte micro e pequeno, para médio e grande. Isso acarretaria uma maior segurança ao mercado de trabalho, já que estudos afirmam que o fechamento e necessidades de demissões em empresas de pequeno porte são maiores se comparados às de maior porte. Em sendo assim, o mercado necessita de mão-de-obra mais qualificada para ocupar os postos nessas unidades em expansão. Porém, todos esses dados também podem indicar que como o número de unidades locais diminuiu, mas o número de pessoas ocupadas e o salário médio pago aumentaram no período, esses postos de trabalho podem ser provenientes direta ou indiretamente do Campus da UFCG, que se não houvesse sido instalado, o município estaria em uma situação mais delicada nesse quesito.

Considerando-se a evolução desses mesmos índices dentro do universo dos municípios que lhe fazem fronteira, constata-se um grupo mais homogêneo se comparado ao grupo de municípios considerados na pesquisa, com tendência a um melhor desempenho comparativo de Sumé no período analisado. Em 2014 Sumé possuía 14% do pessoal ocupado no grupo dos municípios que não lhe fazem fronteira (grupo grande formado por 20 municípios incluindo Sumé), frente a 19% ao se considerar o grupo dos municípios fronteiriços (grupo pequeno formado por 10 municípios incluindo Sumé). No número de unidades locais, Sumé salta de 28% a 31% de participação no período tendo como base o grupo grande, e de 30% a 32% considerando-se o grupo pequeno, ou seja, mesmo tendo uma diminuição nos números absolutos, houve menor fechamento de estabelecimentos em Sumé que na média dos demais municípios de ambos os grupos. Esses dados que revelam certa homogeneidade talvez indiquem que além de Sumé, o CDSA pode vir influenciando positivamente os índices apresentados pelos municípios fronteiriços.

Se pode-se dizer que o CDSA teve uma participação menos discreta na economia do município, observando-se o período em destaque e amparados nos dados documentais, essa influência econômica se deu através de suas movimentações financeiras, desencadeadas por contratações com empresas locais, abertura de postos de trabalho terceirizados, e gastos realizados por servidores e estudantes de fora. Conforme apurado, além de serem concentradas em ramos bastante específicos, as compras e contratações no mercado local se concentraram no período de construção e instalação do campus (perfazendo 15,52% dos empenhos realizados em 2010), não sendo relevantes

para contribuir de maneira destacada à economia do município, já que em 2016 apenas 1,54% dos recursos foram gastos em empresas locais.

Vários postos de trabalho foram abertos no campus, em áreas como vigilância, limpeza e apoio administrativo, e ocupadas via terceirização por trabalhadores locais. Com 75 empregos gerados, tendo um salário-mínimo como média de remuneração (R\$ 70.275,00 injetados na economia mensalmente), infere-se como positiva a contribuição do Centro nesse quesito, pois representa 22% dos postos criados no período em foco. Além disso, 08 (oito) servidores estáveis são de Sumé, e outros 12 (doze) de municípios diversos do Cariri. Considerando mais 106 (cento e seis) oriundos de outras regiões do estado e país, mas residem em Sumé, ou a têm como segunda residência (passam vários dias na semana), são R\$ 862.337,96 em remunerações mensais que circulam, em boa parte, na localidade.

As dificuldades políticas, econômicas e (conseqüentemente) sociais enfrentadas pelo país refletem invariavelmente nos dados locais. No entanto, há de se considerar que a ausência de um equipamento da envergadura do CDSA no município nesse período, poderia provocar uma piora dos índices apresentados: criação de unidades locais, número de pessoas ocupadas, aumento da escolaridade da população local e variação do PIB, que mesmo em uma conjuntura adversa foi o 4º de maior crescimento (dentre os municípios em foco) entre os anos de 2008/2014, frente à 8ª posição no período 2002/2008. É a percepção levantada pelas falas dos empresários e pela avaliação da contribuição do campus ao desenvolvimento local como “extremamente positiva” e “positiva”. Ou ainda quando indicam que o que mais cresceu no município, após a instalação do campus, foram justamente os índices que o IBGE indicou menor destaque para Sumé, apesar de positivo: expansão da atividade econômica, formalização e criação de empregos, demonstrando subjetivamente seu apreço pelo campus.

A produção agropecuária é uma importante matriz econômica para o município. Mais uma vez, o longo período de seca que assolou a região influenciou a produtividade das culturas, a extinção de algumas e o surgimento alternativo de outras, principalmente entre os anos de 2010 e 2012. Na pecuária, destaca-se a diminuição de produção leiteira, acompanhada pelo encolhimento do rebanho, por um lado; e de outro, o aumento destacado da avicultura, com a larga produção de frango para abate. Esse setor já

despertou a atenção de pesquisadores do CDSA, que vêm direcionando suas ações para o desenvolvimento de novas práticas e tecnologias, indicando que o Centro está atento às movimentações do mercado produtivo local, dentro do que foi apontado como necessário por este estudo.

Na agricultura observou-se uma oscilação de culturas cultivadas, dentro de uma variação bastante reduzida de espécies. Destaca-se o desaparecimento da produção de manga, castanha de caju e goiaba no período 2010-2012, e o aumento da produção da banana e introdução da do mamão e maracujá; movimentações estas impulsionadas por questões hídricas e de demandas. Até por questões relacionadas ao espaço de tempo analisado, e pela complexidade requerida para que projetos desenvolvidos pelo CDSA venham a influenciar de maneira mais contundente os dados colhidos, infere-se que não é percebida a “mão da Instituição” dos mesmos. No entanto, em diversas passagens dos questionários, em todos os grupos, verifica-se que o CDSA deve envidar esforços na direção do incremento da produção agropecuária local, seja através da pesquisa, extensão ou ensino.

Amparados pelos resultados obtidos nesta dissertação, e para que o CDSA venha a tornar-se cada vez mais no vetor de desenvolvimento regional que foi projetado a ser, sugerimos que seja elaborado um Plano de Desenvolvimento Institucional para o Centro. O Plano traria ancorados em sua missão institucional, todos os objetivos e estratégias a serem adotadas para persegui-los, em um prazo pré-determinado. Os PDIs são angulares, principalmente em instituições de ensino superior, para que haja sinergia entre os que as compõem, seja nas atividades de ensino, pesquisa, extensão ou administrativa. De maneira singular, poder-se-ia afirmar que é indissociável a um campus recentemente instalado e que foi imaginado e gestado para através de seu concurso, descortinar novos horizontes ao desenvolvimento da região.

Para isso, é mister que os demais atores locais (empresários, trabalhadores rurais e urbanos, estudantes, poder público, e outras representações de categorias da sociedade) sejam convidados a debruçarem-se nesse planejamento, tornando-o útil, eficaz e exequível, pondo um fim, inclusive a qualquer (eventual) “ruído” quanto às obrigações e capacidades do Centro com relação ao desenvolvimento regional.

Os empresários locais, por mais que tenham demonstrado apreço e entusiasmo pelo CDSA, talvez sejam os que menos recebam aporte direto de ações desenvolvidas pela Instituição. Beneficiaram-se, claro, de sua instalação, principalmente nos primeiros anos de funcionamento, mas essa simbiose tem potencial para ser muito maior. Sendo conhecedores da região, criadores de vagas de trabalho, sendo intermediários entre produtor e consumidor final, sendo os empreendedores, aqueles que acionam ideias e planejamentos, estão capacitados a contribuir com o Plano de Desenvolvimento Institucional.

O poder público, em destaque o municipal, legitima-se constitucionalmente (e democraticamente) a (dentre as demais responsabilidades) buscar meios e alternativas para suprir as necessidades sociais, educacionais, de segurança, de saúde e de infraestrutura municipal para a população. E essa atividade perpassa ao encontro de outras Instituições incumbidas ou responsáveis socialmente dessas ações, como é o caso do CDSA/UFCG. O poder público não deve dispensar as enormes potencialidades desse Centro de educação, assim como este não pode descurar do poder público na construção de seu documento estratégico, pois dele pode advir arregimento de outros atores públicos, verbas e recursos para pesquisas e outras ações do Centro, e direcionamento uniforme e conjunto para ações focadas dentro da perspectiva do desenvolvimento da região.

Os produtores rurais são, provavelmente, os maiores conhecedores das potencialidades e agruras da região. Além disso, são uma das pontas da principal atividade econômica local, dela fazendo parte uma cultura que se demonstra alvissareira, podendo ser com o passar dos anos um forte propulsor econômico para o município, a avicultura caipira. Do mesmo modo, a agricultura pode vir a vivenciar um "renascimento", através da irrigação, após a perenização de rios da região (com a transposição do Rio São Francisco). Dessa forma, esse ator local, além de uma substancial contribuição a ser dada ao PDI, pode se beneficiar de ações cada vez mais assertivas advindas do CDSA.

Dentre as ações que se inferem importantes para constarem no documento, com o término dessa avaliação, destacam-se:

- Estreitar as distâncias entre o CDSA e a comunidade, para que a população possa conhecê-lo melhor, inteirando-se de suas potencialidades e limitações. Isso pode ser feito através de atividades de extensão do NEXT (artísticas e culturais), palestras e encontros em Igrejas, SABs, Associações de Moradores, de Empresários e de Trabalhadores Rurais;
- Estimular a interação entre os diversos setores e recursos humanos do Centro, como meio para o fomento de projetos e atividades coadunadas com o desenvolvimento sustentável do semiárido;
- Propor parcerias pelo desenvolvimento regional com os demais atores políticos locais, colocando-se como peça angular do movimento, devido à qualidade do seu corpo técnico-científico, infraestrutura, e capacidade de execução;
- Aumentar o número de pesquisas direcionadas às possibilidades produtivas da região, ou seus arranjos produtivos locais, em destaque aos relacionados às atividades agropecuárias, objetivando otimizar resultados do que vem sendo produzido na região, uma das demandas observadas na coleta de dados;
- Como um dos resultados da aproximação com os diversos setores da comunidade, estar mais antenado às novas demandas e possibilidades locais, como foi identificado o expressivo aumento da avicultura no município, com vistas à criação de projetos de pesquisa e extensão voltados ao aperfeiçoamento da atividade produtiva;
- Pactuar junto à comunidade acadêmica o incentivo e priorização de projetos de pesquisa e extensão elaborados dentro de temáticas voltadas à busca de soluções de convivência com o semiárido, e de fortalecimento dos arranjos produtivos locais;
- Promover palestras e minicursos direcionados a empresários e potenciais empreendedores locais para melhorar a participação de empresas da região nos certames licitatórios do Centro.

Pode-se dizer que o CDSA é um campus recente, e que aos poucos vem buscando se inserir dentro da região em que foi instalado, por meio de intervenções desencadeadas com suas atividades fim: ensino, pesquisa e extensão. Algumas dessas

sugestões já possuem ações embrionárias, como as desenvolvidas pelo NUPAGRO (Núcleo de Pesquisas Agropecuárias), PASCAR (Projeto de Ações Sustentáveis para o Cariri) e NEXT (Núcleo de Extensão), bem como pelo próprio rol de cursos oferecidos.

Realizar um estudo nessa temática foi importante porquanto possibilitou a compreensão de como as Universidades Federais podem, através do processo de interiorização, criar mecanismos para contribuir com o desenvolvimento local. Particularmente ao CDSA, que pode dispor deste instrumento avaliativo, se infere que com ajustes de procedimentos já adotados, e com novas intervenções científicas, pedagógicas e sociais junto à comunidade e sistema produtivo locais, pode se tornar muito mais contundente onde está instalado, Sumé.

Aspira-se a partir de agora, como possibilidade de continuidade deste estudo, relacionar a instalação e operacionalização dos campi das IFES do estado da Paraíba, com os arranjos produtivos locais das regiões em que estão instalados, e de que forma as instituições vêm contribuindo para torná-los mais fortes.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, J.A.A. **Concepções de Espaço Geográfico e Território**. Sociedade e Território, Natal, v. 22, nº1, p. 46-64, jan./jun. 2010. Disponível em file:///C:/Users/Eng/Downloads/3490-8331-1-PB.pdf. Acesso em 05 de abril de 2017.

ABREU, J. C. de: **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 7ª edição, São Paulo, EdUSP, 1988

ALVARENGA, E. M. **Metodologia da Investigação Quantitativa e Qualitativa: Normas Técnicas de Apresentação de Trabalhos Científicos**. Assunção, Paraguai: Gráfica SAF, 2012.

ALVES, J.E.D. **População, desenvolvimento e sustentabilidade: perspectivas para a CIPD pós-2014**. Rev. bras. estud. popul. vol.31 no.1 São Paulo Jan./June 2014. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982014000100013. Acesso em 05 de abril de 2017.

ALVES, J.J.A. **Caatinga do Cariri Paraibano**. 2009. Disponível em: http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/17_1_19_25_Alves.pdf. Acesso em 13 de março de 2017.

ARRUDA, L.M.C; BORTOLUZZO, A.B.; BARROS, H.M. **Ativos Estratégicos de Conhecimento do Mercado, Diversificação Relacionada e Desempenho: Evidências da Indústria de Transporte Aéreo**. Instituto de Ensino e Pesquisa, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA ALTERNATIVA. Disponível em: https://www.aval.org.br/ver-noticias.php?post_id=48. Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

BARBOSA, M.R.V.; LIMA, I.B.; LIMA, J.R. et al. **Vegetação e flora no Cariri paraibano**. Oecol. Brasileira, v.11, n.3, p. 313-322, 2007.

BAUMGARTNER, W.H. **Universidades Públicas como Agentes de Desenvolvimento Urbano e Regional de Cidades Médias e Pequenas: Uma discussão Teórica, Metodológica e Empírica**. GeoTextos, vol. 11, n. 1, julho 2015.

BRASIL. **Banco do Nordeste entrega nova agência em Sumé e inaugura unidade em Monteiro. 2016.** Disponível em: https://www.bnb.gov.br/sala-de-imprensa/-/asset_publisher/x8xtPijhdmFZ/content/banco-do-nordeste-entrega-nova-agencia-em-sume-e-inaugura-unidade-em-monteiro/50120?inheritRedirect=true. Acesso em 21 de março de 2017.

BRASIL. **Censo da Educação Superior. Ministério da Educação.** INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 23 de abril de 2017.

BRASIL. **Dados Censitários Econômicos e Geográficos de Sumé.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251630&search=paraiba|sume>. Acesso em 18 de fevereiro de 2017.

BRASIL. **Monitor de Secas.** Agência Nacional das Águas. Disponível em: <http://monitordesecas.ana.gov.br/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

BRASIL. **Plano de Expansão Institucional da UFCG.** Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~spe/pobjetivos.htm>. Acesso em: 09 de março de 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em 22 de abril de 2017.

BRASIL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio027.pdf. Acesso em 12 de julho de 2016.

BRASIL. **Portal da Pró-Reitoria de Ensino.** Disponível em: <http://pre.ufcg.edu.br/pre/dados-abertos>. Acesso em 10 de março de 2017.

BRASIL. **Portal do Centro de Ciência e Tecnologia Agroalimentar.** Disponível em: http://www.ccta.ufcg.edu.br/index.php?action=view_page&page=40. Acesso em 19/05/2017

BRASIL. **Portal do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido.** Disponível em: <http://www.cdsa.ufcg.edu.br/site/>. Acesso em 10 de março de 2017.

BRASIL. **Portal do Centro de Educação e Saúde.** Disponível em: http://150.165.111.213/~ces/portal_2016/. Acesso em 19/05/2017

BRASIL. **Prefeitura Municipal de Sumé.** Disponível em: <http://www.sume.pb.gov.br/historia/>. Acesso em 07 de fevereiro de 2017.

BRASIL. **Programa de Ações Sustentáveis para o Cariri.** Disponível em: <http://pascar4.wixsite.com/pascar/sobre>. Acesso em 10/12/2016.

BRASIL. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em 20/03/2017

BRASIL. **Projeto UNICAMPO.** 2003. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~unicampo/>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

BRASIL. **Relação dos Açudes Monitorados.** Agência Executiva de Gestão das Águas. Disponível em: <http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa/volumesAcudes.do?metodo=listarAcudesUltimaCota>. Acesso em 09 de maio de 2017.

BRASIL. **Relatório de Gestão do CDSA 2009.** Disponível em: http://www.cdsa.ufcg.edu.br/home/arq/relatorios/relatorios_direcao/relatorio_de_gestao_2009.pdf. Acesso em 13 de junho de 2017.

BRASIL. **Relatório de Gestão do CDSA 2010.** Disponível em: http://www.cdsa.ufcg.edu.br/home/arq/relatorios/relatorios_direcao/relatorio_de_gestao_2010.pdf. Acesso em 25 de fevereiro de 2017.

BRASILEIRO, I.M.N. **Amostra Qualitativa da Opinião dos Consumidores com Relação à qualidade da Água do Abastecimento na Cidade de SUMÉ- PB.** Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido, 2016. Disponível em:

http://www.editorarealize.com.br/revistas/conidis/trabalhos/TRABALHO_EV064_MD1_SA5_ID428_23102016121838.pdf. Acesso em 18 de abril de 2017.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. FGV, 2008. <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>. Acesso em 17 de janeiro de 2017.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Estratégia Nacional e Desenvolvimento**. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 2 (102), pp. 203-230 abril-junho/2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n2/a03v26n2.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2017.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **O Modelo Harrod-Domar e a Substitutibilidade de Fatores**. Estudos Econômicos, 5 (3), setembro 1975. http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_modeloharrod-domar.pdf. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

BRITO, T. T. R.; CUNHA, A. M. O. **Revisitando a História da Universidade no Brasil: Política de Criação, Autonomia e Docência**. Vitória da Conquista: Aprender, 2009. Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/4260/pdf_231. Acesso em 09/04/2017. Acesso em 19 de dezembro de 2016.

CARDOSO, U. C. (et AL). **APL: Arranjo Produtivo Local**. Brasília: Sebrae, 2014.

CARVALHO, C H A de. **A Mercantilização da Educação Superior Brasileira e as Estratégias de Mercado das Instituições Lucrativas**. Revista Brasileira de Educação, v. 18 n. 54, 2013, Universidade de Brasília

CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H. M. M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. Grupo Redesist, 2003. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist/P3/NTF2/Cassiolato%20e%20Lastres.pdf>. Acesso em 18 de março de 2017

CASSIOLATO, J. E.; Et AL. **Arranjos Produtivos Locais: Uma Alternativa para o desenvolvimento**. Vol 1, Rio de Janeiro, e-papers, 2008.

CAVALCANTI FILHO, P.F.M.B. et al. **Arranjos Produtivos Locais no estado da Paraíba**: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de Seleção para políticas de apoio. Rio de Janeiro: REDESIST, 2009.

CIRILO, J.A. **Políticas públicas de recursos hídricos para o semiárido**. Estudos Avançados, v.22, n.63, p.61-82, 2008.

COSTA, A. B. da. **O Desenvolvimento Econômico na Visão de Joseph Schumpeter**. UNISINOS, Cadernos IHU Idéias, Ano 4 . N. 47. 2006

DALLARI, D.A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 23ª Edição 2002. Editora Saraiva

EMBRAPA. **Reconhecimento de Solos do Município de Sumé**. Disponível em <http://www.uep.cnps.embrapa.br/solos/index.php?link=pb>. 1972. Acesso em 09 de abril de 2017.

ERBER, F. S. **Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito**. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512008000100001&script=sci_arttext. Acesso em 03 de maio de 2017.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: Reflexões introdutórias**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FIGUEIREDO, M. **Teoria Geral do Estado**. 2ª edição. São Paulo. Editora Atlas-2001

FLICK, U. (coord.). **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009.

FRANÇA, A.M. **Os Modelos de Crescimento e de Desenvolvimento Econômico e sua Aplicabilidade nas Economias Regionais não Desenvolvidas**. REVISTA LUMEN ET VIRTUS VOL. III Nº 6 JANEIRO/2012. Disponível em: http://www.jackbran.com.br/lumen_et_virtus/numero_6/PDF/MODELOS%20DE%20CRESCIMENTO%20E%20DE%20DESENVOLVIMENTO.pdf. Acesso em 02 de fevereiro de 2017.

FURTADO, C. **Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico**. In Memórias do Desenvolvimento. Revista Brasileira de Economia, dezembro, 1951. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109010910270.MD1_0_195.pdf. Acesso em 10 de abril de 2017.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JACOMINE, P.K.T. **A Nova Classificação Brasileira de Solos**. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, Recife, vols. 5 e 6, p.161-179, 2008-2009. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/19350/1/Jacomine.pdf>. Acesso em 04 de março de 2017.

JARBAS, T. (ET AL). **Bioma Caatinga**. Agência Embrapa de Informação Tecnológica. 2017. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/bioma_caatinga/arvore/CONT000g798rt3p02wx5ok0wtedt31ukdvpj.html. Acesso em 05 de março de 2017.

KUNTZ, R. **Hume: a Teoria Social como Sistema**. Kriterion vol.52 no.124 Belo Horizonte Dec. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2011000200014. Acesso em 01 de abril de 2017.

LE-BOULEGART, C.A. **Do Território Produzido e Vivido ao Dinamismo Territorial**. 2008. Disponível em: <http://www.siid.ucdb.br/docentes/arquivos/109135.pdf>. Acesso em 12 de junho de 2017.

LEBRUN, G. **O que é política?** Ed. Brasiliense, 1981. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/breconcepcion/gerard-lebrun-o-que-poder>. Acesso em 05 de abril de 2017.

LUBERCK, F.M.; WITTMANN, M.L.; SILVA, M.S. **Afinal, Quais Variáveis Caracterizam a Existência de Cluster, Arranjos Produtivos Locais (APLs) e dos Sistemas Locais de Produção e Inovação (SLPIs)?** Revista Ibero-Americana de Estratégia - RIAE, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 120-151, jan./abr. 2012.

MANCEBO, D. **Educação Superior no Brasil: Expansão e Tendências (1995-2014).** 37ª Reunião Nacional da ANPEd, 2015, Universidade Federal de Santa Catarina

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTIN, G. **Pré-História do Nordeste do Brasil.** 3ª ed. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1999.

MARTINS, A. C. P. **Ensino Superior no Brasil: da Descoberta aos Dias Atuais,** 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/acb/v17s3/15255.pdf>. Acesso em 08/04/2017

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATTOS, L.V. **A posição de J. S. Mill em relação ao Estado: os casos das sociedades ‘civilizadas’ e das sociedades ‘atrasadas’.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 135-155, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n1/a06v17n1.pdf>. Acesso em 02 de março de 2017.

MATTOS, L.V. **Rumo a uma sociedade melhor: uma análise da agenda de reformas econômicas de J. S. Mill.** Estud. Econ. vol.38, São Paulo 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612008000200004.

Acesso em 08 de março de 2017.

MORAES NETO, O.T.A.; RODRIGUES, A.C.C.; ALBUQUERQUE, S.M. 2003. **Manual de capacitação de agentes de desenvolvimento rural (ADRs) para Caprinovinocultura.** SEBRAE/PB. João Pessoa. 114p.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa, Editora da UFPB, 1997.

MOREIRA, E.R.F. **Mesorregiões e microrregiões da Paraíba: delimitação e caracterização.** GAPLAN, João Pessoa, 1988. 74p.

MOREIRA, U. **Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa.** Rev. Econ. Polit. vol.32 no.2 São Paulo Apr./June 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572012000200004.

Acesso em 09 de abril de 2017.

NASCIMENTO, S. S.; ALVES, J. J. A. **Eco climatologia do Cariri paraibano.** Revista Geográfica Acadêmica, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 28-41, 2008.

NELSON, R.; WINTER, S. G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica.** Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2005.

NIMER, E. **Subsídio ao plano de ação mundial para combater a desertificação: programa das Nações Unidas.** Revista Bras. de Geografia. Rio de Janeiro, 1980.

OLIVEIRA, B.R.; BASTOS, C.P. **Desenvolvimento Econômico e Provisão de Bens e Serviços Públicos: Aspectos Teóricos deste Debate.** UFRJ, 2016. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2016/TD_IE_021_2016_OLIVEIRA_BASTOSv.2.pdf. Acesso em 06 de abril de 2017.

PEREZ, M.M.; FAMÁ, R. **Ativos Intangíveis e o Desempenho Empresarial.** Rev. contab. finanç. vol.17 no.40 São Paulo Jan./Apr. 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772006000100002.
Acesso em 08 de março de 2017.

RAFFESTIN, C. **A Produção das Estruturas Territoriais e sua Representação** (in). Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos, 1ª ed. Editora Expressão Popular São Paulo – 2009

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SAMPAIO, D.A.; **Uma Análise Tipológica da Dinâmica dos Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPIL'S) do Nordeste do Brasil**. João Pessoa, 2011. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/4976/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

SANTOS, A.M.M.; GUARNIERI, L.S. **Características Gerais do Apoio a Arranjos Produtivos Locais**. BNDES, 2000. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2988/1/BS%2012%20Caracter%C3%ADsticas%20gerais%20do%20apoio%20a%20arranjos%20produtivos%20locais_P.pdf. Acesso em 01 de maio de 2017.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, credito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SIEDENBERG, D. R.. **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz: Edunisc, 2006.

SILVA, J. O. C. **Amartya Sen: Desenvolvimento como Liberdade**, Programa de Doutorado em Economia, Faculdade de Economia do Porto, 2010. Disponível em: http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

SOUZA, B.B. Et Al.. **Produção de leite de cabra nos Cariris ocidental e oriental da Paraíba**, 2011. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/radar-tecnico/ovinos-e-caprinos/producao-de-leite-de-cabra-nos-Cariris-ocidental-e-oriental-da-paraiba-74236n.aspx>. Acesso em 11 de fevereiro de 2017.

SOUZA, B.I. **Cariri Paraibano: do Silêncio do Lugar à Desertificação.** Tese de Doutorado. UFRS, 2008

SOUZA, J. G. de. **Evolução Histórica da Universidade Brasileira: Abordagens Preliminares.** Campinas: PUCCAMP, 1996. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/viewFile/461/441>. Acesso em 09/04/2017

SPE. **Projeto Acadêmico do CDSA.** 2008. Disponível em: http://www.cdsa.ufcg.edu.br/home/arq/documentos/cdsa_projeto_academico.pdf. Acesso em 03 de janeiro de 2017.

STIGLITZ, J. E. **Políticas De Desenvolvimento No Mundo Da Globalização.** Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11857/1/Pol%C3%ADticas%20de%20desenvolvimento%20no%20mundo%20da%20globaliza%C3%A7%C3%A3o_P.pdf. Acesso em: 03 de março de 2018.

APÊNDICE A - Evolução do rebanho do município de Sumé entre os anos 2004-2015

Ano	Bovino	Caprino	Galináceo	Ovino	Suíno
2004	7.288	18.100	30.216	5.938	1.627
2005	8.500	18.000	30.000	6.000	1.620
2006	8.600	17.500	30.600	6.100	1.680
2007	8.650	17.600	31.000	6.200	1.720
2008	8.800	19.000	32.200	7.000	1.845
2009	8.940	19.200	31.228	7.700	1.830
2010	9.000	17.200	37.000	7.800	1.845
2011	10.000	15.400	37.400	8.900	1.650
2012	6.400	13.090	36.298	7.565	1.567
2013	6.118	13.117	35.783	7.475	1.831
2014	6.935	13.172	37.572	7.774	1.722
2015	7.478	16.860	71.200	9.950	2.454

Fonte: IBGE

APÊNDICE B - Evolução de produtos derivados da pecuária no município de Sumé entre os anos 2004-2015

Ano	Leite de Vaca (Mil Litros)	Mel de Abelha (Kg)	Ovos de Galinha (Mil Dúzias)
2004	990	-	43
2005	1.050	-	44
2006	1.006	-	45
2007	1.024	-	49
2008	1.272	-	50
2009	1.463	300	54
2010	1.500	280	54
2011	1.536	320	59
2012	495	323	54
2013	539	272	53
2014	594	248	54
2015	484	295	92

Fonte: IBGE

APÊNDICE C - Evolução da produção agrícola permanente do município de Sumé
entre os anos de 2004-2015

	Banana (Ton)	Banana (Ha)	Castanha de Caju (Ton)	Castanha de Caju (Ha)	Coco da Baía (Mil)	Coco da Baía (Ha)	Goiaba (Ton)	Goiaba (Ha)	Mamão (ton)	Mamão (Ha)	Manga (Ton)	Manga (Ha)	Maracujá (Ton)	Maracujá (Ha)
2004	36	3	5	10	50	5	8	1	-	-	24	2	-	-
2005	36	3	5	10	50	5	8	1	-	-	24	2	-	-
2006	80	5	5	10	60	5	7	1	-	-	16	2	-	-
2007	80	5	5	10	60	5	7	1	-	-	16	2	-	-
2008	80	5	5	10	60	5	7	1	-	-	16	2	-	-
2009	80	5	5	10	60	5	7	1	-	-	16	2	-	-
2010	80	5	4	10	60	5	-	-	-	-	16	2	-	-
2011	160	10	4	10	60	10	-	-	50	5	12	2	36	3
2012	80	5	1	5	48	8	-	-	50	5	-	-	48	4

2013	80	5	1	5	64	8	-	-	50	5	-	-	48	4
2014	55	5	1	5	40	8	-	-	25	5	-	-	63	7
2015	90	5	1	5	128	8	-	-	105	5	-	-	70	7

Fonte: IBGE

APÊNDICE D - Evolução da produção agrícola temporária do município de Sumé entre os anos de 2004-2015

	Algodão Herbáceo (Ton)	Algodão Herbáceo (Ha)	Batata Doce (Ton)	Batata Doce (Ha)	Feijão (Ton)	Feijão (Ha)	Mamona (Ton)	Mamona (Ha)	Melancia (Ton)	Melancia (Ha)	Milho (Ton)	Milho (Ha)	Tomate (Ton)	Tomate (Ha)
2004	2	10	96	8	120	1.500	-	-	-	-	200	1.600	400	10
2005	-	-	100	10	450	1.500	36	36	-	-	360	1.600	400	10
2006	3	4	120	10	600	1.500	-	-	-	-	1.280	1.600	800	20
2007	3	4	60	5	240	600	-	-	-	-	280	700	160	4
2008	-	-	120	10	525	1.500	16	20	-	-	1.280	1.600	800	20
2009	8	10	120	10	240	1.200	4	5	-	-	480	1.600	800	20
2010	1	2	120	10	30	300	-	-	-	-	60	600	800	20
2011	4	5	100	10	120	1.000	-	-	240	20	180	1.000	2.400	40
2012	-	-	70	10	-	-	-	-	-	-	-	-	1.200	30

2013	-	-	56	8	-	-	-	-	-	-	-	-	1.200	30
2014	-	-	84	12	15	450	-	-	180	10	50	500	1.140	31
2015	-	-	96	12	6	30	-	-	150	10	6	30	1.595	43

Fonte: IBGE

APÊNDICE E – Questionário aplicado ao Grupo 01: composto por indivíduos que participaram da implantação do campus, durante as fases de elaboração do projeto, sua análise e execução

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MPPGAV**

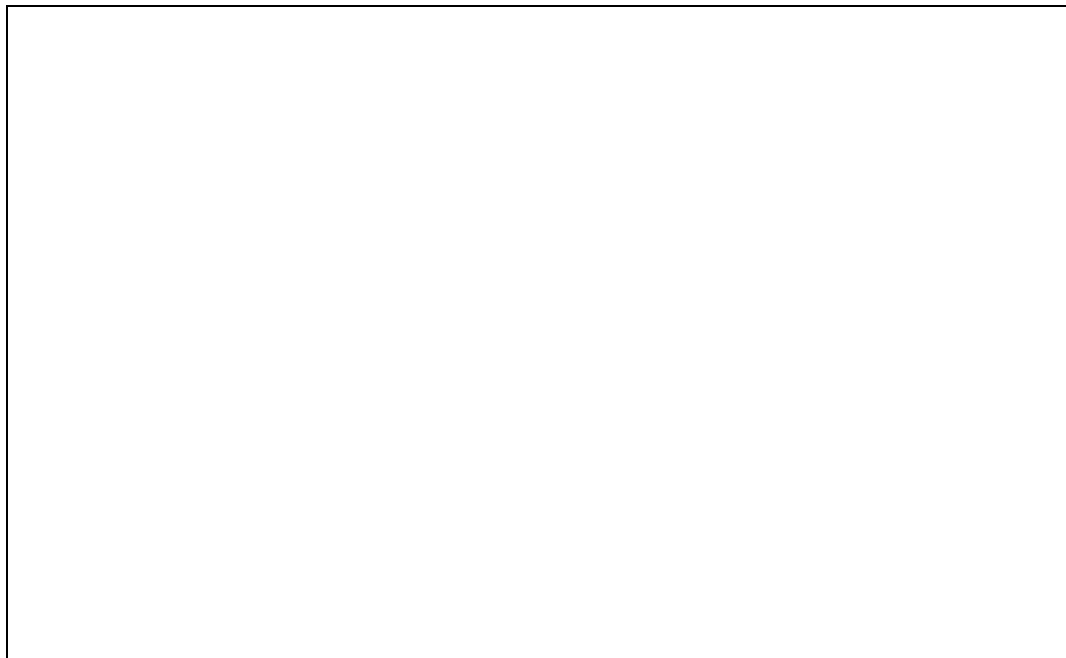
Questionário – Grupo 01

As informações resultantes deste questionário servirão de subsídio para a pesquisa intitulada: Expansão do Ensino Superior como estratégia de desenvolvimento local: um olhar sobre o impacto socioeconômico da instalação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande na cidade de Sumé-PB do Mestrando Gustavo Villarim de Farias Leite. As informações serão utilizadas estritamente para fins acadêmicos, podendo os resultados serem publicados em eventos ou periódicos científicos, sempre sem fins lucrativos e resguardando a identidade dos respondentes.

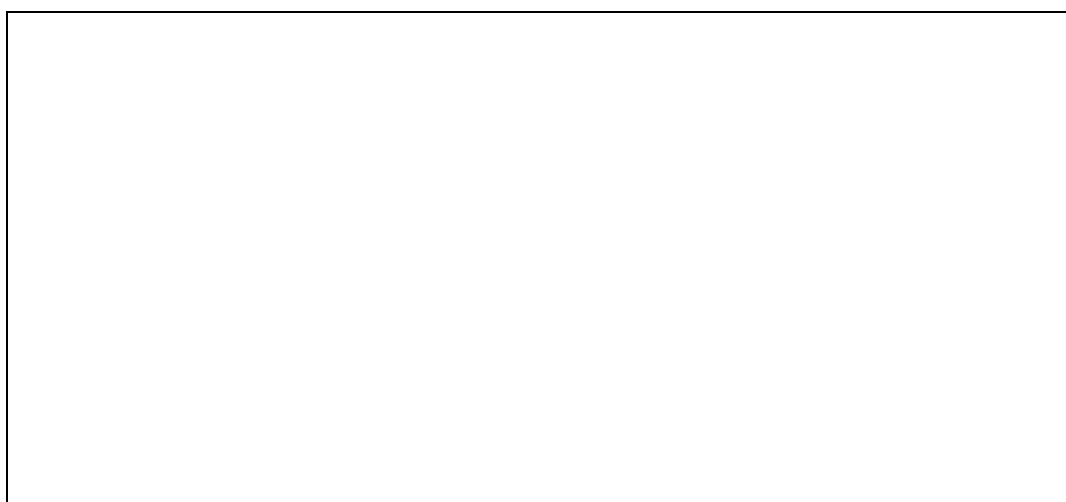
Agradecemos sua contribuição!

- a) O que o(a) Sr(a) entende por ‘Desenvolvimento Econômico Regional e Local’?

- b) No seu entendimento, a UFCG tinha necessidade e estava pronta para a expansão, ao participar do REUNI? Havia previsão de expansão da Instituição no Plano de Desenvolvimento Institucional, vigente à época?



- c) Na sua opinião, o que motivou a escolha do município de Sumé/PB para sediar o CDSA/UFCG?



- d) Que posição o(a) Sr(a) possuía, e de que maneira sua Unidade participou das ações que culminaram com a implantação do CDSA/UFCG em Sumé/PB?

--

e) Não sua opinião, quais atores devem tomar a frente das ações que visem à promoção do desenvolvimento regional em municípios contemplados com uma IFES (use a escala de 01 a 07 em ordem decrescente de importância em que 01 é o mais importante e 07 é o menos importante)?

Prefeitura Municipal

Governo Estadual

IFES

Setor privado

ONGs e Sindicatos

Sociedade civil organizada (Associações de Moradores, Associações Religiosas, Clubes de Serviços)

Governo Federal

f) Na sua opinião, qual nível de engajamento que o CDSA/UFCG deveria ter para a promoção do desenvolvimento econômico da região, em relação a outros atores (citados na Questão anterior)?

Máximo Engajamento (prioridade absoluta)

Mais engajamento que os demais atores

Igual engajamento que os demais atores

Menos engajamento que os demais atores

- () Sem engajamento
- g) Na sua opinião, qual atividade das IFES tem mais importância quando se fala em promoção de Desenvolvimento local para a região em que está instalada (use a escala de 01 a 07 em ordem decrescente de importância em que 01 é o mais importante e 07 é o menos importante)?
- () Formar mão-de-obra vocacionada para a região
- () Desenvolver pesquisas para criar novas oportunidades econômicas para a região
- () Desenvolver pesquisas para otimizar resultados do que já vem sendo realizado para os setores produtivos e econômicos regionais, pelos demais atores locais
- () Propor parcerias com o sistema produtivo local
- () Formar cidadãos imbuídos de seu papel social e político
- () Propor parcerias com o setor público
- () Realizar eventos que apresentem a realidade regional e a produção acadêmica para a comunidade externa (estadual, nacional e internacional); e eventos que promovam novos conhecimentos científicos desenvolvidos externamente (estadual, nacional e internacional) para a comunidade local

APÊNDICE F – Questionário aplicado ao Grupo 02: composto por indivíduos integrantes do corpo de servidores do CDSA/UFCG

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MPPGAV

Questionário – Grupo 02

As informações resultantes deste questionário servirão de subsídio para a pesquisa intitulada: Expansão do Ensino Superior como estratégia de desenvolvimento local: um olhar sobre o impacto socioeconômico da instalação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande na cidade de Sumé-PB do Mestrando Gustavo Villarim de Farias Leite. As informações serão utilizadas estritamente para fins acadêmicos, podendo os resultados serem publicados em eventos ou periódicos científicos, sempre sem fins lucrativos e resguardando a identidade dos respondentes.

Agradecemos sua contribuição!

- a) O que o(a) Sr(a) entende por 'Desenvolvimento Econômico Regional e Local'?

- b) Na sua opinião, o que motivou a escolha do município de Sumé/PB para sediar o CDSA/UFCG?



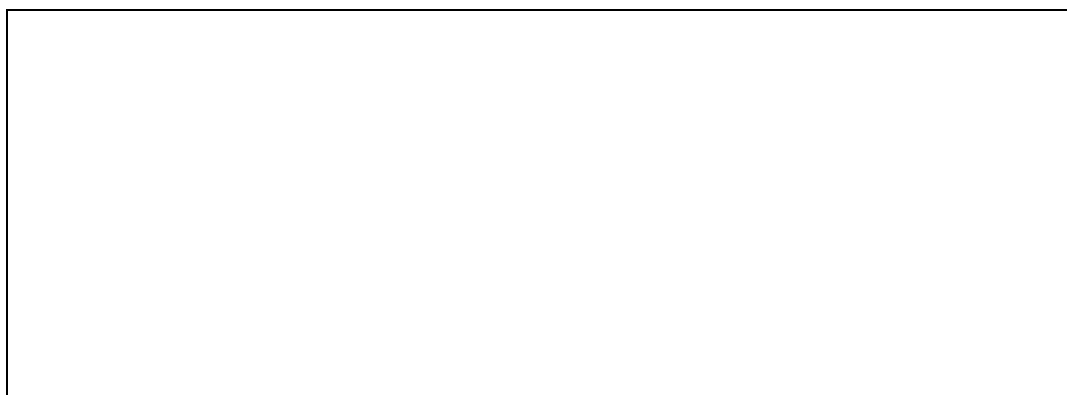
c) O(A) Sr(a) conhece o Projeto de Implantação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido?

Sim

Em partes

Não

d) Que estratégias o(a) Sr(a) utiliza por meio de suas atividades administrativas e/ou acadêmicas (compras locais, metodologia de ensino, adaptações curriculares, participação político-social em questões locais), objetivando contribuir com o desenvolvimento de Sumé/PB e região?



e) Não sua opinião, quais atores devem tomar a frente das ações que visem à promoção do desenvolvimento regional em municípios contemplados com uma IFES (use a escala de 01 a 07 em ordem

decrecente de importância em que 01 é o mais importante e 07 é o menos importante)?

Prefeitura Municipal

Governo Estadual

IFES

Setor privado

ONGs e Sindicatos

Sociedade civil organizada (Associações de Moradores, Associações Religiosas, Clubes de Serviços)

Governo Federal

f) Na sua opinião, qual nível de engajamento que o CDSA/UFCG deveria ter para a promoção do desenvolvimento econômico da região, em relação a outros atores (citados na Questão anterior)?

Máximo Engajamento (prioridade absoluta)

Mais engajamento que os demais atores

Igual engajamento que os demais atores

Menos engajamento que os demais atores

Sem engajamento

g) Na sua opinião, qual atividade das IFES tem mais importância quando se fala em promoção de Desenvolvimento local para a região em que está instalada (use a escala de 01 a 07 em ordem decrescente de importância em que 01 é o mais importante e 07 é o menos importante)?

Formar mão-de-obra vocacionada para a região

Desenvolver pesquisas para criar novas oportunidades econômicas para a região

- Desenvolver pesquisas para otimizar resultados do que já vem sendo realizado para os setores produtivos e econômicos regionais, pelos demais atores locais
 - Propor parcerias com o sistema produtivo local
 - Formar cidadãos imbuídos de seu papel social e político
 - Propor parcerias com o setor público
 - Realizar eventos que apresentem a realidade regional e a produção acadêmica para a comunidade externa (estadual, nacional e internacional); e eventos que promovam novos conhecimentos científicos desenvolvidos externamente (estadual, nacional e internacional) para a comunidade local
- h) Como o(a) Sr(a) considera que é a percepção do CDSA pelos moradores de Sumé?
- Extremamente positiva
 - Positiva
 - Neutra
 - Negativa
 - Extremamente negativa

O que o(a) Sr(a) considera que motiva essa percepção?

--

--

i) Como o(a) Sr(a) classifica a contribuição do CDSA/UFCG (em suas ações diretas e/ou indiretas) ao desenvolvimento do município e da região?

() Extremamente positiva

() Positiva

() Neutra

() Negativa

() Extremamente negativa

O que motiva essa sua classificação?

--

APÊNDICE G – Questionário aplicado ao Grupo 03: composto por agentes públicos locais, diretores de associações de empresários e trabalhadores locais, e fornecedores do campus

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MPPGAV**

Questionário – Grupo 03

As informações resultantes deste questionário servirão de subsídio para a pesquisa intitulada: Expansão do Ensino Superior como estratégia de desenvolvimento local: um olhar sobre o impacto socioeconômico da instalação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande na cidade de Sumé-PB do Mestrando Gustavo Villarim de Farias Leite. As informações serão utilizadas estritamente para fins acadêmicos, podendo os resultados serem publicados em eventos ou periódicos científicos, sempre sem fins lucrativos e resguardando a identidade dos respondentes.

Agradecemos sua contribuição!

- a) O que o(a) Sr(a) entende por ‘Desenvolvimento Econômico Regional e Local’?

- b) Na sua opinião, o que motivou a escolha do município de Sumé/PB para sediar o CDSA/UFCG?

- c) Na sua opinião, quais atores devem tomar a frente das ações que visem à promoção do desenvolvimento regional em municípios contemplados com uma IFES (use a escala de 01 a 07 em ordem decrescente de importância em que 01 é o mais importante e 07 é o menos importante)?

() Prefeitura Municipal

() Governo Estadual

() IFES

() Setor privado

() ONGs e Sindicatos

() Sociedade civil organizada (Associações de Moradores, Associações Religiosas, Clubes de Serviços)

() Governo Federal

- d) Na sua opinião, qual nível de engajamento que o CDSA/UFCG deveria ter para a promoção do desenvolvimento econômico da região, em relação a outros atores (citados na Questão anterior)?

() Máximo Engajamento (prioridade absoluta)

- () Mais engajamento que os demais atores
 - () Igual engajamento que os demais atores
 - () Menos engajamento que os demais atores
 - () Sem engajamento
- e) Na sua opinião, qual atividade das IFES tem mais importância quando se fala em promoção de Desenvolvimento local para a região em que está instalada (use a escala de 01 a 07 em ordem decrescente de importância em que 01 é o mais importante e 07 é o menos importante)?
- () Formar mão-de-obra vocacionada para a região
 - () Desenvolver pesquisas para criar novas oportunidades econômicas para a região
 - () Desenvolver pesquisas para otimizar resultados do que já vem sendo realizado para os setores produtivos e econômicos regionais, pelos demais atores locais
 - () Propor parcerias com o sistema produtivo local
 - () Formar cidadãos imbuídos de seu papel social e político
 - () Propor parcerias com o setor público
 - () Realizar eventos que apresentem a realidade regional e a produção acadêmica para a comunidade externa (estadual, nacional e internacional); e eventos que promovam novos conhecimentos científicos desenvolvidos externamente (estadual, nacional e internacional) para a comunidade local
- f) Como o(a) Sr(a) considera que é a percepção do CDSA pelos moradores de Sumé?
- () Extremamente positiva
 - () Positiva

Neutra

Negativa

Extremamente negativa

O que o(a) Sr(a) considera que motiva essa percepção?

g) Como o(a) Sr(a) classifica a contribuição do CDSA/UFCG (em suas ações diretas e/ou indiretas) ao desenvolvimento do município e da região?

Extremamente positiva

Positiva

Neutra

Negativa

Extremamente negativa

O que motiva essa sua classificação?

h) Caso o CDSA não houvesse sido instalado no município, como o(a) Sr(a) considera que Sumé se encontraria nos dias atuais?

Muito melhor

Melhor

Igual

Pior

Muito pior

O que motiva essa percepção?

i) Na sua opinião, qual aspecto de Sumé mais cresceu após a instalação do CDSA no município (use a escala de 01 a 08 em ordem decrescente de importância em que 01 é o que mais cresceu e 08 é o que menos cresceu)?

- () Número de empregos
- () Formalização de empregos
- () Serviços às famílias (saúde, educação, lazer)
- () Otimismo da população
- () Insegurança pública
- () Infraestrutura urbana
- () Expansão da atividade econômica
- () Serviços às empresas (escritórios de contabilidade, advocacia)

APÊNDICE H – Evolução dos índices populacionais do município de Sumé e dos demais do Cariri que não lhe fazem fronteira entre os anos de 2010 e 2016, segundo o IBGE.

	Pop 2010	Pop estimada 2016	Incremento Populacional 2010/2016	Área (Km ²)
Sumé	16.060	16.872	5,06%	838,071
Alcantil	5.239	5.475	4,50%	305,394
Assunção	3.522	3.876	10,05%	126,427
Barra de Santana	8.206	8.245	0,48%	374,373
Barra de São Miguel	5.611	5.943	5,92%	595,211
Boqueirão	16.888	17.757	5,15%	374,523
Cabaceiras	5.035	5.511	9,45%	452,925
Caraúbas	3.899	4.143	6,26%	497,204
Caturité	4.543	4.810	5,88%	118,081
Coxixola	1.771	1.909	7,79%	169,878
Gurjão	3.159	3.407	7,85%	340,507
Livramento	7.164	7.371	2,89%	270,753
Parari	1.256	1.782	41,88%	207,688
Riacho de Santo Antônio	1.722	1.955	13,53%	91,324
Santo André	2.638	2.529	-4,13%	197,713
São Domingos do Cariri	2.420	2.582	6,69%	218,801
São João do Cariri	4.344	4.309	-0,81%	653,094
São João do Tigre	4.396	4.427	0,71%	816,116
Taperoá	14.936	15.193	1,72%	644,155
Zabelê	2.075	2.227	7,33%	109,394
Total	114.884	120.323	4,73%	7401,63
Média	5.222	5.469	4,73%	336,44

APÊNDICE I – Evolução do PIB do município de Sumé e dos demais do Cariri que não lhe fazem fronteira nos períodos 2002/2008 e 2008/2014, segundo o IBGE.

	Incremento do PIB 2002/2008 (%)	Incremento do PIB 2008/2014 (%)	PIB per capita 2014
Sumé	120,01%	94,03%	7.702,33
Alcantil	104,83%	73,86%	6.537,51
Assunção	142,99%	105,87%	7.596,12
Barra de Santana	121,26%	70,87%	6.341,53
Barra de São Miguel	102,90%	75,59%	6.607,65
Boqueirão	103,69%	78,50%	8.878,11
Cabaceiras	128,42%	83,58%	7.172,67
Caraúbas	136,26%	61,94%	6.702,26
Caturité	253,97%	64,04%	11.758,33
Coxixola	115,38%	55,85%	7.336,72
Gurjão	102,95%	79,09%	7.480,10
Livramento	102,37%	70,96%	6.081,39
Parari	97,01%	71,86%	8.401,90
Riacho de Santo Antônio	122,52%	96,82%	9.610,08
Santo André	102,90%	87,57%	7.723,00
São Domingos do Cariri	132,97%	75,54%	7.302,52
São João do Cariri	85,78%	74,66%	8.242,00
São João do Tigre	115,39%	51,28%	5.496,22
Taperoá	107,10%	108,02%	6.836,65
Zabelê	115,04%	61,51%	6.773,58
Total	117,22%	80,41%	150.580,67
Média			6.844,58

APÊNDICE J – Evolução do mercado de trabalho do município de Sumé e dos demais do Cariri que não lhe fazem fronteira nos períodos 2002/2008 e 2008/2014, segundo o IBGE.

	Pessoal Ocupado Total 2008	Pessoal Ocupado Total 2014	Incremento Pessoal Ocupado Total 2008/2014	Nº Unidades Locais 2008	Nº Unidades Locais 2014	Salário Médio 2008 (SM)	Salário Médio 2014 (SM)
Sumé	1.060	1.393	31,42%	374	355	1,7	1,8
Alcantil	214	342	59,81%	25	31	1,5	1,6
Assunção	246	348	41,46%	32	33	1,0	1,6
Barra de Santana	472	641	35,81%	32	31	1,5	1,7
Barra de São Miguel	96	372	287,50%	23	27	1,4	1,5
Boqueirão	885	1.345	51,98%	271	197	1,6	1,7
Cabaceiras	341	351	2,93%	65	43	1,4	1,7
Caraúbas	215	297	38,14%	26	34	1,8	1,4
Caturité	336	560	66,67%	34	33	1,7	1,7
Coxixola	118	156	32,20%	16	28	2,1	2,0
Gurjão	306	398	30,07%	49	28	1,2	1,3
Livramento	44	424	863,64%	28	48	2,0	1,5
Parari	211	201	-4,74%	33	16	1,5	1,4
Riacho de Santo Antônio	216	184	-14,81%	17	16	1,2	2,2
Santo André	199	376	88,94%	34	20	1,4	1,5
São Domingos do Cariri	85	159	87,06%	13	15	1,7	2,0
São João do Cariri	916	754	-17,69%	54	43	1,1	1,2
São João do Tigre	212	257	21,23%	19	14	1,6	1,7
Taperoá	597	1.252	109,72%	154	135	1,6	1,6
Zabelê	117	132	12,82%	31	14	1,2	1,8
Total	6.886	9.942	1824%	1.330	1161	30,2	32,9
Média	344,30	497,10	91%	66,50	58,05	1,51	1,65
Sumé/Total	15%	14%	2%	28%	31%	6%	5%

APÊNDICE K – Evolução do mercado de trabalho do município de Sumé e dos demais do Cariri que lhe fazem fronteira nos períodos 2002/2008 e 2008/2014, segundo o IBGE.

	Pessoal Ocupado Total 2008	Pessoal Ocupado Total 2014	Incremento Pessoal Ocupado Total 2008/2014	Nº Unidades Locais 2008	Nº Unidades Locais 2014	Salário Médio 2008 (SM)	Salário Médio 2014 (SM)
Sumé	1.060	1.393	31,42%	374	355	1,7	1,8
Amparo	211	306	45,02%	29	25	1,1	1,4
Camalaú	319	331	3,76%	36	40	1,5	1,7
Congo	434	527	21,43%	69	81	1,6	1,4
Monteiro	1967	2657	35,08%	417	348	1,6	1,8
Ouro Velho	299	281	-6,02%	29	15	1,2	1,5
Prata	320	362	13,13%	44	39	1,2	1,4
São José dos Cordeiros	188	266	41,49%	20	19	1,1	1,4
São Sebastião do Umbuzeiro	131	223	70,23%	34	27	1,1	1,5
Serra Branca	827	930	12,45%	201	146	1,5	1,6
Total	5.756	7.276	267,99%	1.253	1095	13,6	15,5
Média	575,60	727,60	26,80%	125,30	109,50	1,36	1,55
Sumé/Total	18%	19%	12%	30%	32%		

APÊNDICE L – Execução orçamentária do CDSA entre os anos 2010-2016, por tipo de despesa, em reais (valores sem atualização monetária)

Ano	Despesas Correntes	Despesas de Capital		Total
		Obras e Instalações	Equip e Mat Permanente	
2009	R\$ 918.309,43	R\$ 5.809.732,63	R\$ 1.112.524,03	R\$ 6.728.042,06
2010	R\$ 583.937,58		R\$ 192.409,66	R\$ 776.347,24
2011	R\$ 601.572,63	R\$ 1.555.801,00	R\$ 878.668,80	R\$ 3.036.042,43
2012	R\$ 447.892,39	R\$ 2.661.753,83	R\$ 1.767.180,43	R\$ 4.876.826,65
2013	R\$ 801.178,73	R\$ 4.465.829,78	R\$ 639.812,11	R\$ 5.906.820,62
2014	R\$ 824.159,11	R\$ 793.856,85	R\$ 973.777,91	R\$ 2.591.793,87
2015	R\$ 490.994,52	R\$ 713.091,83	R\$ 769.683,03	R\$ 1.973.769,38
2016	R\$ 805.569,35	R\$ 1.088.919,21	R\$ 102.233,17	R\$ 1.996.721,73
Total	R\$ 4.555.304,31	R\$ 11.279.252,50	R\$ 5.323.765,11	R\$ 21.158.321,92
Total + 2009	R\$ 5.473.613,74	R\$ 17.088.985,13	R\$ 6.436.289,14	R\$ 27.886.363,98

APÊNDICE M – Valores contratados e empenhados pelo CDSA com empresas de Sumé entre os anos 2009-2016 em reais (valores sem atualização monetária)

Ano	Contratado	Empenhado
2009	R\$ 43.938,00	R\$ 43.938,00
2010	R\$ 159.825,26	R\$ 120.465,24
2011	R\$ 150.753,14	R\$ 98.159,97
2012	R\$ 211.621,42	R\$ 135.798,53
2013	R\$ 123.750,00	R\$ 68.750,00
2014	R\$ 122.702,50	R\$ 66.979,46
2015	R\$ 117.560,00	R\$ 62.559,96
2016	R\$ 61.600,00	R\$ 30.799,98
Total	R\$ 991.750,32	R\$ 627.451,14

APÊNDICE N - Valores empenhados pelo CDSA para empresas de Sumé, entre os anos 2009-2016, por natureza da despesa em reais (valores sem atualização monetária)

Ano	Combustíveis	Material Construção	Serviços de Internet	Serviços Reprografia	Instalação de Ar-condicionado	Recarga de Tonerres	Locação de Veículo
2009	R\$ 35.838,00	R\$ 8.100,00					
2010	R\$ 21.182,01	R\$ 77.520,30	R\$ 17.850,00	R\$ 3.912,93			
2011	R\$ 31.180,83	R\$ 23.429,14	R\$ 43.550,00				
2012	R\$ 29.930,36	R\$ 15.317,97	R\$ 55.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 23.232,92	R\$ 7.317,28	
2013		R\$ 13.750,00	R\$ 55.000,00				
2014			R\$ 55.000,00	R\$ 4.017,00			R\$ 7.962,50
2015			R\$ 55.000,00				R\$ 7.560,00
2016			R\$ 30.799,98				
Total	R\$ 118.131,20	R\$ 138.117,41	R\$ 312.199,98	R\$ 12.929,93	R\$ 23.232,92	R\$ 7.317,28	R\$ 15.522,50

APÊNDICE O – Comparativo entre os empenhos feitos para empresas diversas e empresas de Sumé, em reais (valores sem atualização monetária)

Ano	Empenhos Empresas Gerais	Empenhos Empresas de Sumé	Participação de Empresas de Sumé no Montante Empenhado
2009	R\$ 6.728.042,06	R\$ 43.938,00	0,65%
2010	R\$ 776.347,24	R\$ 120.465,24	15,52%
2011	R\$ 3.036.042,43	R\$ 98.159,97	3,23%
2012	R\$ 4.876.826,65	R\$ 135.798,53	2,78%
2013	R\$ 5.906.820,62	R\$ 68.750,00	1,16%
2014	R\$ 2.591.793,87	R\$ 66.979,46	2,58%
2015	R\$ 1.973.769,38	R\$ 62.559,96	3,17%
2016	R\$ 1.996.721,73	R\$ 30.799,98	1,54%
Total	R\$ 21.158.321,92	R\$ 627.451,14	2,97%